

18/02/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Polêmicas em pauta na Câmara Legislativa](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Escolas militares e colégios civis com mesmo perfil têm desempenho similar](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[USP recua e vai matricular aluno de escola militar](#)

O GLOBO - RJ

[Ou é Previdência, ou cortar saúde e educação, ou é nada](#)

[Falta sintonia no ensino técnico](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Grupos de ensino](#)

Imprensa Estadual

DCI - SP

[Moro vai investigar corrupção dentro do MEC](#)

GAZETA DO POVO - PR

[12 perguntas e respostas para entender o novo projeto Escola sem Partido](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Lava Jato no MEC derruba ações de gigantes do ensino](#)

Agências de notícias e sites

BRASIL247

[Atacar as universidades também empobrece o país](#)

AGÊNCIA ESTADO

["Transparência de gigantes é nula", diz especialista em educação](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Escolas militares e colégios civis com mesmo perfil têm desempenho similar](#)

G1

[Estudante defende TCC sobre reconhecimento da beleza da mulher negra em quilombo no Pará](#)

PORTAL EXAME

[Escola militarizada é nova aposta para rede pública do DF](#)

[USP volta atrás e confirma matrícula de alunos de colégios militares](#)

PORTAL ISTOÉ

[Escola militarizada é nova aposta para rede pública do DF](#)

TERRA

["Transparência de gigantes é nula", diz especialista em educação](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Sem mordaza ou sem partido? O que 2 deputadas propõem para escolas do país](#)

[Escola militarizada é nova aposta para rede pública do DF](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Escolas militares dividem opiniões](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Com mensalidade a partir de R\\$ 1.000, ensino bilíngue chega até a periferia de SP](#)

[USP cancela matrícula de alunos de colégios militares, e Exército reage](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[A militarização do governo](#)

[Escola militarizada é nova aposta para rede pública do DF](#)

CLIPPING



[Gigantes da tecnologia entram na briga por um novo espaço: as salas de aula](#)

Revistas

CARTA CAPITAL - SP

[Escola sem noção](#)

[O demônio usa barba](#)

Imprensa Estadual

A TRIBUNA DE SANTOS - SP

[Autorregulação](#)

DE FATO

[UERN Aluna de Ciência da Computação é aprovada em quatro programas de pós-graduação](#)

Agências de notícias e sites

DIÁRIO DO PODER

[Especialistas em mar profundo são chamados para expediçãoA expedição recebe propostas até 1º de março.](#)

ESPORTECULTURA

[ANTI STATUS QUO COMPANHIA DE DANÇA COMPLETA 3 DÉCADAS COM A ESTREIA NOVO ESPETÁCULO](#)

FOCUS

[Redes sociais e a advocacia](#)

G1

[UEA abre seleção com 186 vagas para professores no Parfor](#)

TREINAMENTOS

[Estão abertas as inscrições para o programa CAPES-Fulbright](#)

R7

[Saúde na Escola: MEC quer saber quantas adolescentes escolares engravidaram](#)

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Jornalista é alvo de 59 processos de diretoras de escolas em Sobral, no Ceará](#)

[Kroton e Estácio caem mais de 5% na Bolsa após Bolsonaro anunciar Lava Jato da Educação](#)

[Justiça condena ex-servidoras da UFPR por desvio milionário de verbas de pesquisa](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Veto a aluno de colégio militar gera atrito entre Exército e USP](#)

[Universidade diz que matrículas canceladas vão ser analisadas](#)

O GLOBO - RJ

[Anúncio de Lava-Jato da Educação derruba ações de empresas](#)

Revistas

ISTOÉ DINHEIRO - SP

[A XP investe na base curricular](#)

ISTOÉ - SP

[A escola veste farda](#)

Imprensa Estadual

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Seletivo oferta vagas especiais para Pós-graduação](#)

A CRÍTICA - AM

[MEC vai passar por investigação](#)

A TARDE - BA

[MPF-BA denuncia organização criminoso que fraudava licitações](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[MEC instala lava jato da educação, diz Bolsonaro](#)

O ESTADO - MS

[Consternação III](#)

O LIBERAL - PA

[Governo instala “lava jato”](#)

Agências de notícias e sites

AGORA MS

[UFGD publica nova edição do Dicionário Crítico de Gênero](#)

G1

[UEA abre seleção para Programa de Formação de Professores da Educação Básica](#)

[Abertas as inscrições para a 15º OBMEP; cerca de 156 municípios da região devem participar](#)

JORNAL DIA A DIA

[UFGD publica nova edição do Dicionário Crítico de Gênero](#)

JORNAL TIJUCAS

[Abertas as inscrições para a 15º OBMEP; cerca de 156 municípios da região devem participar](#)

MIDIAMAX

[UFGD publica nova edição do Dicionário Crítico de Gênero](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Lava Jato da Educação derruba ações de empresas do setor](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Na primeira reunião com servidores, dirigente do Inep lança fale com o presidente e mestrado em Portugal](#)

[Com anúncio de Lava Jato da educação, ações da Kroton e Estácio despencam na Bolsa](#)

AGÊNCIA VALOR

[Ações de empresas de educação caem com possível “Lava-Jato” do setor](#)

G1

[TCE determina que governo de SP esclareça denúncia de desvio de finalidade de verbas da educação](#)

PORTAL EXAME

[Bolsonaro defende “Lava Jato da Educação” no MEC](#)

PORTAL VEJA

[Investigação no MEC derruba ações de instituições de ensino; bolsa cai](#)

[Ministros assinam protocolo por ‘Lava Jato da Educação’](#)

REUTERS BRASIL

[Ministros Vélaz Rodríguez e Moro abrem investigação sobre corrupção no MEC; ações de educação caem](#)

[UEA abre seleção para Programa de Formação de Professores da Educação Básica](#)

TERRA

[Lava Jato da Educação derruba ações de empresas do setor](#)

[MEC instala lava jato da educação, diz Bolsonaro](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC instala lava jato da educação, diz Bolsonaro](#)

Agências de notícias e sites

COLETIVA.NET

[Projeto de comunicação e hospitalidade no IPA está com Fabio Berti](#)

CONSECTI

[Bolsa Nota 10 abre o calendário 2019 de editais da FAPERJ](#)

CORREIO DO LITORAL

CLIPPING



[Fabricante garante que produto que caiu no rio São João não é perigoso](#)

CORREIO WEB

[Capes seleciona professores da rede pública para curso](#)

CULTURA DIGITAL

[Secretaria Especial da Cultura + Escritório Regional Nordeste](#)

DIÁRIO DO PODER

[Proteína encontrada em planta tem efeito bactericida](#)
[Proteína controla crescimento de bactérias do gênero Staphylococcus](#)

GRUPO ORZIL

[Miguel Proença é o novo presidente da Fundação Nacional de Artes \(Funarte\)](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Capes publica portaria que aprimora o processo de avaliação de propostas de novos cursos de pós-graduação](#)

JORNAL DA USP - SP

[Indicadores de qualidade de pesquisas nacionais e internacionais são divergentes](#)

POLÍTICA DISTRITAL

[Izalci Lucas assume previdência da Comissão de Desenvolvimento Regional no Senado](#)

G1

[Prouni Recife oferece 213 vagas para bolsas integrais em faculdades privadas](#)

[Universidade realiza simpósio sobre os 100 anos de ensino da Psicanálise](#)

[Quanto custa uma universidade a distância?](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

LER

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Vélez fala em "Lava Jato da Educação"](#)

O TEMPO - MG

[Lava Jato da Educação](#)

Agências de notícias e sites

CENTRAL DE NOTÍCIAS

[Instituto da USP cria pós-graduação em Biologia de Sistemas](#)

JORNAL DA USP - SP

[Instituto da USP cria pós-graduação em Biologia de Sistemas](#)

PLANTÃO NEWS

[Inscrições abertas para edital de seleção interna para doutorado sanduíche no exterior](#)

G1

[MPF denuncia grupo suspeito de fraudar licitações de 14 cidades da BA para desviar R\\$ 30 milhões em verbas](#)

MEIO E NEGÓCIO

[Inteligência artificial da IBM não consegue superar ser humano](#)

O SUL - RS

[Com onze novos cursos, a Pós da PUCRS conta com aulas presenciais com renomados professores](#)

PORTAL ÉPOCA

[Em tempos de Vélez, Capanema](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

[Polêmicas em pauta na Câmara Legislativa](#)

Paralelamente à implantação do modelo de gestão compartilhada com a Polícia Militar, que divide pais, professores e alunos, deputados distritais preparam projetos de lei com temas delicados, como o Escola sem Partido e o Escola sem Mordça
EDUCAÇÃO

Primeira grande aposta do governo na área de educação, a militarização de quatro escolas do Distrito Federal provocou discussões acaloradas entre professores, pais e estudantes. As investidas regadas a polêmica, porém, não se restringem às canetadas do Executivo. Na Câmara Legislativa, tramitam projetos de lei controversos, de autoria de distritais, que devem inflamar as discussões sobre o que vale ou não para estudantes e professores. Entre as matérias, há a nova versão do Escola sem Partido, que prevê uma série de medidas para evitar a prática de “doutrinação política e ideológica nas escolas” e desautorizar o envolvimento do poder público no “processo de amadurecimento sexual” dos estudantes.

Assinado por Daniel Donizet (PSL), Martins Machado (PRB), Valdelino Barcelos (PP) e Rodrigo Delmasso (PRB), o PL nº 70/2019 proíbe professores de promover “suas preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”. Além disso, estabelece que, na abordagem de questões políticas, socioculturais e econômicas, os educadores apresentem, “de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes”. “(Tratar disso) é dever dos pais. Como um professor vai conseguir cuidar dessa questão com cada aluno?”, questionou Donizet, professor de ensino médio.

A premissa deve valer não só no momento do ensino, mas nas políticas e planos educacionais, nas avaliações para o ingresso no ensino superior e até nas provas de concurso para professor da Secretaria de Educação. “No certame, para a vaga de docente na área de biologia, o candidato que respondesse que a teoria evolucionista é errada por acreditar na criacionista não poderia ser eliminado”, exemplificou Delmasso, pastor da Igreja Sara Nossa Terra. “A ideia é de que não haja conceitos pré-moldados, mas tolerância às teorias. Será a lei da transparência histórica”, completou.

Sobre a vedação à interferência do Estado no “processo de amadurecimento sexual” dos alunos, Delmasso explicou que não se trata da proibição à educação sexual na rede pública. “O assunto deve ser abordado, mas com linguagem adequada à idade, senão, você incita a antecipação das coisas. O episódio de Planaltina, por exemplo, não pode voltar a ocorrer”, pontuou, em referência à peça O Auto da Camisinha, apresentada no Centro de Ensino Fundamental 3 (CEF) da cidade. As disposições da lei deverão constar em cartazes fixados nas salas de aula e dos professores.

Contrário à iniciativa, o deputado Fábio Félix (PSol) antecipou ao Correio que apresentará um projeto de lei, com outros parlamentares, intitulado Escola sem Mordça. A proposta está em fase de elaboração e discussão, mas busca garantir a diversidade de pontos de vista e concepções pedagógicas. “O projeto Escola sem Partido visa transformar os colégios em espaço de reprodução das ideologias religiosas e sexistas, impedindo a pluralidade de ideias. Nosso PL propõe a educação para a cidadania, com debates sobre machismo, violência contra a mulher, racismo, LGBTfobia e transfobia nas instituições de ensino”, detalhou.

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa, Fábio Félix acrescentou que montará, no comitê, um observatório para analisar como a proposta de gestão compartilhada com a Polícia Militar foi implantada em quatro escolas. “Queremos avaliar o projeto-piloto em parceria com entidades renomadas na área internacional, Universidade de Brasília, Conselho Nacional de Direitos Humanos.” Segundo o distrital, a iniciativa incluirá, ainda, consultas à Organização das Nações Unidas (ONU) e discussões sobre a identidade da juventude nas escolas.

Contramão

No caminho contrário das propostas do Executivo, os deputados protocolaram dois projetos de lei (PLs nº 14 e 141) com mudanças para o Passe Livre Estudantil. As matérias propõem a ampliação do benefício, sendo que uma delas libera o acesso de alunos das redes pública e privada para atividades culturais e de lazer, inclusive em fins de semana e recessos escolares. A proposta visa a estender o uso dos cartões para mais pessoas, como moradores da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do DF e Entorno (Ride) e acompanhantes de alunos menores de idade ou com deficiência.

Nas eleições de 2018, a capital elegeu quatro professores como distritais — Daniel Donizet (PSL), João Cardoso (Avante), Leandro Grass (Rede) e Reginaldo Veras (PDT). Os parlamentares destacaram a dificuldade de aprovar leis de autoria própria que, na prática, provoquem melhorias à rede pública, devido às restrições da Lei Orgânica do DF (leia Palavra de especialista). Por isso, o enfoque da atuação nos próximos quatro anos deve recair, especialmente, sobre a fiscalização das ações e a destinação de emendas parlamentares.

Professor de cursinhos preparatórios e parlamentar em segundo mandato, Veras destacou que os avanços ainda podem ocorrer por meio do aperfeiçoamento de projetos do Executivo local. “Quando fui relator do Plano Distrital de Educação (PDE), acrescentei emenda prevendo que o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) ocorresse por forma de lei.” Ele completou: “A partir daí, negociamos com o governo e viabilizamos o aval para que os recursos previstos em emendas fossem encaminhados diretamente às escolas ou regionais, desburocratizando o processo.”

Na primeira legislatura, o professor de ensino superior Leandro Grass elencou ações tomadas nos primeiros dias de mandato: “Fizemos uma fiscalização das escolas em estado crítico; acompanhamos de perto a questão do Passe Livre Estudantil; e analisamos contratos.” A partir do levantamento de dados e demandas, serão estabelecidos os próximos passos. “Nossa ideia é trabalhar sempre in loco, mediando as tratativas entre as escolas e a Secretaria. Além disso, pretendemos usar boa parte das emendas com o PDAF”, comentou Grass.

Gestão compartilhada

Iniciativa do GDF, o projeto-piloto de gestão compartilhada das secretarias de Educação e da Segurança Pública entrou em prática na segunda-feira. O Centro Educacional 3 (CED) de Sobradinho; o CED 1 da Estrutural; o CED 7 de Ceilândia; e o CED 308 do Recanto das Emas transformaram-se em Colégios da Polícia Militar. As quatro instituições de ensino contarão com 20 a 25 PMs da reserva ou com restrições médicas. Eles ficarão responsáveis pelas decisões disciplinares e administrativas das escolas e

ministrarão, no contraturno escolar, aulas relacionadas à “cultura cívico-militar”.

Palavra de especialista

Limitações

“É necessário entender o papel do parlamentar para cobrá-lo. Sobre educação, a Constituição Federal prevê competência privativa da União para traçar normas gerais. O Distrito Federal é detentor da competência concorrente, ou seja, supre lacunas, respeitadas as diretrizes nacionais. No tocante às atribuições do DF, a competência para legislar pode ser do Poder Executivo ou do Legislativo; por isso, um parlamentar não tem poder para criar projeto sobre determinados temas, pois incorre em vício de iniciativa. Questões administrativas relativas às escolas são exemplos de iniciativa do Poder Executivo, nas quais cabe aos deputados fiscalizar as ações do governo.”

Iara Cavalcante, advogada especialista em direito eleitoral

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**Escolas militares e colégios civis com mesmo perfil têm desempenho similar
Aposta do governo Jair Bolsonaro (PSL) para a educação, modelo tem crescido nas
redes públicas**

Brasília , São Paulo e Curitiba

Para Maria Helena Guimarães de Castro, que integrou o MEC nas gestões FHC e Temer, essas escolas não atendem aos desafios do país. "É preciso melhorar a qualidade e equidade do sistema. A proposta de escola militar é mais um projeto sem que a gente enfrente os desafios reais".

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/escolas-militares-e-colegios-civis-com-mesmo-perfil-tem-desempenho-similar.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

USP recua e vai matricular aluno de escola militar

USP recua e vai matricular aluno de escola militar

BRASÍLIA

A Universidade de São Paulo (USP) voltou atrás e confirmou a matrícula de alunos de colégios militares mantidos pelas Forças Armadas que foram aprovados no vestibular da instituição. A decisão da USP de cancelar a inscrição desses estudantes mobilizou o Comando do Exército e o MEC. A corporação identificou na medida uma retaliação ao governo Bolsonaro.

A Universidade de São Paulo (USP) voltou atrás e resolveu confirmar a matrícula de alunos de colégios militares mantidos pelas Forças Armadas que foram aprovados no vestibular por meio do Sistema de Seleção Unificado (Sisu). Conforme o Estado revelou, a decisão da USP de cancelar a inscrição desses estudantes mobilizou na semana passada o Ministério da Educação e o Comando do Exército, que viu na medida uma retaliação ao governo de Jair Bolsonaro. O Exército já foi informado sobre o recuo.

Em nota, a USP afirmou que, “face às afirmações que se tornaram públicas e para

garantir a lisura de seu processo de matrícula, todos os candidatos aprovados oriundos de colégios militares, vinculados e mantidos efetivamente pelas Forças Armadas, que se inscreveram no vestibular optando pela ação afirmativa para egressos de escolas públicas, tiveram a sua matrícula aceita, uma vez que atendem plenamente ao regramento estabelecido para o concurso vestibular 2019”.

A universidade disse ainda que este ano decidiu analisar “caso a caso” as matrículas relativas a este público em virtude de questionamentos recebidos pela Comissão de Acompanhamento do Vestibular da instituição. Segundo a nota, havia informações que davam conta da existência de instituições denominadas militares, mas que, na verdade, seriam administradas por entidades privadas e mantidas por mensalidades. “Por essa razão, os candidatos aprovados no vestibular, oriundos de escolas militares, tiveram a sua matrícula analisada caso a caso. Os poucos casos de indeferimento de matrícula estão em análise, em função de recursos apresentados”, afirmou.

Na semana passada, quando o Estado revelou a medida, a Pró-Reitoria de Graduação da USP havia alegado que as 12 escolas mantidas pelo Exército não se enquadrariam no sistema de cotas por serem mantidas por contribuições e cotas mensais pagas por pais de alunos. Em e-mail enviado aos estudantes para informar sobre o cancelamento da matrícula, a universidade comunicou a um aluno aprovado no curso de Medicina que cancelou sua matrícula para não “burlar” a “finalidade das políticas de inclusão”.

Em reunião fechada no câmpus na quinta-feira passada, um representante do Comando Militar do Sudeste, sediado em São Paulo, tentou convencer dirigentes da universidade a reverter a decisão, que afeta mais de 20 alunos, nas contas do Exército, ou dez, segundo a USP.

Os militares acionaram até o governador paulista, João Doria (PSDB), pois a universidade é mantida pelo Estado, e contataram em Brasília o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, que interferiu a favor dos alunos das escolas militares.

Um representante do Exército lembrou que, em outubro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal entendeu que os colégios militares são escolas do ensino oficial ao julgar improcedente uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a cobrança de contribuição obrigatória nos colégios militares. O relator, ministro Edson Fachin, considerou que essas contribuições não configuram ofensa à regra constitucional da gratuidade do ensino. As aulas na USP começam hoje, com a recepção aos calouros.

“Todos os candidatos aprovados oriundos de colégios militares que se inscreveram no vestibular tiveram a matrícula aceita.” Universidade de São Paulo

COMUNICADO OFICIAL

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

Ou é Previdência, ou cortar saúde e educação, ou é nada

Para presidente do Insper, mudanças no sistema de aposentadoria são essenciais, mas ele alerta que vão apenas estancar a piora nas contas públicas: Só estamos no início da crise

ENTREVISTA - Marcos Lisboa /ECONOMISTA

O economista Marcos Lisboa, presidente do Insper, diz que, sem mudanças na Previdência, a maior das despesas públicas obrigatórias, faltarão recursos para saúde, educação e para investimento em infraestrutura urbana. O economista, que foi secretário de Política Econômica do governo Lula, diz que não existe alternativa à reforma. Paulo Guedes, ao assumir o ministério da Economia, chegou a dizer que, se ela não fosse aprovada, o plano B seria desvincular todo o Orçamento. Lisboa ressalta, porém, que a mudança nas aposentadorias deve ser seguida por outras reformas, como a abertura econômica. O economista também critica retrocessos na agenda liberal de Guedes, como concessão de subsídios à Sudene e a decisão de taxar o leite importado. Para ele, são medidas que seguem o padrão Dilma Rousseff.

O Insper tem estudado a questão da Previdência. Quais as principais conclusões? Tivemos um envelhecimento muito rápido da população, em decorrência de uma mudança demográfica também muito rápida. Chegamos a ter nove trabalhadores para cada aposentado. Hoje estamos com quatro. Isso também vai cair, e quem paga a remuneração do aposentado é o trabalhador. Alguns estados não têm dinheiro para pagar salários, manter viaduto, cuidar do saneamento. E a má notícia é que esse é só o começo da crise. A falta de dinheiro vai aumentar com o envelhecimento da população, mesmo com a reforma.

Mesmo com a reforma?

A reforma resolve o fluxo, a entrada, mas tem um estoque que vai aumentar. Tem uma imensa quantidade de servidores públicos que vão se aposentar com as regras atuais. A reforma é necessária para parar de piorar, mas ela não resolve a piora já programada dos problemas de estados e municípios e dos já aposentados. O custo da Previdência é muito alto e vai ser agravado por esse pessoal que a reforma não afeta. Não estamos investindo na manutenção de viadutos, pontes, estradas e em saneamento. Se não investir, mais pontes e viadutos vão cair. Tem que reduzir as despesas obrigatórias, como a da Previdência, senão vamos ter problemas crescentes na infraestrutura urbana do país.

Como avaliou os pontos da reforma que o governo divulgou?

Era o esperado. A boa notícia é que não teve surpresa. Há um certo consenso sobre a reforma da Previdência. Confesso que não entendo por que não aproveitaram a do governo Temer. Poderiam fazer pequenos ajustes e seria mais rápido. Às vezes tem uma lógica da política, da vaidade, sobre quem é o dono da ideia, que a gente não entende.

A reforma de Bolsonaro terá impacto significativo nas contas públicas?

Ela é essencial, é fundamental e tem que ser apoiada, mas vai resolver todos os problemas? Não. É o começo de uma longa trajetória. Temos que abrir a economia para o comércio exterior, reduzir subsídios... E tem uma reforma tributária difícil de ser feita. Parece que nessa área o governo está completamente perdido, que está muito mais comprometido com uma agenda corporativista. E há uma superficialidade nas discussões que surpreende.

O governo está cedendo em questões como subsídios?

O governo renovou e aceitou subsídios para Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), para a Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). O governo tem preservado políticas tradicionais do governo Dilma. Não se tratou mais da agenda do Sistema S. A boa notícia é que o time que está cuidando da Previdência é fantástico. Pena que parte desse governo foi contra essa reforma um ano e

meio atrás.

Em que áreas o governo decepcionou?

Quem diria que, no começo do mandato, um governo liberal ia sancionar subsídios e discutir retomada de proteções setoriais... Não é só a tarifa do leite (o governo decidiu manter proteção contra leite importado), é a proteção de bens de capital, todas as medidas criativas para lidar com o problema dos estados, como usar receita futura para pagar despesa corrente. Isso é padrão governo Dilma Rousseff, não esperava ouvir isso nunca mais, mas ouvimos de novo esta semana, e isso preocupa. Eu entendo não ter agenda para o resto, dada a prioridade da Previdência, mas retrocesso a essa altura do jogo é um pouco demais.

Como está vendo a mobilização política?

A impressão é que está tudo muito atrapalhado. Pelo menos tem o presidente (da Câmara dos Deputados) Rodrigo Maia, que, como a equipe da Previdência, é do ramo e tem uma agenda arrumada há anos. Há razões para ficar otimista.

Tratar da reforma dos militares separadamente não provoca resistência?

Acho que os militares têm uma carreira diferente. Não precisa uma emenda constitucional. Mas espero que todos entendam que o país entrou numa rota de autodestruição porque ninguém queria ceder, e andamos para trás. A renda do trabalho nos países emergentes fora da América Latina cresceu 127% entre 1995 e 2016, no Brasil cresceu 18%. Estamos num jogo destrutivo em que cada pequeno grupo defende o seu favor público. É o industrial que tem um subsídio do BNDES, é o outro que não consegue competir com o produto importado, o comércio ou serviço que tem regime tributário favorecido, o pequeno produtor que tem o benefício do Simples, o servidor público que tem uma aposentadoria privilegiada. Esse jogo de autopreservação dos privilégios, que é disseminado no Brasil, está levando (o país) ao retrocesso.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que tinha um plano B se não conseguisse aprovar a reforma, que era desvincular todo o Orçamento. É viável?

Desvinculação é fazer a reforma da Previdência, que é o maior gasto público. Ou é Previdência, ou é cortar gastos em saúde e educação, ou é nada. Não pode reduzir salário de servidor, não pode cortar aposentadoria, não pode mexer nas transferências para estados e municípios, o que sobrou para desvincular mesmo? Saúde e educação.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

Falta sintonia no ensino técnico

A expansão do ensino técnico está no radar das políticas públicas. Já constava do Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional em 2014, durante o governo Dilma. Nele há a meta ambiciosa de triplicar até 2024 o atual número de matrículas (1,7 milhão) da modalidade. A reforma do ensino médio, aprovada na gestão Temer, e as promessas de campanha de Bolsonaro também sinalizam para o crescimento do setor. O movimento é mesmo necessário, considerando que o Brasil tem, em comparação com países ricos, uma proporção ainda baixa da força de trabalho com esse tipo de formação. Porém, se essa expansão não for feita com critério e qualidade, há o risco de agravar ainda mais ineficiências já existentes.

Uma delas foi detalhada em artigo que o Ipea publica hoje, de autoria dos pesquisadores Mauricio Cortez Reis (Ipea) e Marina Aguas (IBGE). Eles mostram que apenas um em

cada quatro brasileiros formados em cursos técnicos de nível médio trabalham em ocupações que exigem esse tipo de qualificação. Os demais ou acabaram ingressando no ensino superior (caso de 25%) ou estão em trabalhos em que a formação em nível técnico não é exigida.

Esse descompasso entre a formação e a área de atuação traz consequências para os rendimentos dos trabalhadores. Ao utilizar dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e do Código Brasileiro de Ocupações, os autores mostram que pessoas com ensino técnico completo atuando em trabalhos em que há essa exigência recebem, em média, rendimentos 25% maiores em comparação com quem apenas tem nível médio completo no Brasil. Esse é o melhor dos cenários analisados, pois há um casamento perfeito entre a qualificação e a demanda exigida para aquela ocupação.

Os pesquisadores verificaram também qual o retorno, em termos salariais, quando um trabalhador com ensino técnico completo atua numa função em que isso não é exigido – ou seja, alguém com excesso de qualificação formal para o trabalho que na prática exerce. Nesse caso, os ganhos (também em relação com quem tem apenas o nível médio completo) caem para 13%.

O terceiro caso analisado foi o de trabalhadores sem formação técnica adequada, atuando numa profissão em que há exigência disso. Neste caso, os ganhos caem para 6%, e eles só são verificados porque ocupações que demandam ensino técnico, em geral, pagam melhor do que aquelas que demandam apenas ensino médio.

"As evidências sugerem que é importante aumentar a participação dos trabalhadores em programas de educação profissional, mas esse aumento deve acontecer em sintonia com as necessidades do mercado de trabalho", afirmam os autores no estudo.

O descompasso entre a formação de nível técnico e a função exercida tem várias explicações possíveis. Uma delas é que há muitas escolas técnicas de nível médio que são vistas pela população como de melhor qualidade em comparação com as públicas tradicionais. Por isso atraem também alunos cujo principal objetivo – absolutamente legítimo – é na verdade o ingresso no ensino superior.

Há também dinâmicas próprias do mercado de trabalho, que podem levar os formados em cursos técnicos a escolherem – por iniciativa própria ou falta de opção – carreiras distintas de sua área de formação. No entanto, o mais preocupante é quando há cursos técnicos que preparam jovens para ocupações obsoletas ou com pouca demanda no mercado de trabalho em que estão inseridos. Sem essa sintonia, o investimento, seja ele público ou privado, na formação dos jovens continuará tendo alto grau de ineficiência.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Grupos de ensino

O início de uma possível "Lava -Jato da Educação" derrubou as ações dos grupos de ensino na B3 na sexta-feira. O papel da Ser Educacional encerrou o pregão em baixa de 7,18%, a R\$ 19,65. Em seguida vieram a Kroton, com desvalorização de 6,21%, e a Estácio, com recuo de 5,2%. A ação da Anima teve desvalorização de 1,25%. Na sexta-feira, o presidente Jair Bolsonaro postou no Twitter mensagem de apoio ao acordo fechado um dia antes pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez, com o Ministério da Justiça para investigar indícios de irregularidades em gestões anteriores do MEC. Vélez

e Bolsonaro chamaram a iniciativa de "Lava-Jato da Educação".

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6122751/curtas>

topo ↕

DCI - SP - POLÍTICA

Moro vai investigar corrupção dentro do MEC EDUCAÇÃO

● O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, assinou acordo para investigação de indícios de corrupção, desvios e outros de atos lesivos à administração pública no âmbito do MEC em gestões anteriores, informou o ministério.

O protocolo de intenções foi assinado por Rodrigues, pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro, pela Controladoria-Geral da União e pelo Advogado-Geral da União, André Mendonça, diz o MEC.

Entre os casos apurados estão favorecimentos considerados indevidos no Programa Universidade para Todos (ProUni), desvios no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), concessão ilegal de bolsas de ensino à distância e irregularidades em entidades federais.

Lava Jato da Educação

Pelo Twitter, o presidente Jair Bolsonaro escreveu que o governo dele vai dar início à "Lava Jato da Educação", para garantir que investimentos na área. "Muito além de investir, devemos garantir que investimentos sejam bem aplicados e gerem resultados. Partindo dessa determinação, o Ministro Professor Ricardo Vélez apurou vários indícios de corrupção no âmbito do MEC em gestões passadas. Daremos início à Lava Jato da Educação!" De acordo com o chefe do executivo, a assinatura e o comprometimento dos ministros em investigar o tema é apenas o início de um processo mais longo. "É apenas o primeiro passo!", escreveu o presidente em sua conta na rede social. /Estadão

Conteúdo

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - EDUCAÇÃO

12 perguntas e respostas para entender o novo projeto Escola sem Partido Miguel Nagib reafirmou que todos os direitos abordados na proposta do movimento ESP já estão previstos na Constituição brasileira

O projeto de lei (PL) do Escola sem Partido (ESP) está de volta – e turbinado. Apresentado no primeiro dia da nova legislatura pela deputada Bia Kicis (PSL-DF), o PL 246/2019 encampou as mudanças que o Movimento ESP fez desde seu primeiro esboço, que inspirava o projeto arquivado no final do ano passado. Em entrevista exclusiva à Gazeta do Povo, o fundador e presidente do ESP, Miguel Nagib, explica que o Movimento pretende manter o debate aceso enquanto o Congresso discute e vota a pauta econômica, mas avalia que o Ministério da Educação (MEC) e os Executivos federal, estaduais e municipais já poderiam implementar uma série de previsões do projeto.

É que, para Nagib, o PL do ESP apenas explicita uma série de direitos que já estão previstos na Constituição brasileira. Um deles, agora explícito no projeto, seria o direito de aluno gravar as aulas, fundamental para o aprendizado e para a fiscalização do ensino pelos pais. Outras mudanças em relação ao PL anterior foram a inclusão de uma

previsão de que as escolas particulares poderão oferecer, fora do currículo, conteúdos religiosos ou ideológicos, desde que previstos em contrato, e a extensão da proibição de atividades político-partidárias aos grêmios estudantis.

O fundador do ESP também afirma que o projeto não abandonou o combate à ideologia de gênero, inscrito na lei como uma abordagem “dogmática” ou “proselitista” das questões de gênero. “O que nossa proposta estabelece, e que a redação da Bia [Kicis, do PSL-DF] reproduz, é a proibição de uma abordagem ideológica das questões de gênero”, resume.

Na entrevista, Nagib também rebate argumentos contrários à proposta, como os de que fomentaria a desconfiança no ambiente escolar, fomentaria a judicialização da vida escolar e de que seria uma medida jurídica sem maturação prévia na sociedade civil – esta última crítica, verbalizada pelo escritor Olavo de Carvalho.

“A população está vendo e reconhecendo esses abusos graças ao trabalho do ESP, que tirou esse assunto das sombras. Então, o primeiro passo tem que ser jurídico”, diz.

Confira a entrevista abaixo:

Na sua visão, qual a principal inovação do projeto?

É a regra que explicita o direito dos estudantes e dos pais de gravar as aulas. Digo “explícita” para deixar claro que esse direito já existe. O direito à educação, previsto na Constituição, não compreende apenas o direito/dever de frequentar a escola, mas também o de utilizar os meios necessários e úteis ao efetivo aprendizado do aluno; e, para isso, nada melhor que poder escutar duas ou mais vezes a mesma aula. Do ponto de vista do estudante, [gravar a aula] é uma decorrência do direito à educação.

Do ponto de vista dos pais, isso é ainda mais importante, porque a Constituição prevê a garantia do padrão de qualidade do ensino no seu artigo 206, inciso VII. Quem pode aferir se o serviço prestado pelas escolas atende a essa garantia? O aluno, pela imaturidade, não é um bom juiz da qualidade do ensino. Quem deve fazer isso? Os pais é que têm condições de saber se a escola está prestando um bom serviço.

Leia também: Após zombar de quadro de saúde de Bolsonaro em sala de aula, professor de história se demite

Não deveriam ser os índices que medem a qualidade do ensino?

Certamente, o poder público tem o dever de avaliar a qualidade do serviço, mas não pode privar o usuário, que é a parte diretamente interessada, do direito de fazê-lo – o que também é garantido pela Constituição no seu artigo 37, parágrafo 3º. Mais ainda: o ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente], no artigo 53, parágrafo único, também garante aos pais o direito de ter ciência do processo pedagógico vivenciado pelos seus filhos.

Ou seja, os pais têm direito de saber o que seus filhos estão aprendendo na escola, não apenas do ponto de vista pedagógico, mas também para saber se seus filhos não estão sendo doutrinados ou se a escola está respeitando o direito deles, dos pais, sobre a

educação moral e religiosa de seus filhos, como garante a Convenção Americana de Direitos Humanos.

É possível se opor a isso? Obviamente, não. O professor não tem direito ao sigilo em sala de aula: nada do que acontece em uma sala de aula pode ser sigiloso.

E as leis que proíbem o uso de celulares em sala de aula?

Essa proibição somente se justifica por motivos estritamente pedagógicos, isto é, no interesse do aprendizado do aluno. Se o aluno utiliza o celular para gravar a aula, colocando o aparelho em cima da mesa do professor, por exemplo, não há prejuízo pedagógico algum. Pelo contrário.

Alguns educadores apontam o fomento de um clima de desconfiança mútua entre professores e alunos na sala de aula...

A confiança que deve existir entre professor, aluno e família é relativa, não absoluta. Os alunos têm direito de conhecer os seus direitos. Os pais têm direito de saber o que seus filhos estão aprendendo na escola. A relação de confiança não pode significar, obviamente, a renúncia a esses direitos.

Em todo caso, quem está gerando esse clima de desconfiança não é o ESP, e sim os militantes que se aproveitam da sala de aula para tentar fazer a cabeça dos alunos, e transmitir aos filhos dos outros suas próprias convicções morais. Isso, sim, é quebra de confiança.

Falando nisso, o projeto prevê que o Poder Público não “permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero”. O projeto anterior vetava a abordagem de gênero em sala de aula. O que o PL 246/2019 faz é endereçar especificamente a ideologia de gênero?

Exato. A proposta que foi apresentada pelo agora senador Izalci (PSDB-DF) não continha nenhuma referência às questões de gênero, isso foi objeto de outra proposta apensada. O que nossa proposta estabelece, e que a redação da Bia [Kicis, do PSL-DF] reproduz, é a proibição de uma abordagem ideológica das questões de gênero. Qualquer assunto pode ser analisado dentro de uma instituição de ensino, nosso projeto não cria nenhuma interdição de tema. Tudo vai depender do que estiver no currículo estabelecido pelas autoridades educacionais.

Particularmente, não acho que os debates de gênero sejam assunto para a Educação Básica, porque crianças e adolescentes não têm os pré-requisitos no campo da biologia, da psicologia e da antropologia para entender esse assunto de forma crítica e acabam manipulados pelos militantes da teoria ou da ideologia de gênero. Mas o projeto não interdita esse debate.

A nova redação do projeto prevê uma série de princípios para os “sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, mas faz uma ressalva às “escolas particulares que atendem a orientação confessional e ideologia específicas”. Por que essa ressalva foi feita?

As escolas particulares prestam um serviço duplo. Elas atuam como instituições de ensino que transmitem conhecimento e, nisso, elas são autorizadas a funcionar pelo Poder Público e fiscalizadas por ele. Mas elas também prestam um serviço às famílias, especialmente as escolas confessionais, auxiliando a educação religiosa e moral dos filhos. Na parte em que a escola presta um serviço público, ela se submete à Constituição Federal. Na outra parte, ela deve prestar um serviço previsto contratualmente.

É preciso separar as atividades curriculares, em que a escola se submete a todos os princípios do ESP, que explicitam o que a Constituição já prevê, dos conteúdos de “cunho religioso, moral e ideológico autorizados contratualmente pelos pais ou responsáveis pelos estudantes”, como diz o texto da lei. Em uma aula de biologia, por exemplo, não faz sentido um professor apresentar o criacionismo como uma teoria científica verdadeira, assim como não faz sentido apresentar a teoria da evolução como um dogma religioso.

Então, de acordo com o projeto, todas as escolas devem respeitar o cânone da biologia, mas uma escola religiosa poderia, fora da aula de biologia, ensinar criacionismo, e uma escola progressista, da mesma maneira, poderia ensinar que o gênero é dissociado do sexo biológico, se isso estiver previsto contratualmente?

Perfeitamente. E é preciso deixar tudo claro para que os alunos não confundam religião com ciência, nem ideologia com ciência.

E essa mesma distinção deve valer para os materiais didáticos?

Não só a eles, mas, como diz o projeto, às políticas e planos educacionais, aos conteúdos curriculares, aos projetos pedagógicos das escolas, às avaliações para o ingresso no ensino superior, às provas de concurso para ingresso na carreira docente e às instituições de ensino superior, respeitado o princípio da autonomia universitária.

E como seria a fiscalização?

No caso do material didático, a fiscalização começa no MEC. No Programa Nacional do Livro, os editais do MEC já poderiam, desde logo, incluir esses princípios nos editais. A sociedade também poderá fiscalizar. É muito mais fácil fiscalizar isso tudo do que o discurso do professor em sala de aula – e é para isso que serve aquela regra da gravação em sala de aula.

Há outra inovação no projeto, que é vedar “aos grêmios estudantis a promoção de atividade político-partidária”. Por que isso foi incluído no texto?

Esses grêmios estão sendo usados para fins político-partidários. Há uma lei, a de número 7.398 de 1985, que regulamenta o funcionamento dos grêmios estudantis e que diz que “fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais”. [A lei] não fala nada de atividade político-partidária, porque a lei não teve a intenção de politizar esses grêmios. Nós achamos importante explicitar isso, deixando a política partidária fora do estabelecimento de ensino.

O projeto, além do “dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero”, fala em proibir “técnicas de manipulação psicológica destinadas a obter a adesão dos alunos a determinada causa”. Esses termos genéricos não abrem uma janela muito ampla para a intervenção do Judiciário na vida escolar?

Tudo isso que está previsto no projeto já é lei no Brasil. Esse problema que você coloca na sua pergunta já existe, porque os pais, se quiserem, já podem processar os professores que violarem esses direitos.

Mas hoje eles não processam...

Não fazem porque não sabem. Mas a legislação já existe. O que nós queremos é que os pais e os professores saibam disso. Nós não queremos "economizar" a Justiça, que existe para evitar que as violações à lei ocorram. Se os professores respeitarem os direitos dos pais, não vai ter processo nenhum. Mas se desrespeitarem, os pais têm o direito de recorrer à Justiça. Isso é o Estado de Direito e é cidadania.

Quando o Código de Defesa do Consumidor entrou em vigor, falava-se muito na judicialização das relações de consumo. Mas quem estava preocupado com isso? As empresas estavam, mas o Ministério Público e a imprensa aplaudiam o Código como um grande avanço. Nós estamos fazendo exatamente a mesma coisa.

Não seria, para lembrar as críticas que o Olavo de Carvalho fez ao Movimento, porque ele pulou direto para a formatação jurídica, sem delimitar o problema e sem uma maturação prévia na sociedade civil?

A aprovação de uma lei contra a doutrinação nas escolas não é o principal objetivo do ESP, mas sim a nossa principal estratégia para levar ao conhecimento da sociedade brasileira os direitos que ela tem, especificamente os limites éticos e jurídicos da atividade docente. Se o estudante não sabe que está sendo vítima de uma conduta abusiva, ilícita, ele não reage. É a consciência da ilicitude dessas práticas que faz com que o estudante se reconheça como vítima da doutrinação. A abordagem jurídica, na verdade, é necessária para que o estudante se reconheça como vítima de uma conduta abusiva.

Talvez, a principal contribuição dada pelo Movimento Escola sem Partido ao debate sobre a doutrinação nas escolas e universidades tenha sido a de desnaturalizar essas práticas, mostrando que elas são ilegais, abusivas e condenáveis do ponto de vista ético e legal. No momento em que a sociedade começa a enxergar isso, ela reage. A população está vendo e reconhecendo esses abusos graças ao trabalho do “Escola sem Partido”, que tirou esse assunto das sombras. Então, o primeiro passo tem que ser jurídico.

Já que você falou em estratégia, essa nova versão facilita a tramitação do projeto? Como você avalia a conjuntura política para a aprovação desse projeto?

Essa nova redação não foi feita para facilitar a aprovação, mas para tornar o projeto mais eficaz em inibir as práticas que ele pretende combater. O que vai facilitar a aprovação do projeto é o apoio do novo Congresso, que está mais à direita, e o apoio que vai receber do [presidente Jair] Bolsonaro. Esse apoio virá na hora certa, agora a

pauta econômica é mais urgente. Nós vamos tentar continuar avançando e disseminando conhecimento sobre o tema. Mas, enquanto o projeto não avança no Legislativo, ele pode avançar no Executivo, que já tem o dever de coibir as práticas ilícitas descritas no projeto. União, estados e municípios já têm o dever de respeitar a Constituição.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - 2º CADERNO

Lava Jato no MEC derruba ações de gigantes do ensino

As ações de gigantes da educação despencaram na sexta-feira, após o Ministério da Educação (MEC) anunciar a intenção de investigar indícios de corrupção na pasta. Os papéis da Kroton (-6,21%) e da Estácio (-5,2%) lideraram as quedas do Ibovespa (principal índice brasileiro), que também fechou em baixa de 0,5%, a 97.525 pontos.

A Ser Educacional e a Ânima Educação, que não compõem o índice, caíram 7,2% e 1,25%, respectivamente. Na quinta-feira, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, disse que uma investigação feita pela nova gestão do MEC pode dar início à “Lava Jato da Educação”, conforme informou o ministério em nota. Rodríguez assinou um protocolo de intenções com o objetivo de apurar indícios de corrupção, desvios e outros tipos de atos lesivos à administração pública no âmbito do MEC e de suas autarquias nas gestões anteriores.

Além de Rodríguez, ratificam o documento os ministros Sérgio Moro (Justiça) e Wagner Rosário (Controladoria-Geral da União – CGU), e o advogado-geral da União, André Mendonça. Participou do encontro, ainda, o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Maurício Valeixo. Entre os casos apurados estão supostos favorecimentos considerados indevidos no ProUni (Programa Universidade para Todos), desvios no Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), concessão ilegal de bolsas de ensino a distância e irregularidades em universidades federais. Investidores temem que empresas do setor possam ser implicadas, o que afetaria negativamente sua imagem e afastaria alunos. “Se houve corrupção e alguma instituição se envolveu, isso pode ter impacto negativo na sociedade e no número de matriculados e ingressantes. Aí, o mercado financeiro se preocupa”, diz William Klein, presidente da Hoper, consultoria especializada em educação.

O MEC encaminhará documentos para que o Ministério da Justiça, a PF, a AGU e a CGU possam aprofundar investigações, instaurar inquéritos e propor eventuais medidas judiciais. Para Carlos Monteiro, presidente da CM Consultoria, a iniciativa vem em boa hora. “Existem muitas áreas em que é sabido que acontecem tráfico de influências, conflitos de interesses, só que ninguém comenta, porque ainda não conseguiram assegurar diretamente”, afirma. Ele destaca que ações do setor educacional já vinham sofrendo nos últimos tempos. “É uma mistura: as dificuldades de captação pelo novo Fies (programa de financiamento estudantil) são maiores, e os contratos ofertados pelo governo caíram muito; ao mesmo tempo, os alunos do Ensino Superior sumiram, e as grandes redes começaram a fazer o alongamento das parcelas para alguns matriculados”, afirma.

O dólar comercial fechou em queda de 0,96%, a R\$ 3,704, após a confirmação de que o presidente Jair Bolsonaro encaminharia a proposta de reforma da Previdência com idade mínima de 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens), e 12 anos de transição. A moeda à vista recuou 0,70%, para R\$ 3,709.

topo ↕

BRASIL247 - NOTÍCIAS

Atacar as universidades também empobrece o país

Como parte da consecução de seu projeto de primeiros 100 dias de Governo, quando, em tese, um chefe de Estado recém-eleito conta com o maior lastro social para implementar suas medidas, o presidente Jair Bolsonaro (PSL), através de seus ministros da Educação, Ricardo Vélez, e da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, lançou esta semana um projeto de investigação de "irregularidades" no âmbito da Administração pública na Educação, já conhecido como a "Lava-jato" do setor.

A medida casa com sua agenda de ultraliberalismo econômico enevado pelo conservadorismo nos costumes que tem, como principal bandeira legitimadora, o suposto "combate à corrupção". A receita é velha e já foi adotada desde o "mar de lama" que deporia o ex-presidente Getúlio Vargas (PTB, 1951-1954), não fosse seu suicídio, até o golpe perpetrado contra a presidente legítima do mandato 2015-2018, Dilma Rousseff (PT).

O que este projeto esconde, no entanto, é uma iniciativa estratégica de tornar nula a resistência universitária ao projeto de desmonte do Estado, sendo o ambiente acadêmico um dos centros mais ameaçadores ao atual projeto imperialista de poder no Brasil, vindo de fora e aliado a elites econômicas locais que se interessam pela manutenção de privilégios, conforme já ratificavam Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, hoje sucedidos por Jessé Souza. Além de tornar coesos os setores moralmente conservadores para invisibilizar os prejuízos causados pelas reformas econômicas, sobretudo às populações mais pobres, tal medida corrobora para a sedimentação ideológica do atual Governo, visando a um projeto de poder de longo prazo.

Nos principais rankings universitários do país, tendo São Paulo suas principais universidades circunscritas ao âmbito da Administração estadual (USP e Unicamp, por exemplo), Minas Gerais se mostra o principal estado em Universidades Federais, figurando a UFMG como a segunda em qualidade de ensino e pesquisa entre as federais, atrás da UFRJ. O Rio de Janeiro, no entanto, aparece apenas com esta e a UFF, em Niterói. Das restantes, aparecem entre as principais principalmente universidades situadas em capitais, sendo São Paulo com sua rede estadual e Minas com a rede federal os estados que mais têm universidades bem avaliadas em cidades do interior. Entre as mineiras, destacam-se as Universidades Federais de Viçosa (UFV) e São João Del-Rei (UFSJ), além daquelas de Juiz de Fora (UFJF), Lavras (UFLA), e Uberlândia (UFU).

À exceção de Uberlândia e Juiz de Fora, todas são situadas em cidades com menos de 300 mil habitantes, afirmando-se as autarquias de ensino público superior e pesquisa científica como um dos principais agentes econômicos desses municípios, senão o principal. Mesmo Juiz de Fora, com seus quase 600 mil habitantes, tem na Universidade importância fundamental para economia, produção cultural e preservação patrimonial, dependência que só se aprofunda tanto quanto menores e de economia mais restrita são os municípios.

Desta forma, o ataque às Universidades pode causar novo ciclo de efeitos devastadores a Minas Gerais, tal qual o que se aproxima com a crise na mineração, colocando o estado no caminho que se configurou no Rio com a Lava-jato original, da Petrobras. A título de exemplo, a construção de um Hospital Universitário junto à UFJF, que atende com sucesso a população juiz-forana por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), foi

alvo de uma investigação que teria constatado desvio de R\$ 19 milhões em contratos com a iniciativa privada e que resultou na prisão do ex-reitor Henrique Duque, um dos mais conceituados da história da instituição e responsável por saltos na qualidade de ensino, pesquisa e extensão na UFJF.

Não é de hoje que, sabe-se, no Brasil os modelos licitatórios envolvem métodos pouco ortodoxos de exigência contrapartidas para financiamentos de campanha, a fim de as empresas lograrem os contratos pretendidos. No âmbito universitário, este procedimento condenável pode servir tanto às eleições internas da autarquia quanto para "caixas dois" de partidos aliados em eleições municipais e gerais. Entretanto, usar do punitivismo vigente no Brasil, que passa por cima do contraditório e da ampla defesa, para dar seletividade às investigações do Ministério Público Federal (negligenciando os mesmos métodos implementados pelas pessoas que ora ocupam o poder) é o mecanismo que foi aplicado à Petrobras para atingir o Governo do PT e, de dois anos para cá, tem chegado ao ambiente universitário na tentativa de desbaratar a resistência intelectual ao regime de exceção que se busca estabelecer.

O que começou na UFSC, terminando no suicídio do reitor Luiz Carlos Cancellier, e passou pela UFMG com mandados de condução coercitiva a professores e pró-reitores e pela UFJF com a prisão do ex-reitor Henrique Duque, configura-se o mais veemente ataque à educação e ao livre-pensamento desde a ditadura militar.

Em Minas, pelo menos três núcleos de pesquisa podem ser alvo de perseguição ideológica por manterem pensamentos com potencial amplamente contrários ao status quo político brasileiro. Em Belo Horizonte, o Programa de Pós-Graduação (PPG) em Filosofia da UFMG possui conceito sete (o mais alto) da **Capes**. Seu núcleo de Estética e Filosofia da Arte, por exemplo, tem em suas premissas estudar manifestações da angústia no campo das artes, o que abrange manifestações pouco assimiláveis pelos falsos moralistas da polícia ideológica de MBL e afins. Assim vale, igualmente, para os PPGs de Comunicação Social da UFMG, com pesquisas que contestam a hegemonia dos aparelhos midiáticos privados nas mãos de poucas famílias no Brasil, e Ciência da Religião da UFJF, que discute a religiosidade sob arcabouços muito distantes daqueles prezados pelo fundamentalismo cristão que dá lastro ideológico ao Governo.

Universidade emprega, forma profissionais, desenvolve tecnologia e consciência cidadã, amalgamando conhecimento, economia e avanços civilizatórios que, além de fazerem a sociedade melhorar nos valores éticos e morais, produzem riqueza por meio do investimento em tecnologia, do aperfeiçoamento da democracia e da formação de consciência para conquista de direitos. Portanto, o ataque ideológico ao ambiente universitário, com fins pragmáticos de restringir o campo de atuação das humanidades (mais do que da dita "esquerda"), pode terminar por aprofundar a crise econômica no Brasil, a exemplo do que ocorreu a países que empreenderam modelos similares de assujeitamento ideológico, seja à direita ou à esquerda, em detrimento do avanço civilizatório.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

"Transparência de gigantes é nula", diz especialista em educação

Segundo Tel Amiel, da UnB, escola tecnológica pensada por grandes empresas apresenta riscos para alunos e instituições de ensino

Na medida que as gigantes tecnológicas, como Google e Microsoft, avançam nas escolas, a preocupação acerca de suas intenções nesse mercado aumenta. Para Tel Amiel, coordenador da cátedra de educação à distância da Unesco na Universidade de Brasília, falta transparência à essas empresas para manipular os dados de jovens e crianças. Ele conversou com o Estado sobre o assunto.

Qual é a sua opinião sobre a presença de gigantes da tecnologia, como Google e Microsoft, no mercado de educação?

O primeiro problema são as escolas públicas dependendo de software fechado de empresas privadas. Esse é um problema de gestão pública. A segunda questão importante é o movimento de dependência. Você ensina desde cedo a criança a mexer naquela plataforma, ela se acostuma com aquilo e é muito fácil fidelizar essa pessoa. Sempre foi um movimento das empresas de software. Isso é ruim porque reforça o discurso de que não há alternativas. O terceiro problema que vejo é que isso limita muito a ponta, porque tira alternativas do que as pessoas podem fazer nas máquinas - se quiser usar algum outro tipo de sistema não pode. Uma crítica que faço em relação ao ensino superior, mas que acredito também se aplica ao básico, é que quando você delega esses serviços para empresas você tira a capacitação dos servidores.

A coleta de dados de alunos preocupa?

O problema é que temos uma massa de informações de alunos, não só informações geradas no ambiente de sala de aula mas também de comportamento, que é gerada por uma empresa estrangeira. Quem controla essas informações, como esses dados serão usados, se vai gerar resultados de propaganda, se isso vai ser cruzado com outros e-mails dos alunos para gerar um perfil. A transparência disso é nula. Não temos a menor noção de como isso é gerido.

O que motiva mais as gigantes a entrar no mercado de educação: os contratos, a fidelização do aluno ou os dados deles?

O Google, quando chega numa secretaria de educação, não traz custos novos. Então, qual é o benefício de oferecer um serviço a custo zero? Fica muito fácil de saber que tem alguma outra coisa sendo gerada. Atualmente, para a Microsoft também não é atrativo vender o pacote. Eles preferem que os clientes fiquem ligados à nuvem. Como consumidor final, você paga isso mensalmente em vez de uma vez só. Não conheço os contratos atuais da Microsoft para ensino básico, mas eles me parecem muito mais próximos ao do Google.

Quais seriam as alternativas a essas empresas?

Vou dar um exemplo concreto: o sistema de edição de documentos da UnB é de software livre. Existem pelo menos meia-dúzia de serviços de processamento de textos, que são pagos e são de altíssimo nível. Poderiam ser instalados em escolas e secretarias. Você poderia trabalhar com uma solução paga que tem garantia de proteção de dados. Temos que ter consciência sobre qual modelo de negócios estamos lidando. Se você está pegando algo de graça, tem que saber o que está dando em troca. No ensino, isso é muito preocupante.

Para que os serviços do Google funcionem, eles exigem conexão o tempo todo. Como você vê esse modelo no contexto brasileiro?

A conectividade é um problema. Nem de perto resolvemos o problema da banda larga nas escolas, por isso ainda estamos presos nesse modelo de laboratório de informática. É por isso também que não conseguimos fazer projetos envolvendo celulares. Todo mundo fala que todos os alunos têm, mas não é possível confiar que você vai conseguir conectar 40, 50 pessoas na rede fazendo coisas significativas. E nem alunos, nem escola, tem 4G disponível para compartilhar. Por isso, o modelo do Google é inviável atualmente. Ainda assim, o processo de fidelização é muito valioso para a empresa, ainda mais numa trajetória de vida. Se não for isso, é filantropia.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Escolas militares e colégios civis com mesmo perfil têm desempenho similar Aposta do governo Jair Bolsonaro (PSL) para a educação, modelo tem crescido nas redes públicas

Menino de cabelo curto, sem brinco, e meninas de coque. Todo mundo de farda. Cantar o hino nacional é tarefa diária e, na entrada e na saída, os alunos têm de estar enfileirados, em posição de sentido, sob o comando de um policial com arma no coldre.

Dis-ci-pli-na. Essa é a palavra de ordem nas escolas militares. O modelo tem crescido nas redes públicas, com apoio de familiares e estudantes, e é uma das apostas do governo Jair Bolsonaro (PSL) para a área de educação.

Essas escolas ganharam destaque nos últimos anos por alcançarem indicadores educacionais positivos e atacarem o problema da indisciplina. Por outro lado, educadores questionam a militarização da educação pública.

Os dados mostram que essas unidades não são uma panaceia. Os resultados delas são compatíveis com os de outros sistemas públicos de perfil semelhante, como algum tipo de seleção de estudantes, mas sem a rigidez militar.

A Folha cruzou dados das médias do Enem 2017 por escola. Segregou as unidades por perfil socioeconômico, tipo de militarização e porte (só comparou unidades com mais de 61 alunos no 3º ano do ensino médio).

Escolas militares têm desempenho similar ao de unidades com perfil parecido. Acima da média, centenas de colégios estaduais com alunos do mesmo perfil socioeconômico têm resultado melhor.

Quase seis em cada dez colégios militares com médias no Enem têm alunos nos três maiores altos níveis socioeconômicos (em uma escala com sete níveis). O perfil socioeconômico dos estudantes é essencial para o sucesso escolar: quanto mais alto, melhores os resultados.

Os institutos federais de ensino médio têm média superior à das escolas ligadas à Polícia Militar. A rede federal também faz seleção, em alguns casos com sorteio. Com gasto por aluno mais alto, tem enfrentado, por outro lado, drásticas reduções de verba nos últimos anos e problemas com infraestrutura e professores.

Ao levar em conta escolas com nível socioeconômico médio, que agrupa o maior número de unidades analisadas, os institutos federais têm média de 557 pontos, enquanto escolas estaduais ligadas à PM aparecem abaixo, com 524,6.

Já as estaduais (não militares) têm média mais baixa, de 498,9. Mas essa é a média de 3.578 unidades —356 dessas escolas têm resultados melhores do que o das militares.

Nem toda escola chamada de militar é ligada às Forças Armadas. São 13 as unidades ligadas ao Exército. Elas reservam vagas para familiares de militares e fazem seleção.

As 12 com médias do Enem calculadas têm alunos com nível socioeconômico "muito alto". A nota delas é levemente superior à média dos nove institutos federais com o mesmo porte e perfil de aluno.

Já nas escolas com parceria da PM ou Bombeiros, o modelo varia a cada estado. Algumas cobram taxas para a farda. As vagas em geral são sorteadas, mas há unidades com provas e cotas para filhos de PMs. Ao contrário das escolas do Exército, seguem o currículo da secretaria de Educação.

Além da discussão sobre indicadores, especialistas questionam se escola é lugar de polícia e se as regras e o clima colaboram para uma formação integral. Em 2015, o Comitê sobre os Direitos da Criança da ONU divulgou informe em que expressa preocupação com o avanço dessas unidades no Brasil.

Para Maria Helena Guimarães de Castro, que integrou o MEC nas gestões FHC e Temer, essas escolas não atendem aos desafios do país. "É preciso melhorar a qualidade e equidade do sistema. A proposta de escola militar é mais um projeto sem que a gente enfrente os desafios reais".

Capitão reformado, Bolsonaro pretende impulsionar a criação de escolas militares. Durante a campanha, falou em criar uma em cada estado.

No início do ano, uma reformulação do organograma das secretarias do MEC (Ministério da Educação) incluiu a promoção de parcerias com a PM, Bombeiros e também com o Exército. A pasta não respondeu aos questionamentos da Folha sobre como será o projeto, mas o sistema deve ser de adesão voluntária.

Mesmo ainda sem ação federal, as escolas militares avançam. Até 2015, eram 93. Em 2018, o número subiu para 120 em ao menos 22 estados, e continua a crescer.

No Distrito Federal, o início de uma parceria de gestão com a PM em quatro escolas públicas provocou turbulência neste ano. O sindicato dos professores é contra, mas a iniciativa tem apoio de docentes das escolas escolhidas. O clima piorou quando cobriram de tinta um grafite de Nelson Mandela na escola Centro Educacional 1 da Estrutural, uma das unidades com o novo modelo. Após repercussão, o grafite foi refeito.

Para os apoiadores, a gestão da disciplina pela PM irá favorecer o tempo de aula. "Tenho preocupação que a escola não seja excludente, mas já dá pra ver a diferença na

postura dos alunos", diz a professora de artes Leila Firmino, 49.

Cada escola dessas conta com R\$ 200 mil para reformas e a presença de 25 policiais. Elas atenderão alunos do 6º ao 9º ano, com vagas distribuídas por sorteio.

A diretora Estela Acioly, 43, diz que a unidade sofre com a violência do entorno. "Temos esse projeto para melhorar aprendizado e abandono, independentemente se for a PM. Até então ninguém tinha oferecido outro modelo."

A gestão Ibaneis Rocha (MDB) quer chegar a 40 escolas com esse perfil (de um total de 693) e tem reforçado que essa será só uma opção. "O objetivo é oferecer modelos pelos quais a indisciplina e insegurança sejam afetadas de forma positiva", diz Mauro Oliveira, da pasta da Educação.

No Paraná, os colégios geridos pela PM chegarão a sete até 2020. Hoje são quatro e, em 2017, havia só um.

Para o estudante Maycon Douglas da Rocha, 17, o diferencial não está nos professores ou na estrutura, mas nos alunos. "O objetivo de quem está lá é estudar", disse. "E funciona, porque a disciplina é rígida."

Ele cursou o último ano do ensino médio no recém-inaugurado colégio da Polícia Militar em Londrina (PR). A conversão militar ocorreu no ano passado, com aval da comunidade. Os estudantes circulam com fardas e o silêncio impera nos corredores no horário de aula —algo incomum numa escola com centenas de adolescentes.

Metade das vagas são reservadas a filhos de PMs; as outras são destinadas a quem passa num processo seletivo. Mas os alunos do antigo colégio puderam permanecer —e boa parte ficou.

"Claro que o teste classificatório ajuda [no bom desempenho das escolas militares]. Mas há outros fatores também", diz o major Marcelo Toniolo, 47, diretor do Colégio da Polícia Militar de Curitiba.

Para ele, além da disciplina, colabora o engajamento da comunidade, que arrecada dinheiro em prol da escola. "Agora, dizer que todos os colégios deveriam ter disciplina militar, acho um pouco de exagero."

Nos colégios da PM paranaense, os alunos entram com 30 pontos de comportamento. Dependendo do que fazem ou deixam de fazer, recebem memorandos positivos ou negativos, que somam ou descontam pontos do total.

Se zerar o saldo, o estudante pode ser expulso. Mas, se tem boas notas, ganha medalhas e vira comandante de turma.

Paulo Saldaña , Estelita Hass Carazzai , Estêvão Gamba e Fábio Takahashi

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Estudante defende TCC sobre reconhecimento da beleza da mulher negra em quilombo no Pará

Durante mais de dois anos, a estudante quilombola promoveu oficinas de beleza aliadas a ensinamentos sobre a importância do reconhecimento da beleza da mulher negra.

A estudante Edna Monteiro Pinto defendeu o trabalho de pesquisa sobre a beleza da mulher negra, em um quilombo no município de Bragança, nordeste do Pará, na última sexta-feira (15). A apresentação, que foi aprovada pela banca examinadora, era a conclusão do curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal do Pará (UFPA) pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

Com o apoio da Associação Remanescente do Quilombo do América (Arquia), a estudante, que é quilombola, desenvolveu um trabalho para debater o reconhecimento e empoderamento do corpo da mulher negra começando pela cabeça e pelos cabelos.

O título da pesquisa é "Corpo e beleza da mulher negra e quilombola do América: experiência de cuidado, amor e reconhecimento de si". Durante mais de dois anos, Edna promoveu, juntamente com a Arquia, oficinas de beleza aliadas a ensinamentos sobre a importância no processo de reconhecimento como mulher negra.

Reconhecimento

Para Rosete de Araújo, presidente da Arquia, o trabalho de Edna foi muito importante para a comunidade. "Eu disse a ela quando chegou aqui, se tu conseguir alcançar duas, três, já é uma vitória. Porque antes as mulheres do quilombo alisavam seus cabelos ou andavam com ele presos e hoje elas estão com seus cabelos soltos, com seus cachos ou com panos, lindas", afirma.

Para a professora Joana Carmem Machado, pesquisadora da UFPA, a defesa ter sido realizada no quilombo mostra respeito pelos quilombolas.

"O trabalho de Edna é um olhar que se volta em direção à experiência de ser-se negra numa sociedade branca, pois aponta os processos pelos quais mulheres negras denunciam a violência a que são submetidas. A violência com que seus corpos, que são mutilados pela ideologia do embranquecimento e retomam o lugar de fala, os protagonismos dos seus corpos que se constituem em um discurso emancipador, libertário, autônomo e negro", avalia.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Escola militarizada é nova aposta para rede pública do DF

Com a mudança, estudantes deverão usar uniforme com inspiração militar e deixar brincos e piercings em casa, além de adotar o mesmo padrão para os cabelos

Brasília – A vaga na escola perto de casa ou a identidade visual? Desde a semana passada, é essa a pergunta que Jhonatas Lopes, de 17 anos, se faz a todo instante. Matriculado no Centro Educacional 3 de Sobradinho, colégio da rede pública de Brasília, o estudante terá em breve de cortar os cabelos compridos que mantém desde os 7 anos se quiser permanecer na instituição. A determinação é novidade. A escola passou a integrar um projeto-piloto criado este ano no Distrito Federal, com quatro colégios, que prevê a inclusão de militares na coordenação das unidades.

Com a mudança, estudantes deverão usar uniforme com inspiração militar e deixar

brincos e piercings em casa, além de adotar o mesmo padrão para os cabelos: raspados para os alunos, coques para as alunas. “Pode parecer bobagem, mas o cabelão para mim significa muito. Assim que me reconheço.” Jhonatas já pensou em pedir transferência. Mas a mãe vetou. “Ela diz que não vale a pena. Estou no 3.º ano do ensino médio. E tenho aqui amigos.”

A proposta de levar militares para atuar nas escolas públicas foi apresentada logo nos primeiros dias de governo de Ibaneis Rocha (MDB). Embalado pelo discurso de campanha do presidente Jair Bolsonaro, capitão reformado do Exército que promete incentivar a militarização do ensino, o governador deu a largada no Distrito Federal. Resgatou um projeto há tempos desenhado pela PM, providenciou consulta a professores e pais de alunos das escolas escolhidas e iniciou semana passada a experiência.

“Foi tudo muito rápido”, resume o colega de escola de Jhonatas, Igor de Oliveira. Ele deixa clara sua indignação. “A roupa não vai mudar o meu aprendizado. Não quero aprender a marchar. Isso é tudo muito radical.”

Assessor especial da Secretaria de Educação do GDF, Mauro Oliveira, garante que a comunidade foi ouvida e que a experiência não é nova. Ao todo, diz, 120 escolas públicas no País têm gestão compartilhada com militares – metade em Goiás. Com a proposta de Jair Bolsonaro, a expectativa é de que esse número se expanda rapidamente. No Ministério da Educação, uma subsecretaria foi criada justamente para incentivar a criação de escolas militares. O plano é destinar recursos para auxiliar municípios a desenvolver unidades do tipo.

Oliveira garante que, nas unidades do projeto-piloto, a votação favorável à mudança para gestão compartilhada foi expressiva. Mas a iniciativa está longe de ser unanimidade. Diretora do Sindicato dos Professores do DF, Rosilene Correa afirma que o processo de convocação dos pais para a consulta foi falho. Ela questiona ainda a escolha das escolas do projeto.

O GDF afirma que a seleção foi norteada por três critérios: o desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população que mora em torno das escolas e o índice de violência na região. Mais vulneráveis teriam preferência.

“Mas as escolas escolhidas estão longe de ter os piores indicadores. Pelo contrário. Em três delas, os alunos tiveram um desempenho mediano nas avaliações e as instalações são adequadas”, diz a diretora do sindicato.

Para ela, isso fará com que o projeto tenha como vitrine uma situação que está muito longe da realidade. “Vão dizer que é um sucesso, mas o que haverá é uma maquiagem, um argumento para seguir com o projeto.”

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

USP volta atrás e confirma matrícula de alunos de colégios militares

Comando do Exército e MEC identificaram na medida da universidade retaliação ao governo de Jair Bolsonaro

Brasília – A Universidade de São Paulo (USP) voltou atrás e resolveu confirmar a matrícula de candidatos de colégios militares efetivamente mantidos pelas Forças Armadas que foram aprovados no vestibular da instituição. Conforme o jornal O Estado de São Paulo revelou, a decisão da USP de cancelar matrículas de estudantes de escolas militares aprovados no vestibular por meio do Sistema de Seleção Unificado (Sisu) mobilizou na última quinta-feira o Comando do Exército e o Ministério da Educação. A corporação identificou na medida da universidade uma retaliação ao governo de Jair Bolsonaro. O Exército já foi informado pela USP da confirmação das matrículas.

Em nota, a USP comunicou que, “face às afirmações que se tornaram públicas e para garantir a lisura de seu processo de matrícula, todos os candidatos aprovados oriundos de colégios militares, vinculados e mantidos efetivamente pelas Forças Armadas, que se inscreveram no vestibular optando pela ação afirmativa para egressos de escolas públicas, tiveram a sua matrícula aceita, uma vez que atendem plenamente ao regramento estabelecido para o concurso vestibular 2019”.

A Universidade explicou ainda que este ano decidiu analisar “caso a caso” as matrículas relativas a este público em virtude de questionamentos recebidos pela Comissão de Acompanhamento do Vestibular da instituição. Segundo a nota, havia informações que davam conta da existência de instituições denominadas militares, mas que, na verdade, seriam administradas por entidades privadas e mantidas por mensalidades. “Por essa razão, os candidatos aprovados no vestibular, oriundos de escolas militares, tiveram a sua matrícula analisada caso a caso.

Os poucos casos de indeferimento de matrícula estão em análise, em função de recursos apresentados”, diz a USP no comunicado. Quando da publicação da reportagem semana passada, a Pró-Reitoria de Graduação da USP havia alegado que as 12 escolas mantidas pelo Exército não se enquadrariam no sistema de cotas por serem mantidas por contribuições e quotas mensais pagas por pais de alunos.

Na reunião fechada no campus que se estendeu ao longo da tarde da quinta, um representante do Comando do Sudeste, sediado em São Paulo, tentou convencer dirigentes da universidade a reverter a decisão, que afeta mais de 20 alunos, nas contas do Exército, ou dez, na estimativa da USP.

O governador de São Paulo, João Doria, foi acionado pelo Comando Militar do Sudeste, pois a universidade é mantida pelo Estado. Ao mesmo tempo, os militares telefonaram para Brasília. Uma operação foi deflagrada à noite na capital federal pelos militares. O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, também foi chamado e entrou para interferir a favor dos alunos.

Matrícula

Na quinta-feira, a universidade enviou e-mail aos estudantes para informar sobre o cancelamento da matrícula dos aprovados no concurso de acesso da instituição por meio das cotas de escolas públicas. Numa mensagem obtida pela reportagem, a universidade informa a um aluno aprovado no curso de Medicina que cancelou sua matrícula para não “burlar” a “finalidade das políticas de inclusão”.

O texto foi elaborado pela Comissão para o Monitoramento Operacional do Processo de Ingresso. O pró-reitor de Graduação, Edmund Chada Baracat, assinou a mensagem.

Procurada na ocasião, a direção da Universidade de São Paulo afirmou que o caso dos alunos ainda estava sob avaliação.

Ainda durante a reunião, o representante do Exército lembrou que, em outubro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que os colégios militares são escolas do ensino oficial. Um documento preparado pela direção do Comando do Sudeste citou que o plenário do Supremo julgou, por unanimidade, improcedente uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5082 contra a cobrança de contribuição obrigatória nos colégios militares.

O relator, ministro Edson Fachin, considerou que essas contribuições não configuram ofensa à regra constitucional da gratuidade do ensino e ratificou as escolas mantidas pelo Exército como estabelecimentos do ensino oficial.

Os militares afirmam que a medida da USP se trata de uma atitude inédita no País, pois o Exército nunca encontrou barreira semelhante por parte de outras instituições.

As aulas na universidade começam amanhã e os alunos aprovados e ‘desmatriculados’ estavam sendo prejudicados.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Escola militarizada é nova aposta para rede pública do DF

A vaga na escola perto de casa ou a identidade visual? Desde a semana passada, é essa a pergunta que Jhonatas Lopes, de 17 anos, se faz a todo instante. Matriculado no Centro Educacional 3 de Sobradinho, colégio da rede pública de Brasília, o estudante terá em breve de cortar os cabelos compridos que mantém desde os 7 anos se quiser permanecer na instituição. A determinação é novidade. A escola passou a integrar um projeto-piloto criado este ano no Distrito Federal, com quatro colégios, que prevê a inclusão de militares na coordenação das unidades.

Com a mudança, estudantes deverão usar uniforme com inspiração militar e deixar brincos e piercings em casa, além de adotar o mesmo padrão para os cabelos: raspados para os alunos, coques para as alunas. “Pode parecer bobagem, mas o cabelão para mim significa muito. Assim que me reconheço.” Jhonatas já pensou em pedir transferência. Mas a mãe vetou. “Ela diz que não vale a pena. Estou no 3.º ano do ensino médio. E tenho aqui amigos.”

A proposta de levar militares para atuar nas escolas públicas foi apresentada logo nos primeiros dias de governo de Ibaneis Rocha (MDB). Embalado pelo discurso de campanha do presidente Jair Bolsonaro, capitão reformado do Exército que promete incentivar a militarização do ensino, o governador deu a largada no Distrito Federal. Resgatou um projeto há tempos desenhado pela PM, providenciou consulta a professores e pais de alunos das escolas escolhidas e iniciou semana passada a experiência.

“Foi tudo muito rápido”, resume o colega de escola de Jhonatas, Igor de Oliveira. Ele deixa clara sua indignação. “A roupa não vai mudar o meu aprendizado. Não quero aprender a marchar. Isso é tudo muito radical.”

Assessor especial da Secretaria de Educação do GDF, Mauro Oliveira, garante que a comunidade foi ouvida e que a experiência não é nova. Ao todo, diz, 120 escolas públicas no País têm gestão compartilhada com militares – metade em Goiás. Com a proposta de Jair Bolsonaro, a expectativa é de que esse número se expanda rapidamente. No Ministério da Educação, uma subsecretaria foi criada justamente para incentivar a criação de escolas militares. O plano é destinar recursos para auxiliar municípios a desenvolver unidades do tipo.

Oliveira garante que, nas unidades do projeto-piloto, a votação favorável à mudança para gestão compartilhada foi expressiva. Mas a iniciativa está longe de ser unanimidade. Diretora do Sindicato dos Professores do DF, Rosilene Correa afirma que o processo de convocação dos pais para a consulta foi falho. Ela questiona ainda a escolha das escolas do projeto.

O GDF afirma que a seleção foi norteada por três critérios: o desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população que mora em torno das escolas e o índice de violência na região. Mais vulneráveis teriam preferência.

“Mas as escolas escolhidas estão longe de ter os piores indicadores. Pelo contrário. Em três delas, os alunos tiveram um desempenho mediano nas avaliações e as instalações são adequadas”, diz a diretora do sindicato.

Para ela, isso fará com que o projeto tenha como vitrine uma situação que está muito longe da realidade. “Vão dizer que é um sucesso, mas o que haverá é uma maquiagem, um argumento para seguir com o projeto.”

Exclusão

Rosilene teme ainda que ocorra no GDF uma exclusão de alunos com menor poder aquisitivo e com maior dificuldade de aprendizado. No modelo proposto, associações de pais e mestres seriam formadas e por meio delas contribuições poderiam ser feitas para financiar reparos, além de compra de equipamentos para escolas.

“Imagine a pressão que será para quem não pagar. Você acha que os alunos de pais com menos recursos ficarão nessas unidades?”, diz Rosilene. A ideia é que militares ofereçam também aulas extras de música ou de esportes. “Os que não tiverem uma boa atuação, um bom desempenho, serão aos poucos incentivados a deixar as unidades. Vão para escolas longe de casa”, completa a diretora do sindicato. Oliveira nega. “Não haverá cobrança. As contribuições servirão para melhorias.”

Disciplina volta a inspirar as particulares

Escolas de inspiração militar estão na mira também da iniciativa privada. No Distrito Federal, uma rede com dez unidades foi aberta neste ano, com a promessa de transmitir aos alunos “disciplina, civismo e conhecimento”. Batizada de Colégio Marechal Duque de Caxias, a rede já tem 4 mil alunos. Do ensino infantil ao médio, estudantes têm de aprender, por exemplo, detalhes sobre a Bandeira Brasileira ou a vida de Duque de Caxias, patrono do Exército.

“O conhecimento é dado, mas sem viés ideológico”, afirma o coordenador e militar da

reserva, Nelson Gonçalves de Souza. O governo de 1964, completa, não é ensinado como golpe ou revolução. Mas como ciclo governado por militares. No slogan da escola, disciplina está em primeiro lugar. “Aqui o professor dá aula durante 45 minutos. Não é preciso desperdiçar tempo esperando alunos ficarem quietos.” Ao entrar na sala, o professor é apresentado aos estudantes por um chefe da classe e imediatamente é saudado.

O projeto do governo do Distrito Federal (GDF) prevê uma rotina similar. Haverá revezamento para um líder de classe e alunos terão de entrar em formação e cantar o Hino Nacional. “Os policiais militares vão ajudar nossos alunos a ter uma postura mais condizente. Posso ser criticado por isso que vou dizer, mas a verdade é que nós, professores, sozinhos, não demos conta”, afirma o vice-diretor do Centro Educacional 3 de Sobradinho, Geraldo Calado.

Nas escolas do projeto-piloto do GDF, carros de polícia ficam na frente do prédio. Logo na chegada, alunos são recepcionados por PMs que, assim que a aula começa, ficam transitando pelos corredores. “Não é disciplina imposta por medo. É respeito”, diz o assessor especial da Secretaria de Educação do GDF, Mauro Oliveira.

Contramão

O espaço que esse modelo de ensino vem ganhando no País é classificado como equívoco pelo professor da Universidade de São Paulo (USP) Ulisses Araújo. “Num modelo autoritário de escola há o reforço para o sujeito obediente.” Para ele, essa fórmula vai na contramão das habilidades que cada vez são mais necessárias no século 21. “O importante é ter criatividade, colaboração, pensamento crítico e capacidade para resolução de problemas.” As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

**"Transparência de gigantes é nula", diz especialista em educação
Segundo Tel Amiel, da UnB, escola tecnológica pensada por grandes empresas
apresenta riscos para alunos e instituições de ensino**

Na medida que as gigantes tecnológicas, como Google e Microsoft, avançam nas escolas, a preocupação acerca de suas intenções nesse mercado aumenta. Para Tel Amiel, coordenador da cátedra de educação à distância da Unesco na Universidade de Brasília, falta transparência à essas empresas para manipular os dados de jovens e crianças. Ele conversou com o Estado sobre o assunto.

Qual é a sua opinião sobre a presença de gigantes da tecnologia, como Google e Microsoft, no mercado de educação?

O primeiro problema são as escolas públicas dependendo de software fechado de empresas privadas. Esse é um problema de gestão pública. A segunda questão importante é o movimento de dependência. Você ensina desde cedo a criança a mexer naquela plataforma, ela se acostuma com aquilo e é muito fácil fidelizar essa pessoa. Sempre foi um movimento das empresas de software. Isso é ruim porque reforça o discurso de que não há alternativas. O terceiro problema que vejo é que isso limita muito a ponta, porque tira alternativas do que as pessoas podem fazer nas máquinas - se quiser usar algum outro tipo de sistema não pode. Uma crítica que faço em relação ao ensino superior, mas que acredito também se aplica ao básico, é que quando você delega esses serviços para empresas você tira a capacitação dos servidores.

A coleta de dados de alunos preocupa?

O problema é que temos uma massa de informações de alunos, não só informações geradas no ambiente de sala de aula mas também de comportamento, que é gerida por uma empresa estrangeira. Quem controla essas informações, como esses dados serão usados, se vai gerar resultados de propaganda, se isso vai ser cruzado com outros e-mails dos alunos para gerar um perfil. A transparência disso é nula. Não temos a menor noção de como isso é gerido.

O que motiva mais as gigantes a entrar no mercado de educação: os contratos, a fidelização do aluno ou os dados deles?

O Google, quando chega numa secretaria de educação, não traz custos novos. Então, qual é o benefício de oferecer um serviço a custo zero? Fica muito fácil de saber que tem alguma outra coisa sendo gerada. Atualmente, para a Microsoft também não é atrativo vender o pacote. Eles preferem que os clientes fiquem ligados à nuvem. Como consumidor final, você paga isso mensalmente em vez de uma vez só. Não conheço os contratos atuais da Microsoft para ensino básico, mas eles me parecem muito mais próximos ao do Google.

Quais seriam as alternativas a essas empresas?

Vou dar um exemplo concreto: o sistema de edição de documentos da UnB é de software livre. Existem pelo menos meia-dúzia de serviços de processamento de textos, que são pagos e são de altíssimo nível. Poderiam ser instalados em escolas e secretarias. Você poderia trabalhar com uma solução paga que tem garantia de proteção de dados. Temos que ter consciência sobre qual modelo de negócios estamos lidando. Se você está pegando algo de graça, tem que saber o que está dando em troca. No ensino, isso é muito preocupante.

Para que os serviços do Google funcionem, eles exigem conexão o tempo todo. Como você vê esse modelo no contexto brasileiro?

A conectividade é um problema. Nem de perto resolvemos o problema da banda larga nas escolas, por isso ainda estamos presos nesse modelo de laboratório de informática. É por isso também que não conseguimos fazer projetos envolvendo celulares. Todo mundo fala que todos os alunos têm, mas não é possível confiar que você vai conseguir conectar 40, 50 pessoas na rede fazendo coisas significativas. E nem alunos, nem escola, tem 4G disponível para compartilhar. Por isso, o modelo do Google é inviável atualmente. Ainda assim, o processo de fidelização é muito valioso para a empresa, ainda mais numa trajetória de vida. Se não for isso, é filantropia.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Sem mordada ou sem partido? O que 2 deputadas propõem para escolas do país

Duas deputadas federais de "primeira viagem", duas visões sobre a educação. As estreantes Bia Kicis (PSL) e Talíria Petrone (PSOL) são autoras de projetos de lei que discutem doutrinação em sala de aula. Enquanto Bia Kicis fala em instituir o programa Escola Sem Partido, Talíria Petrone defende o Escola Sem Mordada, proposta que foi apresentada em conjunto com outras deputadas do PSOL.

Bia Kicis é advogada e Talíria Petrone, professora. As duas protocolaram seus projetos na primeira semana de trabalho na Câmara dos Deputados. Ambos os textos falam em liberdade de aprender e de ensinar, em pluralismo de ideias e de concepções ideológicas, além de tratar da possibilidade de os alunos gravarem as aulas.

As semelhanças, no entanto, não vão muito longe. Enquanto o projeto da deputada Bia Kicis fala no direito de os estudantes gravarem as aulas, por exemplo, o projeto da deputada Talíria Petrone diz que os alunos podem gravar vídeos mediante o consentimento de quem será filmado.

Para entender melhor o que propõem e como pensam as deputadas, o UOL fez as mesmas quatro perguntas a cada uma delas. Talíria e Bia também aceitaram enviar uma pergunta à outra. Confira abaixo.

O que a motivou a apresentar um projeto de lei para discutir doutrinação nas escolas do país logo na primeira semana de trabalho legislativo?

Bia Kicis: Venho acompanhando esse projeto anterior há dois anos [no ano passado, projeto semelhante acabou arquivado] e é um tema que está na boca das pessoas, nas ruas, nas escolas, nas câmaras municipais, assembleias, e no Congresso Nacional. É uma cobrança muito grande da sociedade e era uma promessa minha de que, tão logo eu assumisse, eu apresentaria esse projeto, que é do movimento Escola Sem Partido.

Talíria Petrone: Eu acho que, por um lado, a gente tem um momento no Brasil de muito retrocesso democrático e isso se expressa em iniciativas na educação que se mostram em duas formas. Há um desmonte da educação pública com redução de investimentos, precarização do ensino, da condição de trabalho dos professores, e há, por outro lado, um silenciamento da educação, que é um ataque pedagógico a uma educação crítica, uma educação da diversidade, da pluralidade.

Isso para nós é, de alguma maneira, uma expressão desse retrocesso democrático. E, por outro lado, em resposta também ao projeto apresentado pela deputada Bia Kicis, que para nós é inconstitucional e vai na contramão da concepção de escola que a gente acredita.

Que objetivo a senhora busca ao incluir a gravação de aulas no texto do seu projeto? Qual a diferença prática entre filmar com e sem consentimento?

Bia Kicis: O Supremo já disse que não tem diferença. Quando a pessoa que faz parte da conversa filma, grava, ela pode fazer sem nenhum consentimento. A gravação de aulas sempre foi permitida, nunca teve problema nenhum. Eu mesma já gravei como aluna, e como professora meus alunos gravam as aulas, eu nunca tive problema nenhum com isso.

A gravação de aula ajuda na fixação do conteúdo e serve também para garantir ao consumidor do serviço, que é o aluno, ou os pais do aluno, possam aferir a qualidade do serviço prestado. Isso é uma coisa que tem abrigo na Constituição, na lei, não tem problema nenhum.

De onde surgiu a polêmica? Quando uma professora lá do Sul, de Santa Catarina, que agora é deputada estadual, sugeriu aos alunos que gravassem os professores que estão praticando doutrinação. Então, começou a haver uma resposta por parte de sindicatos, de professores e até de alguns estados que começaram a baixar medidas proibindo a gravação.

A gravação tem previsão legal, nunca houve problema com isso, e ninguém está pregando que os alunos fiquem com celular em sala de aula de forma que se desconcentrem, ou de forma que perturbem a aula. O que eles devem e podem fazer é gravar a aula para a fixação do conteúdo.

Se, por acaso, acontecer de um professor começar a infringir as normas, começar a fazer doutrinação, que é algo que é ilegal, tem como provar que aquele fato ocorreu. Então, a gravação vai ser boa em todos os sentidos: tanto para ajudar na fixação do conteúdo, [para] quem quiser repassar a aula, como para comprovar um ato que seja infracional.

Talíria Petrone: Quando se filma um professor sem consentimento, nesse contexto que estamos vivendo, há uma possibilidade muito grande de perseguição desse profissional de educação. A gente recebe muitas denúncias de profissionais de educação preocupados e com medo de tratar de um conteúdo importante, relevante, previsto em legislações como a LDB [Lei de Diretrizes e Bases], por medo de ser perseguido por um aluno, como acontece muitas vezes.

Tem professor impedido inclusive de falar de ditadura, porque querem que diga que tem duas versões, que também houve uma revolução de 64 --tema histórico já superado cientificamente. Então, para nós, é muito importante garantir a liberdade de cátedra e garantir que a escola seja um espaço pleno para diversas opiniões e para se concretizar plenamente esse processo de ensino e aprendizagem.

O Brasil tem alcançado desempenhos ruins nas principais avaliações da educação. Um projeto de lei para discutir doutrinação nas escolas do país é importante para melhorar a aprendizagem dos alunos?

Bia Kicis: Primeira coisa, esse projeto não visa tratar de educação. O projeto visa a garantir a preservação de princípios constitucionais, como a liberdade de consciência e a liberdade de crença. Não tem nada a ver com educação, só que esses princípios estão sendo violados em escolas, e por isso o conteúdo do projeto acaba se referindo à escola.

Quem tem que tratar de educação é o MEC [Ministério da Educação], com a questão de lei de diretrizes, bases, outras coisas. Agora, a gente sabe que a educação chegou ao lixo onde está hoje exatamente como uma consequência da má qualidade de ensino, porque os professores, ao invés de se dedicarem a ensinar a matéria, estão mais preocupados em doutrinar as crianças. Existe essa relação. Mas o objetivo do Escola Sem Partido não é tratar sobre educação, é tratar sobre liberdade de consciência e de crença.

Talíria Petrone: De jeito nenhum, porque na verdade não há doutrinação nas escolas.

Se houvesse doutrinação, a maioria do povo não teria eleito um presidente que diz que tem saudade da ditadura, que defende tortura. Esse é um primeiro ponto. Segundo, porque a gente tem um problema grave na educação que é a precarização. Foi aprovado

um congelamento de investimentos por 20 anos em várias áreas, entre elas a educação. A gente tem profissionais da educação que precisam trabalhar em um monte de escolas, não conseguem nem preparar aula, com sua vida, seu salário, suas condições de trabalho precarizadas.

Eu sou professora. Tem escola que não tem pilot [caneta] para escrever no quadro. É preciso, antes de tudo, garantir condições estruturais. Essa precisa ser uma prioridade orçamentária. E, segundo, é preciso que esse profissional, com boas condições de trabalho, tenha a possibilidade de exercer essa profissão com liberdade, conforme previsto na LDB. Isso significa garantir que esse profissional possa fazer da escola um instrumento de transformação dessa realidade tão brutal e desigual. Essa é a concepção pedagógica que eu acredito para as escolas.

Qual o principal problema, hoje, das escolas brasileiras?

Bia Kicis: Aí a gente tem uma série de problemas, como a má remuneração de professor, despreparo de professor. Agora, para mim uma das coisas que mais atrapalha é a falta de foco do professor em ensinar. O professor deveria estar focado em ensinar o aluno, e não em preparar futuros militantes.

Talíria Petrone: A gente ainda não universalizou a educação no Brasil. O índice de analfabetismo no Brasil é altíssimo, então esse é um problema gravíssimo por um lado. E esses profissionais, sejam professores, sejam merendeiras, cozinheiras, trabalham em condições muito precárias.

A gente tem, na contramão dessa realidade --que é uma realidade de insuficiência da escola pública por falta de recursos--, a redução de investimentos para universalizar a educação e garantir condições de trabalho para esses profissionais. Esse é um grande problema, sem dúvida, para a educação brasileira hoje.

Para se somar a isso, porque a educação é precarizada por dois caminhos que se cruzam: o primeiro, do desmonte, e por outro um silenciamento, que é o reforço de uma escola da instrução, a escola que forma mão de obra barata, para seguir sendo explorada num mercado já tão escasso.

E não de uma escola que construa a possibilidade de um aluno autônomo, de um aluno pensante, de um aluno sujeito da sua própria trajetória. Eu acho que são esses dois grandes problemas que a gente tem hoje.

Talíria Petrone pergunta para Bia Kicis: Qual é a proposta do partido que ela para melhorar a vida dos profissionais de educação, já que o campo que ela faz parte votou pelo congelamento dos investimentos na educação na última legislatura?

Bia Kicis responde: Em primeiro lugar, o Brasil é um dos países que mais investem em educação. E o congelamento se voltou não só para a educação, mas para tudo, porque nós ultrapassamos o teto há muito tempo. Então nós temos que ser realistas, no Brasil a gente está quebrado. Agora, a nossa proposta para melhorar a vida dos educadores, o partido vai ter muitas, mas não é o foco do Escola Sem Partido.

Quando eu falo em Escola Sem Partido, eu não estou preocupada com o professor, eu

estou preocupada com o aluno. Estou preocupada com a criança, que é vulnerável. E com os pais, que estão tendo o seu direito de educar os seus filhos de acordo com a sua moral e a sua crença negado pelos professores, que estão abusando. A proposta do Escola Sem Partido é parar os molestadores de crianças.

Bia Kicis pergunta para Talíria Petrone: Qual dos 6 deveres dos professores que estão estampados no cartaz [previsto no projeto de lei do Escola Sem Partido] ela acha que está errado? Peço que ela aponte um dever do professor que está estampado no cartaz que ela ache que não é dever do professor.

Até o fechamento deste texto, a deputada Talíria Petrone não havia respondido a questão.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Escola militarizada é nova aposta para rede pública do DF

A vaga na escola perto de casa ou a identidade visual? Desde a semana passada, é essa a pergunta que Jhonatas Lopes, de 17 anos, se faz a todo instante. Matriculado no Centro Educacional 3 de Sobradinho, colégio da rede pública de Brasília, o estudante terá em breve de cortar os cabelos compridos que mantém desde os 7 anos se quiser permanecer na instituição. A determinação é novidade. A escola passou a integrar um projeto-piloto criado este ano no Distrito Federal, com quatro colégios, que prevê a inclusão de militares na coordenação das unidades.

Com a mudança, estudantes deverão usar uniforme com inspiração militar e deixar brincos e piercings em casa, além de adotar o mesmo padrão para os cabelos: raspados para os alunos, coques para as alunas. "Pode parecer bobagem, mas o cabelão para mim significa muito. Assim que me reconheço." Jhonatas já pensou em pedir transferência. Mas a mãe vetou. "Ela diz que não vale a pena. Estou no 3.º ano do ensino médio. E tenho aqui amigos."

A proposta de levar militares para atuar nas escolas públicas foi apresentada logo nos primeiros dias de governo de Ibaneis Rocha (MDB). Embalado pelo discurso de campanha do presidente Jair Bolsonaro, capitão reformado do Exército que promete incentivar a militarização do ensino, o governador deu a largada no Distrito Federal. Resgatou um projeto há tempos desenhado pela PM, providenciou consulta a professores e pais de alunos das escolas escolhidas e iniciou semana passada a experiência.

"Foi tudo muito rápido", resume o colega de escola de Jhonatas, Igor de Oliveira. Ele deixa clara sua indignação. "A roupa não vai mudar o meu aprendizado. Não quero aprender a marchar. Isso é tudo muito radical."

Assessor especial da Secretaria de Educação do GDF, Mauro Oliveira, garante que a comunidade foi ouvida e que a experiência não é nova. Ao todo, diz, 120 escolas públicas no País têm gestão compartilhada com militares - metade em Goiás. Com a proposta de Jair Bolsonaro, a expectativa é de que esse número se expanda rapidamente. No Ministério da Educação, uma subsecretaria foi criada justamente para incentivar a criação de escolas militares. O plano é destinar recursos para auxiliar municípios a desenvolver unidades do tipo.

Oliveira garante que, nas unidades do projeto-piloto, a votação favorável à mudança para gestão compartilhada foi expressiva. Mas a iniciativa está longe de ser unanimidade. Diretora do Sindicato dos Professores do DF, Rosilene Correa afirma que o processo de convocação dos pais para a consulta foi falho. Ela questiona ainda a escolha das escolas do projeto.

O GDF afirma que a seleção foi norteada por três critérios: o desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população que mora em torno das escolas e o índice de violência na região. Mais vulneráveis teriam preferência.

"Mas as escolas escolhidas estão longe de ter os piores indicadores. Pelo contrário. Em três delas, os alunos tiveram um desempenho mediano nas avaliações e as instalações são adequadas", diz a diretora do sindicato.

Para ela, isso fará com que o projeto tenha como vitrine uma situação que está muito longe da realidade. "Vão dizer que é um sucesso, mas o que haverá é uma maquiagem, um argumento para seguir com o projeto."

Exclusão

Rosilene teme ainda que ocorra no GDF uma exclusão de alunos com menor poder aquisitivo e com maior dificuldade de aprendizado. No modelo proposto, associações de pais e mestres seriam formadas e por meio delas contribuições poderiam ser feitas para financiar reparos, além de compra de equipamentos para escolas.

"Imagine a pressão que será para quem não pagar. Você acha que os alunos de pais com menos recursos ficarão nessas unidades?", diz Rosilene. A ideia é que militares ofereçam também aulas extras de música ou de esportes. "Os que não tiverem uma boa atuação, um bom desempenho, serão aos poucos incentivados a deixar as unidades. Vão para escolas longe de casa", completa a diretora do sindicato. Oliveira nega. "Não haverá cobrança. As contribuições servirão para melhorias."

Disciplina volta a inspirar as particulares

Escolas de inspiração militar estão na mira também da iniciativa privada. No Distrito Federal, uma rede com dez unidades foi aberta neste ano, com a promessa de transmitir aos alunos "disciplina, civismo e conhecimento". Batizada de Colégio Marechal Duque de Caxias, a rede já tem 4 mil alunos. Do ensino infantil ao médio, estudantes têm de aprender, por exemplo, detalhes sobre a Bandeira Brasileira ou a vida de Duque de Caxias, patrono do Exército.

"O conhecimento é dado, mas sem viés ideológico", afirma o coordenador e militar da reserva, Nelson Gonçalves de Souza. O governo de 1964, completa, não é ensinado como golpe ou revolução. Mas como ciclo governado por militares. No slogan da escola, disciplina está em primeiro lugar. "Aqui o professor dá aula durante 45 minutos. Não é preciso desperdiçar tempo esperando alunos ficarem quietos." Ao entrar na sala, o professor é apresentado aos estudantes por um chefe da classe e imediatamente é saudado.

O projeto do governo do Distrito Federal (GDF) prevê uma rotina similar. Haverá revezamento para um líder de classe e alunos terão de entrar em formação e cantar o

Hino Nacional. "Os policiais militares vão ajudar nossos alunos a ter uma postura mais condizente. Posso ser criticado por isso que vou dizer, mas a verdade é que nós, professores, sozinhos, não demos conta", afirma o vice-diretor do Centro Educacional 3 de Sobradinho, Geraldo Calado.

Nas escolas do projeto-piloto do GDF, carros de polícia ficam na frente do prédio. Logo na chegada, alunos são recepcionados por PMs que, assim que a aula começa, ficam transitando pelos corredores. "Não é disciplina imposta por medo. É respeito", diz o assessor especial da Secretaria de Educação do GDF, Mauro Oliveira.

Contramão

O espaço que esse modelo de ensino vem ganhando no País é classificado como equívoco pelo professor da Universidade de São Paulo (USP) Ulisses Araújo. "Num modelo autoritário de escola há o reforço para o sujeito obediente." Para ele, essa fórmula vai na contramão das habilidades que cada vez são mais necessárias no século 21. "O importante é ter criatividade, colaboração, pensamento crítico e capacidade para resolução de problemas." As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

Escolas militares dividem opiniões

Projeto do governo de delegar à Polícia Militar a responsabilidade de gerenciar disciplina em colégios não é consenso. Alunos reclamam de exigências, como o corte de cabelo, mas especialistas defendem o modelo adotado em quatro centros de ensino

Cabelos curtos para os meninos e presos em coque para as meninas. Brincos e adereços apenas para as garotas e com a ressalva de que devem ser discretos. Uniforme, disciplina, regras, padronização e amor à Pátria e aos símbolos do país. Além disso, segurança. Essas são as promessas do GDF para as quatro escolas públicas do DF inseridas no projeto de gestão compartilhada, que coloca a Polícia Militar na coordenação da disciplina dos colégios, em vigor desde segunda-feira. A proposta, porém, não é unanimidade. Especialistas, alunos e parlamentares divergem sobre a efetividade da medida e dos métodos aplicados.

Do lado favorável à "militarização" de escolas públicas, um dos argumentos é de que a presença da PM se justifica pela falta de segurança de alunos e de professores e pela necessidade de ações mais rígidas e eficazes para resolver problemas de disciplina. Quem discorda da medida, no entanto, destaca a padronização como estratégia de imposição com poder para minar a identidade de cada aluno e contesta a efetividade da adoção da doutrina militar na qualidade do ensino.

Doutor e professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), Francisco Thiago Silva é morador de Ceilândia e conhece de perto a realidade de um dos colégios escolhidos para o projeto piloto do governo. Para ele, a militarização não é capaz de resolver os problemas educacionais e cria um ambiente artificial de segurança.

A militarização do ensino, para o professor, não é capaz de resolver um problema central nas escolas públicas situadas em regiões carentes: a falta de estrutura familiar. "Eles não têm como controlar e mudar isso, e é uma das questões mais sérias. A falta de alimentação, as dificuldades da família, as questões materiais, tudo isso desemboca na escola", argumenta. O especialista vê também o risco de precarização dos professores com a entrada de profissionais sem formação específica para a educação nos colégios.

Um dos pontos mais graves, para o especialista, é o risco de que a padronização provoque um retrocesso nas políticas afirmativas e de diversidade. “Quando você enxerga uma escola dessa forma, deixa padronizada, com os alunos acuados. Então, sai do processo educacional e passa para o processo punitivo. Com isso, toda a política para diversidade pode se perder”, analisa.

Formação cívica

O doutor em sociologia pela UnB Antônio Flávio Testa avalia a iniciativa por outro viés. Para ele, a militarização do ensino é um grande acerto e pode contribuir para a melhoria da educação brasileira. “Traz para os alunos a formação cívica, uma educação que eles nem sempre recebem. Escolas assim são muito necessárias, principalmente nesse momento, em que o Brasil precisa rever o projeto pedagógico”, acredita.

“Se o GDF tiver condições de ampliar esse modelo, será relevante, principalmente nas áreas mais carentes. Temos exemplos com bom resultado em Goiás, no Entorno”, alega. No estado vizinho, há 60 escolas com participação da PM na gestão. A medida, para o sociólogo, também contribui para a segurança pública. “Você diminui o risco de crianças serem capturadas pelo crime organizado. Elas começam a conviver com outros valores, criam uma outra lógica, que pode ser muito eficaz”, explica Testa.

Para o professor da UnB e doutor em sociologia pela Universidade de Erlangen-Nuremberga (Alemanha) Lúcio de Brito Castelo Branco, o modelo militarizado é uma “resposta à anarquia e à diluição da ordem que tomou conta das escolas”. “A escola é um espaço que deve transmitir a disciplina. A educação é a domesticação de instintos. Se não há autoridade, não há avanço”, defende.

Na mesma escola de Sobradinho, policiais militares marcam presença na sala de aula e na entrada dos alunos

Na mesma escola de Sobradinho, policiais militares marcam presença na sala de aula e na entrada dos alunos

Sob avaliação

O modelo de gestão compartilhada foi implementado em quatro escolas do DF: Centro Educacional (CED) 1 da Estrutural; CED 3 de Sobradinho; CED 308 de Recanto das Emas; e CED 7 de Ceilândia. Para realizar a escolha dos colégios que receberiam o projeto, o governo levou em consideração o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Mapa da Violência.

Vulneráveis

Confira índices de violência de 2018 nas cidades onde ficam as escolas da gestão compartilhada:

Ceilândia

8.073 crimes contra o patrimônio

87 assassinatos

Estrutural

847 crimes contra o patrimônio

19 assassinatos

Sobradinho

1.142 crimes contra o patrimônio

13 assassinatos

Recanto das Emas

2.394 crimes contra o patrimônio

21 assassinatos

Fonte: Secretaria de Segurança Pública

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**Com mensalidade a partir de R\$ 1.000, ensino bilíngue chega até a periferia de SP
Faltam, no entanto, parâmetros para avaliar qualidade do serviço e da formação
de professores**

São Paulo

Dona de um salão de beleza no extremo leste de São Paulo, Kate Carneiro, 30, não fala uma palavra em inglês, mas quer que a filha Isabella, 4, seja fluente no idioma.

Moradora do bairro de São Miguel Paulista assim como ela, a médica Camila Caldeira, 38, também considera o domínio da língua estrangeira fundamental. Não à toa, foi aos Estados Unidos grávida para que o filho Pedro, 2, nascesse no país e tivesse a cidadania americana.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/com-mensalidade-a-partir-de-r-1000-ensino-bilingue-chega-ate-a-periferia-de-sp.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**USP cancela matrícula de alunos de colégios militares, e Exército reage
Universidade entendeu que, por cobrarem taxa, colégios não se enquadram na
regra de cotas**

São Paulo

A USP decidiu cancelar a matrícula de ao menos dez alunos de colégios militares aprovados no vestibular da universidade por meio do sistema de cotas.

A decisão, revelada pelo jornal O Estado de S. Paulo, mobilizou o comando do Exército, que tenta revertê-la.

Na sexta-feira (16), militares foram ao campus da Cidade Universitária para falar sobre o caso com os responsáveis. A universidade afirma que a situação ainda está sob análise.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/usp-cancela-matricula-de-alunos-de-colegios-militares-e-exercito-reage.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ELIANE CANTANHÊDE

A militarização do governo

Enquanto Bolsonaro gera crises, os generais ocupam os espaços.

A queda estrondosa do ministro Gustavo Bebianno e a confirmação de que o Brasil vive a era da “filhocracia” reforçam uma tendência clara: quanto mais o presidente Jair Bolsonaro tropeça nos próprios pés, mais os militares se aprumam, ganham poder e se infiltram em todos os setores do governo, não mais apenas em áreas fortes do Exército, como a infraestrutura, mas até em política externa, educação e meio ambiente.

Ao anunciar nesta semana o fim da Superintendência do Ibama no DF e a substituição de exatamente todos os demais 26 superintendentes estaduais, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, tem um objetivo muito claro: substituir pelo menos 20 deles por militares.

“Não se pode brincar com isso, os superintendentes é que concedem licenças e alvarás e eu não sou obrigado a conhecer gente confiável em todos os Estados, no Amapá, no Acre, em tantos lugares em que nunca fui”, diz Salles.

Ele pediu ajuda ao Ministério da Defesa e aos generais do entorno de Bolsonaro para sugerir nomes. Como os militares têm boa formação e se aposentam cedo, como coronéis e capitães, não é difícil encontrar mão de obra. Eles, aliás, já ocupam cargos-chave no ministério de Salles, inclusive a chefia de gabinete.

No caso da Educação, houve até quem sonhasse em ter um general no MEC, mas a ideia não vingou porque a reação poderia ser de surpresa, primeiro, e de confronto, depois. Mas o que não falta no governo é gente enaltecendo os colégios e institutos militares, que de fato são de excelência, e articulando um processo de longo prazo para militarizar o ensino público.

A experiência-piloto pode ser no Distrito Federal, onde o governador Ibaneis Rocha criou por portaria a “gestão compartilhada” das escolas, entre as secretarias da Educação e da Segurança, e assim empurrar policiais militares e bombeiros da reserva para 40 escolas até o fim do ano. Isso implica “mais disciplina”, com Hino Nacional todo dia, alunos de fardas e marchando.

Assustados com a violência que grassa no DF – quanto mais violenta a região, mais violenta a escola –, pais e mães até se animam com a ideia, mas os pedagogos, assustados, argumentam que “militarização” das escolas é muito diferente de policiamento ostensivo para garantir a segurança de alunos e professores.

Aliás, fica uma dúvida: se o presidente da República pode usar chinelo e camiseta de time de futebol em reunião com ministros, com foto distribuída publicamente, por que alunos têm de vestir fardas, as meninas precisam andar de coque e os meninos de cabelo curto?

Os generais que cercam (em vários sentidos) Bolsonaro no Planalto também têm posições muito claras sobre política externa e agem para o fim das maluquices e a volta do pragmatismo. Se combatem a “esquerdização” do Itamaraty após a era Lula, eles também não gostaram dos excessos do chanceler Ernesto Araújo para o outro lado e trataram de reequilibrar as coisas.

Enquanto recebiam representantes da China e do mundo árabe para amenizar o mal-estar causado pelo novo governo, também amansavam o próprio Araújo, que foi escolhido por Eduardo Bolsonaro, o 02 do presidente, e agora parou de escrever aquelas excentricidades. Ele parece bem mais razoável ao vivo do que por escrito.

Por fim, foram os generais Hamilton Mourão, Augusto Heleno e Santos Cruz que se investiram de uma função política ao tentar – inutilmente, aliás – apagar o incêndio que está torrando o ministro Gustavo Bebianno, um dos dois únicos civis com algum poder no Planalto de Bolsonaro. O outro é Onyx Lorenzoni. Ele que se cuide, enquanto Paulo Guedes, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre se blindam da crise e tocam o que interessa: a reforma da Previdência e a recuperação da economia.

Enquanto Bolsonaro gera crises, generais executam uma política clara de ocupação de espaços

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Escola militarizada é nova aposta para rede pública do DF

Governo afirma adotar modelo com base em desempenho no Ideb, IDH da população e índice de violência; proposta divide opiniões

A vaga na escola perto de casa ou a identidade visual? Desde a semana passada, é essa a pergunta que Jhonatas Lopes, de 17 anos, se faz a todo instante. Matriculado no Centro Educacional 3 de Sobradinho, colégio da rede pública de Brasília, o estudante terá em breve de cortar os cabelos compridos que mantém desde os 7 anos se quiser permanecer na instituição. A determinação é novidade. A escola passou a integrar um projeto-piloto criado este ano no Distrito Federal, com quatro colégios, que prevê a inclusão de militares na coordenação das unidades.

Com a mudança, estudantes deverão usar uniforme com inspiração militar e deixar brincos e piercings em casa, além de adotar o mesmo padrão para os cabelos: raspados para os alunos, coques para as alunas. “Pode parecer bobagem, mas o cabelão para mim significa muito. Assim que me reconheço.” Jhonatas já pensou em pedir transferência. Mas a mãe vetou. “Ela diz que não vale a pena. Estou no 3.º ano do ensino médio. E tenho aqui amigos.”

A proposta de levar militares para atuar nas escolas públicas foi apresentada logo nos primeiros dias de governo de Ibaneis Rocha (MDB). Embalado pelo discurso de campanha do presidente Jair Bolsonaro, capitão reformado do Exército que promete incentivar a militarização do ensino, o governador deu a largada no Distrito Federal. Resgatou um projeto há tempos desenhado pela PM, providenciou consulta a professores e pais de alunos das escolas escolhidas e iniciou semana passada a experiência.

“Foi tudo muito rápido”, resume o colega de escola de Jhonatas, Igor de Oliveira. Ele deixa clara sua indignação. “A roupa não vai mudar o meu aprendizado. Não quero

aprender a marchar. Isso é tudo muito radical.”

Assessor especial da Secretaria de Educação do GDF, Mauro Oliveira, garante que a comunidade foi ouvida e que a experiência não é nova. Ao todo, diz, 120 escolas públicas no País têm gestão compartilhada com militares – metade em Goiás. Com a proposta de Jair Bolsonaro, a expectativa é de que esse número se expanda rapidamente. No Ministério da Educação, uma subsecretaria foi criada justamente para incentivar a criação de escolas militares. O plano é destinar recursos para auxiliar municípios a desenvolver unidades do tipo.

Oliveira garante que, nas unidades do projeto-piloto, a votação favorável à mudança para gestão compartilhada foi expressiva. Mas a iniciativa está longe de ser unanimidade. Diretora do Sindicato dos Professores do DF, Rosilene Correa afirma que o processo de convocação dos pais para a consulta foi falho. Ela questiona ainda a escolha das escolas do projeto.

O GDF afirma que a seleção foi norteadada por três critérios: o desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população que mora em torno das escolas e o índice de violência na região. Mais vulneráveis

teriam preferência.

“Mas as escolas escolhidas estão longe de ter os piores indicadores. Pelo contrário. Em três delas, os alunos tiveram um desempenho mediano nas avaliações e as instalações são adequadas”, diz a diretora do sindicato.

Para ela, isso fará com que o projeto tenha como vitrine uma situação que está muito longe da realidade. “Vão dizer que é um sucesso, mas o que haverá é uma maquiagem, um argumento para seguir com o projeto.”

Exclusão. Rosilene teme ainda que ocorra no GDF uma exclusão de alunos com menor poder aquisitivo e com maior dificuldade de aprendizado. No modelo proposto, associações de pais e mestres seriam formadas e por meio delas contribuições poderiam ser feitas para financiar reparos, além de compra de equipamentos para escolas.

“Imagine a pressão que será para quem não pagar. Você acha que os alunos de pais com menos recursos ficarão nessas unidades?”, diz Rosilene. A ideia é que militares ofereçam também aulas extras de música ou de esportes. “Os que não tiverem uma boa atuação, um bom desempenho, serão aos poucos incentivados a deixar as unidades. Vão para escolas longe de casa”, completa a diretora do sindicato. Oliveira nega. “Não haverá cobrança. As contribuições servirão para melhorias.”

Contramão. O espaço que esse modelo de ensino vem ganhando no País é classificado como equívoco pelo professor da Universidade de São Paulo (USP) Ulisses Araújo. “Num modelo autoritário de escola há o reforço para o sujeito obediente.” Para ele, essa fórmula vai na contramão das habilidades que cada vez são mais necessárias no século 21. “O importante é ter criatividade, colaboração, pensamento crítico e capacidade para resolução de problemas.”

Disciplina volta a inspirar as particulares

Escolas de inspiração militar estão na mira também da iniciativa privada. No Distrito Federal, uma rede com dez unidades foi aberta neste ano, com a promessa de transmitir aos alunos “disciplina, civismo e conhecimento”. Batizada de Colégio Marechal Duque de Caxias, a rede já tem 4 mil alunos. Do ensino infantil ao médio, estudantes têm de aprender, por exemplo, detalhes sobre a Bandeira Brasileira ou a vida de Duque de Caxias, patrono do Exército.

“O conhecimento é dado, mas sem viés ideológico”, afirma o coordenador e militar da reserva, Nelson Gonçalves de Souza. O governo de 1964, completa, não é ensinado como golpe ou revolução. Mas como ciclo governado por militares. No slogan da escola, disciplina está em primeiro lugar. “Aqui o professor dá aula durante 45 minutos. Não é preciso desperdiçar tempo esperando alunos ficarem quietos.” Ao entrar na sala, o professor é apresentado aos estudantes por um chefe da classe e imediatamente é saudado.

O projeto do governo do Distrito Federal (GDF) prevê uma rotina similar. Haverá revezamento para um líder de classe e alunos terão de entrar em formação e cantar o Hino Nacional. “Os policiais militares vão ajudar nossos alunos a ter uma postura mais condizente. Posso ser criticado por isso que vou dizer, mas a verdade é que nós, professores, sozinhos, não demos conta”, afirma o vice-diretor do Centro Educacional 3 de Sobradinho, Geraldo Calado.

Nas escolas do projeto-piloto do GDF, carros de polícia ficam na frente do prédio. Logo na chegada, alunos são recepcionados por PMs que, assim que a aula começa, ficam transitando pelos corredores. “Não é disciplina imposta por medo. É respeito”, diz o assessor especial da Secretaria de Educação do GDF, Mauro Oliveira.

topo 

O ESTADO DE S. PAULO - SP - LINK

Gigantes da tecnologia entram na briga por um novo espaço: as salas de aula. Lição de casa. Apple, Google e Microsoft disputam mercado que tem potencial de movimentar US\$ 135 bi até 2025; no Brasil, empresas oferecem serviços gratuitos a colégios, mas miram fidelizar estudantes em suas plataformas, de olho no consumo futuro

Smartphones e laptops são usados para acesso a conteúdos em São Paulo; professores conferem tarefas e até aplicam provas remotamente, com o auxílio da tecnologia. Paredes coloridas, redes de Wi-Fi rápidas e gente trabalhando em smartphones e PCs. De repente, uma notificação apita, lembrando a todos um compromisso. Parece uma startup descolada, mas as preocupações ali são outras – passar no vestibular talvez seja a maior delas. O ambiente no estilo Vale do Silício não é coincidência: o cenário é uma sala de aula do colégio Mater Dei, na zona sul de São Paulo, que abraçou a tecnologia como ferramenta para suas aulas. Ali, professores usam ferramentas do Google para aplicar provas pela internet e verificar se tem alguém colando a resposta do colega.

O uso de tecnologia na educação não é algo novo, mas tem sido um terreno cada vez mais disputado por Apple, Google e Microsoft. O potencial do setor justifica o interesse: segundo dados da Comissão de Investimento e Comércio da Austrália, o mercado global de educação valerá US\$ 130 bilhões até 2025.

Além de adaptar para o uso escolar pacotes de produtividade e comunicação, como o Office, Skype e o Google Drive, as companhias têm plataformas que permitem ao professor passar e monitorar lições de casa. A Apple oferece apps para criação de filmes e fotos. Já o Google dá acesso à realidade virtual com os óculos Cardboard.

Lá e cá. Nos EUA, essa é uma disputa complexa: as gigantes não querem apenas alunos e professores usando suas plataformas, mas também vender dispositivos – como tablets e notebooks. “As empresas têm muitas fontes de receita no mercado educacional”, diz Ben Davis, analista da consultoria inglesa Futuresource. “E é só o começo.”

No futuro, diz ele, o crescimento da demanda de alunos por soluções cada vez mais tecnológicas permitirá que as gigantes usem sua posição de liderança para oferecer vários produtos às escolas, como armazenamento na nuvem, sistemas de análise de dados ou inteligência artificial.

No Brasil, a realidade é diferente. Por causa da adoção em geral baixa à tecnologia, as empresas estão um passo atrás, oferecendo serviços gratuitos a escolas que desejam usar seus modelos em sala de aula. Por aqui, quem tem se dado melhor são Google e Microsoft. Não é à toa: as duas empresas têm considerável base instalada no País, com celulares Android e PCs com o sistema Windows.

O Google também já formou parcerias, e não só com escolas particulares. Está também na rede em 500 escolas estaduais da Bahia e fechou parceria para levar seus produtos a todos os alunos da rede pública do Espírito Santo. Com apps que só funcionam em seus aparelhos – bem mais caros do que o brasileiro médio é capaz de pagar –, a Apple corre por fora, também oferecendo soluções gratuitas.

Aposta. Ser uma escola nos moldes do Google, como o Mater Dei, exige alto investimento. Desde 2014, o colégio gastou R\$ 200 mil em Chromebooks – PCs de baixo custo com vários apps da empresa –, R\$ 150 mil na adaptação de instalações e outros R\$ 40 mil por ano em infraestrutura. Hoje, a escola tem

assinatura de fibra óptica de 200 Mbps (megabits por segundo), 15 pontos de acesso Wi-Fi e um servidor firewall para cuidar da segurança de sua rede.

Outro ponto no qual a escola teve de pensar foi a capacitação dos professores. “Passei por seis meses de treinamento, com sessões quinzenais de aulas. Também tive de dedicar um tempo em casa para aprender a mexer na plataforma”, diz Rafael dos Santos Ribeiro, professor de biologia no Mater Dei.

O esforço parece dar resultado. “Poder estudar online me ajudou muito”, diz Rafael Valillo, aluno do 3.º ano do Ensino Médio do Mater Dei. Ele elogia o Google Classroom, que permite ao professor ver cada aluno que completou as lições de casa – evitando o compartilhamento das tarefas entre os estudantes. Mas, com tanta conexão disponível, será que ele e os colegas não ficam o dia todo vendo memes no WhatsApp? “Antigamente as pessoas desenhavam no caderno quando se distraíam, então não é algo que muda com a tecnologia”, diz Valillo.

O Mater Dei é uma exceção no País, com mensalidade acima de R\$ 3 mil. A realidade

nacional é bem diferente – 40% dos colégios do País, por exemplo, têm conexão suficiente apenas para tarefas básicas, como e-mails (leia mais abaixo).

Longo prazo. É importante dizer que não existe merenda grátis. Procuradas pelo Estado, as três gigantes dizem se importar com “a qualidade da educação e a qualificação da mão de obra”. Mas a preocupação envolve anseios comerciais. “Essas empresas não estão fazendo filantropia”, diz Tel Amiel, coordenador da cátedra de educação à distância da Unesco, na Universidade de Brasília (UnB). “Se não há venda de licenças de software, vão ganhar de outra maneira.”

A aposta é no longo prazo. “Uma das vantagens de oferecer serviço para escolas é fidelizar o usuário desde cedo”, diz Alexandre Campos, chefe de educação do Google no Brasil. Assim, mesmo depois de sair da escola, o aluno seguirá usando os serviços de uma marca. “Raramente alguém troca de e-mail depois que cria uma conta”, diz Amiel.

As escolas também tiram vantagem desse processo: a chance de engajar os alunos com tecnologia e se vender como um local inovador são argumentos importantes para atrair alunos. Além disso, a tendência de unir tecnologia e aprendizado parece ser irreversível. “É independente se é o Google ou a Microsoft. Em qualquer um dos serviços, dados serão requisitados”, diz a diretora do Mater Dei, Sueli Cain. “A gente nunca vai se livrar da tecnologia.”

EM OSASCO, IPAD QUEBRA ROTINA DE ESCOLA PÚBLICA

Oficina de férias tenta explorar criatividade, mas atividade dura só duas horas por semestre

Embora tenha laboratório de informática, a escola municipal de ensino fundamental João Campestrini, em Osasco, está longe de ter um dia a dia conectado. No colégio, os alunos enfrentam outras dificuldades, como a ausência de chuveiros e torneiras ou a dependência da merenda como principal refeição do dia.

Por um único dia no semestre, porém, essas crianças têm acesso a ferramentas de última geração, como iPads que custam pelo menos R\$ 2,8 mil ou o Apple Pencil, acessório que permite desenhar na tela do tablet e é vendido por R\$ 750.

Isso porque a escola participa, ao lado de outras 19 instituições do município, de um programa da prefeitura que leva oficinas de tecnologia aos colégios durante as férias, em janeiro e em julho.

Na edição deste ano, 2 mil alunos da rede pública de Osasco usaram o tablet da Apple para criar vídeos, desenhar e até mesmo criar seus próprios aplicativos. Muitos tiveram contato com um dispositivo do tipo pela primeira vez.

“É muito difícil descrever a alegria de ver essas crianças explorando sua criatividade”, diz Terezinha Oliveira dos Santos, diretora da escola João Campestrini. “Muitos aqui vêm de uma realidade dura, com famílias carentes”, frisa a educadora.

Não é força de expressão: a escola, no bairro periférico de Munhoz Júnior, fica a 400 metros de um dos pontos de uma chacina que deixou 20 mortos na cidade em 2015.

O programa foi realizado pela empresa Planeta Educação, que ganhou licitação na cidade para promover oficinas educacionais – não só relacionadas a tecnologia, mas ligadas também a esporte e artes, por exemplo.

Cada oficina dura duas horas, mas alunos e diretora gostariam que o tempo fosse maior. “Seria um sonho poder usar os iPads diariamente na escola”, afirma Terezinha.

As oficinas são uma experiência em linha com a realidade das escolas públicas brasileiras. Segundo a pesquisa TIC Educação 2018, realizada pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), apenas 40% das escolas têm conexão acima de 3 megabits por segundo (Mbps), velocidade que permite apenas tarefas básicas, como abrir o e-mail.

Além disso, 50% não oferecem redes Wi-Fi aos alunos – essencial para que cada estudante possa usar o próprio dispositivo, algo considerado básico para uma “educação tecnológica”.

Potencial. Ainda que curta, a experiência mudou a rotina de diversos alunos da escola. Um caso que chamou a atenção de Terezinha foi de uma aluna de 10 anos, diagnosticada com espectro de autismo. Segundo a diretora, durante o ano passado a menina teve dificuldades para escrever, além de questões de concentração e coordenação.

Quando entrou em contato com o iPad, porém, ela desempenhou com desenvoltura as atividades que envolviam escrita, usando o Apple Pencil para rabiscar a tela do tablet. “Desenhei, escrevi meu nome, fiz vídeos e tirei fotos da escola”, diz ela. “Foi legal.”

topo ↕

CARTA CAPITAL - SP - SEU PAÍS

Escola sem noção

EDUCAÇÃO Escola sem Partido, desmonte do MEC e devaneios do ministro indicam que o ensino chega à fase da demência

Gente estranha. Acima, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, da ala psicodélica do governo. Ao lado, aparentemente oriunda do mesmo universo paralelo, a youtuber Bia Kicis, agora deputada do PSL, de cujo laranjal soergue sua principal bandeira

Pense naquela sua tia que compartilha correntes no WhatsApp, envia mensagens de alerta sobre os novos tipos de golpes que bandidos estão a aplicar na praça e, abduzida por insuspeita militância, bombardeia sua caixa de entrada com abaixo-assinados em série. Imagine que essa sua tia, hoje uma aplicada combatente da mamadeira de piroca, decidiu enveredar-se na trilha do comentário político ao inaugurar um canal no YouTube, onde é possível acompanhar seu pensamento vivo. Vociferante e furibunda com os inimigos, amável com os amigos, foi catapultada ao sucesso como “influenciadora digital” da nova direita, espécie de Alexandre Frota dispensada do filme pornô, embora suas vergonhas estejam à vista do internauta que se animar a assisti-las. Sua tia é a culpada de tudo: foi ela quem apresentou Bolsonaro a Paulo Guedes, propiciando o casamento que terminaria em bem-sucedida relação de poliamor com o grande capital. Como Frota, virou deputada federal do PSL, de cujo laranjal soergue sua principal bandeira, o da ressurreição do projeto Escola sem Partido. A sua tia das correntes, raro leitor, ela existe, tal e qual sua improvável trajetória. Trata-se da

procuradora aposentada **Beatriz Kicis Torrents de Sordi**, a **Bia Kicis**, de 58 anos, eleita pelo Distrito Federal com os votos de 86.415 adversários da urna eletrônica.

Kicis – melhor seria Kisses, mas não podemos exigir mais da realidade – surgiu primeiro na internet como uma golpista incauta a clamar pelo impeachment da presidenta Dilma. Na sequência, tornou-se militante do voto impresso. A partir desse moinho de vento, a quixotesca personagem passou à luta contra outros gigantes, em especial a “doutrinação” de alunos nas escolas por “esquerdopatas” e a “ideologia de gênero”, que acabaria por fabricar a tal mamadeira, sem dúvida o produto mais criativo do mercado nacional, quiçá mundial, de notícias falsas. Ao chafurdar na produção audiovisual de Kicis, fica-se a par de seu desejo de processar os antigos professores de história que lhe ensinaram tudo errado, certamente uns doutrinadores de meia-tigela. Por outro lado, encontra-se “o mestre e o homem que despertou uma nação”, o Napoleão de hospício Olavo de Carvalho, em colóquio com a dita-cuja e “o querido Edu, Edu Bolsonaro, o filho do Jair”. Enquanto se desenrola o besteiro, o público eriça-se nas caixas de comentários. “Glória a Deus!”, louva um cristão. “Senta o dedo!”, sugere outro.

No novo projeto, grêmios estudantis não fazem política e professores podem ser filmados

A necessitar de um compêndio de fake news, vale a pena recorrer à Kicis. Está lá, por exemplo, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, em sua convocatória aos terroristas árabes da Al-Jazeera (que seria uma célula da Al-Qaeda não fosse um canal de televisão) para que cerrassem fileiras por Lula Livre. No dia do assassinato de Marielle Franco, a youtuber já sabia se tratar de um “assalto” àquela que “provavelmente defendia essa agenda desarmamentista”. A produção de Kicis é também uma fonte inesgotável de comédia involuntária, como no caso do vídeo em que alardeia “EM PRIMEIRA MÃO” a candidatura a deputado de Nelson Barbudo, aquele que foi à posse no Congresso com chapéu de vaqueiro e barba de Karl Marx. Parte de suas publicações é de chamamentos a Tico e Teco, a dupla de neurônios que habita o bolsominion clássico. Em uma dessas pérolas, Kicis convoca a massa a “bater sinos”, acender e apagar as luzes de casa no momento em que Sérgio Moro estivesse em entrevista com Gerson Camarotti no GloboNews. Para tanto, vestia-se com chapelão verde e amarelo, a pecar apenas na escolha do modelo cowboy no lugar daquele de bobo da corte.

Esta é a pessoa, pois, à frente do redivivo projeto Escola sem Partido, arquivado no fim do ano passado pela comissão que analisava a proposta na Câmara dos Deputados, sob pressão de educadores e do STF. Protocolado por Bia Kicis no primeiro dia de trabalho da nova legislatura, o PL nº 246/19 é ainda mais radical do que as ideias defendidas pelo fundador do “movimento”, o advogado Miguel Nagib. Em sua nova versão, defende a gravação de aulas a pretexto de “uma melhor absorção do conteúdo e garantia do direito de pais e responsáveis terem ciência do processo pedagógico e avaliação da qualidade dos serviços prestados na escola”. A proposta afronta a liberdade de cátedra assegurada pelo artigo 206 da Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Além disso, proíbe que grêmios estudantis promovam qualquer atividade político-partidária. “O Escola sem Partido, assim como a ‘ideologia de gênero’, foi factóide criado para desviar a atenção dos temas importantes durante a elaboração do Plano Nacional de Educação que entrou em vigor em 2014”, diz o ex-

ministro da Educação do governo Dilma, o filósofo e cientista político Renato Janine Ribeiro. “É uma pena que setores progressistas tenham mergulhado nessa piscina com tanto prazer e engano, no lugar de ter exigido que a discussão fosse sobre educação. Agora Inês é morta, e esse tema está aí, presente e forte.”

Responsive image

Delírios. Segundo o ministro, Cazusa queria passar a mão no guarda. E o jornalista Ancelmo Gois era do KGB

O novo Escola sem Partido certamente encontrará guarida no Ministério da Educação, sob o comando de Ricardo Vélez Rodríguez, um teólogo, filósofo e professor que, embora nascido na Colômbia, parece oriundo do mesmo universo paralelo de onde saiu Beatriz Kicis, ambos em guerra contra inimigos imaginários como o “marxismo cultural”. Indicado por Olavo de Carvalho, Rodríguez integra a ala psicodélica do governo, onde perfilam também o chanceler Ernesto Araújo e a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares Alves. Não se tem certeza ainda sobre qual é o mais doidão entre os três cavaleiros do Apocalipse, mas com certeza o apetite de Damares para o tema sexual lhe tem garantido a dianteira nessa corrida maluca. Rodríguez, no entanto, vem baixando seu tempo a cada volta. A última da semana compete com a afirmação de Damares de que parte de seus diplomas não seria universitária, mas “bíblica”. No caso do ministro, descobriu-se constar em seu currículo um livro de sua autoria organizado por Alexis de Tocqueville, que morreu em 1859. Antes, um outro morto já havia sido molestado em seus devaneios. Em entrevista à Veja, Rodríguez atribuiu a Cazusa a frase “liberdade é passar a mão no guarda (na bunda do guarda, a bem da verdade)”, dita pelos humoristas do Cassetta & Planeta. Sob ameaça de um processo pela mãe do cantor, foi obrigado a desculpar-se no Diário Oficial, quer dizer, no Twitter.

Responsive image

Descarte. Para o ex-ministro Renato Janine Ribeiro, o MEC joga fora o conhecimento acumulado nas últimas três décadas

Os delírios avolumam-se, a demonstrar que talvez tenhamos todos sido recolhidos a um hospício, sem no entanto nos darmos conta, temática explorada pelo escritor Campos de Carvalho em A Lua Vem da Ásia. Na mesma entrevista à Veja, o ministro disse que “o brasileiro viajando é um canibal, rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião, acha que sai de casa e pode carregar tudo”. Em nota oficial com erro de português e letras em caixa-alta, o MEC classificou o jornalista Ancelmo Gois, de O Globo, como um agente do KGB “TREINADO EM MARXISMO E LENINISMO” pelo serviço secreto soviético. Motivo: o colunista publicara um texto mostrando que vídeos de pensadores de esquerda tinha sido suprimidos de uma web tevê pública. Houve também o caso das alterações dos critérios para a adoção dos livros didáticos, que não precisariam mais tratar de temas como a não violência contra a mulher e a promoção da cultura e história quilombolas e dos povos do campo. Ficariam eliminadas as exigências das referências bibliográficas, seriam aceitos os erros de revisão e a publicidade de marcas. Com a óbvia repercussão negativa das novas medidas, anularam-se as mudanças.

Olavo de Carvalho. A figura acima indicou o ministro Vélez e é “o mestre que despertou uma nação”, segundo Kicis.

Para Renato Janine Ribeiro, o problema maior reside menos nos devaneios do ministro do que no desmonte que vem sendo operado no MEC. “O fato é que em 20 e tantos anos construiu-se a base para o progresso da nossa educação. Mas o novo governo jogou fora toda essa expertise, todo o conhecimento acumulado”, diz. “Apesar das minhas divergências com o governo Temer, as pessoas trazidas por ele tinham alguma qualificação. A recusa de nomes como (a socióloga e ex-secretária-executiva do MEC) Maria Helena Guimarães de Castro ou (o educador e diretor do Instituto Ayrton Senna) Mozart Neves Ramos me choca, ainda mais quando chegam outros que não têm o menor conhecimento sobre o assunto, nem teórico nem prático.” O professor de bacharelado e pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC Salomão Barros Ximenes vê “uma completa mudança de eixo na concepção do que é a escola e o papel da educação pública, que tem agora como uma de suas prioridades a militarização do ensino como forma de combater a criminalidade. Algo preocupante, porque reacionário, regressivo e autoritário. Tem-se pela primeira vez o abandono declarado do Plano Nacional de Educação. E tudo aponta para uma sinergia sinistra: corte de investimentos, censura e privatização”.

Tudo aponta para uma sinergia sinistra: cortes de gastos, censura e privatização

Bia Kicis, a nossa tia das correntes do WhatsApp, tornou-se figura de proa da República. Em novembro de 2017, com a ajuda do empresário Winston Ling, do Grupo Ling, apresentou o “liberal” Paulo Guedes aos filhos de Bolsonaro. Quinze dias depois, iniciava-se a incendiosa relação do pai com o Posto Ipiranga. Deu no que deu. Hoje, Kicis é uma das candidatas à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, a mais importante da Casa. Periga vermos na educação brasileira a escola sem noção. •

topo ↕

CARTA CAPITAL - SP - SEU PAÍS

O demônio usa barba

Paulo Freire e essa pernicioso ideia de que quem estuda deve aprender a pensar por conta própria

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é se tornar um opressor”

|||

A educação pode reprimir ou libertar. Pode incentivar a busca da verdade ou impor um acervo de dogmas. Pode ensinar-lhe o respeito a opiniões diferentes da sua ou transformar você numa criatura autoritária e insensível. É, a educação inclui o risco de forjar cidadãos e de difundir o vírus da democracia. Por isso é que no Brasil 2019 o grande vilão, depois de Lula, é Paulo Freire. A barbárie tratou de retirar o educador cosmopolita e consagrado de seu nicho pedagógico para expô-lo à execração pública como subliminar porta-voz do comunismo ateu – agora, enfim, como prometem as autoridades, em vias de extinção em terras de Pindorama.

Paulo Freire, morto em 1997, assombra os bolsotários instrumentalizados pelos charlatões evangélicos e pelas pregações obscenas do astrólogo Olavo de Carvalho. A ironia é que, para Paulo Freire, educar é encaminhar o aluno em direção às múltiplas escolhas do livre-arbítrio. O pastor, o padre, o Sagrado Testamento, que fiquem longe

das salas de aula. Um dos livros de Paulo Freire é intitulado Educação como Prática da Liberdade (Editora Paz e Terra, 1967). Mas o tal comunismo supostamente professado por ele não é, como dizem os inimigos, a supressão da liberdade? Seria este mais um despiste dos vermelhos? Como formar disciplinados servidores do Partido incentivando neles o senso crítico e o apreço à divergência? Chamem Olavo de Carvalho para decifrar o enigma.

Realidade. Os milicianos da ignorância, hoje instalados no poder, denunciam que por trás desta cena está o comunismo

“Vou entrar com um lança-chamas no MEC e tirar o Paulo Freire lá de dentro”, prometeu o candidato da extrema-direita na campanha eleitoral. Ele jamais leu uma linha que seja escrita pelo educador, tampouco o fizeram os que se apressam em imitar o incendiário, atizando contra Paulo Freire a fogueira do auto de fé. Para eles, a pedagogia do oprimido – título da obra mais conhecida do professor pernambucano, nascido em 1921 – está no mesmo escaninho dos malditos imaginários, como o marxismo cultural, a evolução das espécies e Jean Wyllys.

O próprio Paulo Freire já vaticinava, em 1968, em seu exílio no Chile, que não seria fácil o embate contra os trogloditas aliterados – tais como os que assumiriam o poder no Brasil, meio século depois. “Nunca pensei ingenuamente”, escreveu, “que a defesa e a prática de uma educação que respeitasse no homem a sua ontológica vocação de ser sujeito pudesse ser aceita por aquelas forças cujo interesse básico estava na alienação do homem e da sociedade brasileira. Na manutenção desta alienação. Daí que coerentemente se arregimentassem – usando todas as armas contra qualquer tentativa de aclaramento das consciências, vista sempre como séria ameaça a seus privilégios. É bem verdade que, ao fazerem isso, ontem, hoje e amanhã, ali ou em qualquer parte, essas forças distorcem sempre a realidade e insistem em aparecer como defensoras do Homem, de sua dignidade, de sua liberdade, apontando os esforços de verdadeira libertação como ‘perigosa subversão’, como ‘massificação’, como ‘lavagem cerebral’ – tudo isso produto de demônios, inimigos do homem e da civilização ocidental cristã. Na verdade, elas é que massificam, na medida em que domesticam e, endemoniadamente, se ‘apoderam’ das camadas mais ingênuas da sociedade. Na medida em que deixam em cada homem a sombra da opressão que o esmaga. Expulsar esta sombra pela conscientização é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente liberadora.”

Era cristão, foi preso e exilado porque propunha a liberdade em primeiro lugar

O pensamento crítico, em que a dúvida seja sempre mais ampla do que a certeza, é a antítese de todo e qualquer sectarismo. Paulo Freire era, sim, um homem de esquerda, na medida em que se ofendia com o capitalismo bárbaro e sonhava com um Estado de Bem-Estar Social próximo dos países avançados da Europa setentrional. Mas a paranoia persistente dos que confundem isso com o comunismo, que se agudizou durante a ditadura civil-militar, levou-o a um longo exílio, depois de ter sido preso pelos militares. Pôde experimentar seus ensinamentos no Chile de Allende, na África Negra em momento fecundo de descolonização, e em dois países de “inclinação bolchevique”, a Suíça e os Estados Unidos. Só em 1988 é que ele teve a oportunidade de botar a teoria em prática como secretário da Educação da prefeita Luiza Erundina, em São Paulo.

“Paulo Freire era um cristão que tinha um profundo compromisso ético com a defesa da vida do ser humano em sua plenitude”, defende seu biógrafo, Sérgio Haddad. “Portanto, era contrário a qualquer regime que violava direitos fundamentais do ser humano, seja ele de qualquer natureza. Nos seus últimos escritos apontava sobre a crueldade de um capitalismo que desistia de melhorar a vida das pessoas para se transformar apenas em uma competição desregulamentada por mais lucro, assim como foi crítico dos regimes socialistas que haviam desistido da liberdade e da democracia. Todos, para ele, regimes violadores dos direitos humanos.”

Mordaza. A brigada da “Escola sem Partido” promete botar fogo em Paulo Freire, mas a resistência já começou

De todo modo, se fosse vivo, Freire estaria na trincheira oposta à do atual bloco do poder. Ter virado o bode expiatório da turma do Mandamento e da tutela, disposta a patrulhar o comportamento dos professores em sala de aula em nome de uma determinada “Escola sem Partido”, não é exatamente o tratamento merecido por aquele que é uma referência capital, em todo o mundo, para trabalhos acadêmicos na área de humanidades.

Pedagogia do Oprimido é a terceira obra mais citada, segundo um levantamento feito no Google Scholar, ferramenta de pesquisa dedicada à literatura acadêmica. O professor associado da London School of Economics, Elliott Green, analisou as menções nos trabalhos disponíveis na ferramenta, criada em 2004. Segundo ela, Freire é citado 72.359 vezes, atrás do filósofo americano Thomas Kuhn (81.311) e do sociólogo, também americano, Everett Rogers (72.780). Bate pensadores radicais como Michel Foucault (60.700) e Karl Marx (40.237).

A pesquisa desconhece Olavo de Carvalho, o xamã do fascismo tropical. O Google Scholar, provavelmente, deve ser outra das muitas fachadas enganosas do tal “marxismo cultural”. •

topo 

A TRIBUNA DE SANTOS - SP - OPINIÃO E NOTAS

Autorregulação

Anunciada como medida capaz de reduzir a burocracia e agilizar as atividades privadas, vem ganhando corpo no Brasil a proposta de autorregulação por parte das empresas privadas. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, tem defendido o licenciamento com base na autodeclaração de empreendedores, no caso das atividades de baixo impacto ambiental. O secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Marco Antonio Barroso Faria, segue a mesma linha e afirma que há intenção de reduzir a atuação do Ministério da Educação (MEC) nos processos, mediante sistema de autorregulação do ensino superior privado. A excessiva – e muitas vezes inútil – exigência de documentos pelos órgãos públicos, que não são lidos ou verificados por ninguém, merece ser modificada. Não é razoável que, no Brasil, sejam necessários mais de 100 dias para a abertura de uma empresa. A burocracia sem sentido precisa ser combatida e superada, de modo a melhorar o ambiente de negócios e beneficiar empreendedores, capazes de gerar empregos, tão necessários no Brasil. Não se deve superestimar o papel do Estado como capaz de fiscalizar todas as atividades que são desenvolvidas. Mas é problemático abrir mão do controle delas, permitindo que o setor privado atue livremente em todas as áreas, sem que as empresas estejam obrigadas a

cumprir determinados procedimentos ou regras de informação prévia e do acompanhamento periódico. O licenciamento ambiental pode e deve ser aprimorado, de maneira a reduzir prazos e garantir maior celeridade aos processos. Mas não deve ser abolido ou mesmo relaxado, uma vez que sua exigência é fundamental para evitar danos graves, que podem chegar à destruição do meio ambiente. O mesmo cuidado deve existir na educação: é amplamente conhecido o avanço de grandes grupos empresariais no setor, interessados exclusivamente em assegurar lucros crescentes para seus acionistas. O MEC não deve ser cartório, e sim órgão eficiente e ágil na verificação e no controle das escolas e universidades brasileiras, especialmente quanto a cursos novos, currículos e qualidade geral do ensino, não permitindo que a educação se torne um negócio explorado por pessoas inescrupulosas, trazendo grandes prejuízos ao desenvolvimento nacional. O trabalho que é realizado pela **Capes**, a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior, órgão do MEC na avaliação dos cursos de pós-graduação (mestrados e doutorados) no Brasil, merece ser destacado como exemplo. O acompanhamento que é realizado em todos os programas (de universidades públicas e privadas), podendo descredenciar cursos que não cumpram os requisitos, tem garantido a excelência da pós-graduação stricto sensu no Brasil e demonstra que controles, sérios e responsáveis, são necessários e eficientes.

topo ↕

DE FATO - MOSSORÓ

UERN Aluna de Ciência da Computação é aprovada em quatro programas de pós-graduação

Entre os mestrados que Elisa de Fátima foi selecionada está o da UFPE, considerado pela **Capes** um dos melhores do Brasil. Quero mostrar como exemplo de que a gente é capaz de conseguir o que quer com aquilo que temos”, diz a estudante Elisa de Fátima Andrade Soares sobre sua aprovação em quatro programas de mestrado em diferentes estados do Nordeste. Ela é aluna de Ciência da Computação, do Campus Central da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Antes mesmo de concluir a graduação, Elisa de Fátima foi aprovada nos mestrados das Universidades Federais do Ceará (UFC), de Campina Grande (UFCG) e de Pernambuco (UFPE no Mestrado em Ciência da Computação, desenvolvido em parceria entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA).

“Elisa de Fátima passou em quatro mestrados e não é qualquer programa de pós-graduação. O mestrado da UFPE tem conceito máximo da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, conceito 7, um dos melhores do Brasil. Os mestrados na UFCG e UFC têm conceito 5. Ela passou em centros de excelência em pós-graduação. Isso é o que mais nos deixa felizes, pois ela foi aprovada nos melhores cursos de mestrado da região”, diz orgulhoso o prof. dr. Sebastião Emídio Alves Filho, orientador do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da aluna.

Diante das aprovações, Elisa de Fátima optou por cursar na UFPE, considerado pela **Capes** um dos melhores do Brasil. Ela pretende desenvolver uma linha de pesquisa sobre banco de dados e otimização. O trabalho submetido à UFPE é sobre um sistema analítico para avaliar fraudes no processo licitatório.

Elisa de Fátima fala do entusiasmo de iniciar uma nova etapa de sua vida acadêmica em

um curso de renome nacional. “São muitas expectativas, é tudo muito novo, um outro corpo docente, outra estrutura. Vou preparada para dar o meu máximo, pois estou levando o meu nome e o nome da Uern”, diz.

Ela enfatiza o papel que a universidade e o corpo docente do curso tiveram para essa conquista. “Desde quando eu entrei no curso,

houve várias mudanças na Uern, as salas com ar-condicionado, o restaurante popular que facilitou os estudantes a passarem o dia todo na Uern, e essas melhorias ajudam bastante. A gente tem um corpo docente muito bom. E os meus professores foram fundamentais para essa conquista, meu orientador sempre me estimulou a fazer o processo seletivo para o mestrado”, diz.

Elisa de Fátima lembra que sempre foi aluna muito engajada. “Sempre fui aquela aluna que procurava adiantar as cadeiras, engajada nas atividades do Departamento, fui do CA, do PET de Computação, desenvolvi pesquisa de iniciação científica, participei da comissão de avaliação do curso, sempre gostei de estar envolvida nas atividades”, conta.

A discente confessa que não esperava aprovação em quatro programas de mestrado, mas lembra que sempre se preparou para a pós-graduação. “Eu já vinha caminhando para isso, mantendo um Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) bom, participando do PET, tendo produção científica, apresentando artigos”, diz.

E complementa: “Queria muito agradecer aos professores do DI, que sempre me apoiaram, me atenderam. E dizer para os alunos que não se limitem”.

Para Sebastião Emídio Alves, a aprovação de Elisa em quatro programas de mestrado é um marco para mostrara qualidade do curso.

“Às vezes as pessoas não valorizam, apontam mais os problemas do que as coisas boas. Mas a Uern tem as bolsas, restaurante popular, cursos de inglês e espanhol, artes, atividades físicas, setores de apoio, projetos de pesquisa e extensão. Às vezes, as pessoas que estão na Uern não valorizam e não aproveitamos coisas boas que a universidade tem. Elisa de Fátima é um bom exemplo de que a Uern tem muito a oferecer e não fica devendo nada a nenhuma outra universidade”, finaliza.

visor Moro Trabalho de Elisa de Fátima é orientado pelo professor Sebastião Emídio Projeto do TCC desenvolve sistema de gerenciamento de problemas urbanos Por causa da sua aprovação nos mestrados, Elisa de Fátima antecipou a defesa do TCC. “Foi um trabalho difícil, ela fez em dois meses o TCC, que os alunos geralmente têm um semestretodo para fazer. Mas no final foi um trabalho de qualidade, no padrão que a gente exige”, declarou o professor.

O TCC da discente é sobre uma API para o gerenciamento de problemas urbanos. “Esse projeto vem sendo desenvolvido desde o 5º período. Temos projetos aprovados sobre o tema e desde então a gente foi trabalhando e amadurecendo a ideia para a monografia”, informa. Conforme o projeto, através da APL o cidadão pode acompanhara situação de problemas urbanos.

“Por exemplo, se tem um buraco na rua, o cidadão vai lá e reporta”, explica. Assim, o

cidadão apresenta um problema no aplicativo, outras pessoas vão poder verificar a região que tem os problemas e o gestor público pode dar uma resposta sobre o que está sendo feito para solucioná-lo e em que passo está o processo de resolução.

O sistema visa otimizar as ações do serviço público.

O projeto está sendo desenvolvido em parceria com outro estudante. “Ele está com a parte do front e eu com a parte do back”, informa. À ideia é que o sistema seja comercializado e utilizado para melhorar os serviços públicos de Mossoró e região.

topo ↕

DIÁRIO DO PODER - NOTÍCIAS

Especialistas em mar profundo são chamados para expediçãoA expedição recebe propostas até 1º de março.

O navio de pesquisa JOIDES Resolution atracará pela primeira vez no Atlântico Sul e na costa brasileira. E está chamando para participar da expedição do International Ocean Discovery Program (IODP) 387 pesquisadores em nível de doutorado, pós-doutorado ou pesquisador pleno, que tenham mais de oito anos de título, em todas as especialidades relacionadas ao tema mar profundo.

A chamada é para atuar no navio de pesquisa. A expedição recebe propostas até 1º de março, e ocorrerá entre 26 de abril e 26 de junho de 2020. Durante a permanência no navio, os pesquisadores terão suas despesas de acomodação e alimentação custeadas pelo programa. A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** financia a participação do Brasil no consórcio JOIDES Resolution desde 2013.

O International Ocean Discovery Program (IODP) é um programa internacional de pesquisas marinhas, que visa investigar a história e a estrutura da Terra, a partir do registro em sedimentos e rochas do fundo do mar. O programa reúne parte significativa da comunidade científica atuante nas ciências do mar em águas profundas de diversos países.

A Expedição 387 perfurará a parte superior da bacia da Foz do Amazonas, na margem equatorial do Brasil, para recuperar uma sequência sedimentar que abrange quase todo o período cenozóico. O programa reúne parte significativa da comunidade científica atuante nas ciências do mar em águas profundas de diversos países usando avançada tecnologia em perfuração oceânica.

Gerson Fauth, que atuará como co-chief na expedição 388, em junho de 2020, convida os pesquisadores a participarem da Chamada 387: “Os brasileiros estão tendo a grande oportunidade de testar suas hipóteses através de amostras coletadas em grandes profundidades, ou seja, é uma enorme oportunidade para o mundo científico.”

Simone Mantovanelli é paleomagnetista e participou, em 2016, da expedição 366, em uma jornada que coletou materiais para investigação dos processos físicos, químicos e biológicos em uma região de vulcões de lama. Para a pesquisadora, a expedição foi a chance de convívio com cientistas renomados. Uma “experiência maravilhosa”, em suas palavras. “A oportunidade de ir para esses lugares coletar material é única”, comentou.

Já Bruna Dias, micropaleontóloga, seguirá na expedição 378 em janeiro de 2020, mas já

exalta a parceria entre a **Capes** e o programa IODP: “A ação permite a ampliação da rede de colaboração internacional com outros cientistas.”

topo ↕

ESPORTECULTURA - NOTÍCIAS

ANTI STATUS QUO COMPANHIA DE DANÇA COMPLETA 3 DÉCADAS COM A ESTREIA NOVO ESPETÁCULO

No ano de comemoração dos seus 30 anos de trajetória, a Anti Status Quo Companhia de Dança estreia nova criação – “Microutopias Cotidianas Aglutinantes do lugar”. Esta, que é a 11ª obra da Companhia, será apresentada em duas temporadas, de 18 a 23 de fevereiro e de 18 a 23 de março. As apresentações têm início às 9h30, da manhã, e o ponto de encontro será o Centro de Dança do DF.

Entre as mais atuantes e respeitadas companhias de dança contemporânea do Centro-Oeste, a Anti Status Quo se destaca pela ousadia na experimentação no campo da dança e por explorar temas como comportamento, crítica ao capitalismo e o corpo na relação com a cidade. E ganha especial relevância na autoria de trabalhos que saem da forma mais tradicional de se fazer um espetáculo, com forte diálogo com as artes visuais, em especial instalações, obras 'site specific' e intervenções urbanas.

Em “Microutopias Cotidianas Aglutinantes do lugar”, obra itinerante contemplativa, a Companhia mergulha na experiência do corpo no cotidiano e no espaço urbano misturando as linguagens da dança, da fotografia e da intervenção urbana. Com plateia restrita a 24 pessoas (por sessão), cada espectador é recebido com um mapa de orientações que o leva a um passeio urbano provocativo de vivência sensível. Segundo Luciana Lara, diretora e coreógrafa da Companhia, “nesta proposta, o público trilha um percurso mapeado nas ruas em que acontecimentos e instalações mudam a perspectiva do olhar sobre a cidade”. O trajeto, que tem início solitário e torna-se coletivo a um determinado ponto, é, por todo ele, marcado pela presença dos seis artistas do elenco.

Criado em colaboração entre bailarinos e diretora, o processo criativo de “Microutopias Cotidianas Aglutinantes do lugar” contou ainda com a participação de Gustavo Ciríaco (Rio de Janeiro/Lisboa), e Michelle Moura (Curitiba/Berlin), que realizaram residências de uma semana de duração, cada, com a Companhia. Os vários olhares serviram de combustível para a construção da dramaturgia que se permeia de pequenos afetos e encantamentos com o simples e da recomposição de relações vividas, as quais não são dadas atenção e tempo, suficientes, para serem sentidas. “A ideia é fazer surgirem microterritórios para relações entre a pessoa e a cidade que conectam níveis de percepção do espaço, do tempo e da realidade, numa fricção entre o real e o ficcional, a memória e o presente”, pontua Luciana.

Giros e reconhecimentos nacionais e internacionais, fruto de uma aprofundada pesquisa de trabalho

A A.S.Q. acumula grande experiência com trabalhos feitos nas ruas, sobre os temas a cidade e vida urbana e esta nova criação surge de uma investigação sobre a relação do corpo com a cidade, iniciada em 2003, que resultou em uma série de trabalhos conhecidos do público brasileiro como “De Carne e Concreto – Uma Instalação Coreográfica”, e a intervenções urbanas “Camaleões” e “Sacolas na Cabeça”. Trabalhos que têm chamado a atenção de programadores e curadores nacionais e internacionais de festivais de artes cênicas. Em 2017 e 2018, a Companhia participou, no Brasil, do Festival Panorama, no Rio de Janeiro-RJ, O MITsp, em São Paulo-SP, a Bienal de

Dança de Fortaleza, no Ceará, o FIAC-Bahia, em Salvador, entre outros. Circulação que lhe renderam críticas positivas na imprensa e em várias revistas especializadas. No exterior, participaram do Zurich Moves, na Suíça, e do MLADI LEVI Festival, na Eslovênia. Neste ano, a Companhia acaba de participar do FTB – Festival do Teatro Brasileiro – Cena Distrito Federal, em Recife -PE. Em maio, participa do FITEI, no Porto, em Portugal. Para o segundo semestre, planos para uma turnê internacional por meio de convites para Festivais na Sérvia, Alemanha e Polônia.

Sinopse:

Microtopias Cotidianas Aglutinantes do Lugar é uma obra itinerante contemplativa da Anti Status Quo Companhia de Dança que mistura a experiência do corpo no espaço urbano e no cotidiano com fotografia, intervenção urbana e cinema criando microterritórios de relações possíveis, que conectam diferentes níveis de percepção do espaço, do tempo e da realidade. O público trilha um percurso mapeado em que acontecimentos, instalações e mudanças na perspectiva do olhar fazem a cidade ‘performar’. Uma dança das relações com os lugares, dos contextos, da materialidade, do detalhe das coisas. Uma prática de cidade que instaura ligações modestas, capazes de abrir passagens obstruídas pelos hábitos e pela uniformização da percepção, numa espécie de utopia de proximidade entre pessoas, lugares e o dia a dia. Uma tentativa de permitir o surgimento de pequenos afetos, pequenos encantamentos com o banal, o simples e o universo cotidiano, restaurando relações diretamente vividas.

Ficha Técnica:

Grupo: Anti Status Quo Companhia de Dança

Direção artística e conceito: Luciana Lara

Pesquisa e concepção: Luciana Lara em colaboração com bailarinos

Bailarinos: Camilla Nyarady, Déborah Alessandra, João Lima, Luciana Matias, Marcia Regina e Roberto Dagô.

Residências artísticas: Gustavo Ciríaco e Michelle Moura.

Figurino: Luciana Lara e bailarinos

Produção: Anti Status Quo produções artísticas

Arte gráfica dos mapas e intervenções fotográficas: Marconi Valadares e Luciana Lara

Identidade visual e material gráfico de divulgação: Coarquitetos

Blog: <http://www.criacaoabertaantistatusquo.blogspot.com.br>

Facebook: <https://www.facebook.com/asqciadedanca>

Instagram: <https://www.instagram.com/antistatusquociadedanca>

Anti Status Quo Companhia de Dança é um dos mais ativos e reconhecidos grupos independentes de dança contemporânea do centro-oeste do Brasil. Fundado em 1988, em Brasília-DF, pela coreógrafa Luciana Lara que divide a direção com o produtor Marconi Valadares, o A.S.Q. se destaca com criações experimentais, pesquisa da linguagem da dança, hibridismo, dramaturgias críticas e políticas e forte diálogo com as artes visuais. Trabalhos recentes investigam a relação entre corpo e cidade, comportamento social, arte como experiência, arte relacional e participação do espectador, além de diferentes formatos como instalações, intervenções urbanas, exposições e site-specific.

Luciana Lara (Niterói-RJ, 1969) é fundadora, coreógrafa e diretora artística da Anti Status Quo Companhia de Dança (1988). É mestre em artes no Programa de Pós-

graduação em Artes da Universidade de Brasília - Unb (Linha de pesquisa: Processos Compositivos para a Cena). Fez especialização no Laban Centre for Movement and Dance em Londres – Inglaterra (1996-1998), onde estudou Coreologia, Coreografia, Design Visual para dança (figurino, cenário e Iluminação) com bolsa do programa APARTES da CAPES. É graduada em Licenciatura em Artes Cênicas pela Fundação Brasileira de Teatro - Faculdade de Artes Dulcina de Moraes em Brasília-DF.

Seu trabalho é conhecido pelo hibridismo, a experimentação, a pesquisa de linguagem, a abordagem interdisciplinar entre linguagens artísticas e campos não artísticos e forte diálogo com as artes visuais. Seus principais estudos se concentram no campo da criação, dos processos criativos, da dramaturgia/ criação de sentidos em dança, da linguagem da dança, novos suportes para a dança (instalação coreográfica, intervenção urbana, internet e livros/publicações), da release-based technique e da improvisação. Desenvolve pesquisa sobre a relação do Corpo com a cidade desde 2003.

Criou dez espetáculos para a A.S.Q. Companhia de Dança onde também desenvolve projetos de dança-educação, formação de plateia e formação de intérpretes para dança contemporânea. Luciana também cria, para o grupo, trabalhos de foto performances, videodança e intervenções urbanas. Em 1995, foi uma das representantes do Brasil no programa de coreógrafos internacionais residentes no American Dance Festival, em Durham, Carolina do Norte (EUA). Foi professora de disciplinas de expressão corporal, corpo e movimento nos cursos de artes cênicas na Universidade de Brasília e na Faculdade de Artes Dulcina de Moraes. Em 2010, publicou o livro “Arqueologia de um processo criativo- Um livro Coreográfico” pelo Programa de Bolsas de Estímulo à produção crítica em Artes – categoria Produção Crítica em Dança (2008) da FUNARTE- Fundação Nacional de Arte. Atualmente prepara novos desdobramentos da pesquisa Corpo e Cidade como o espetáculo Microutopias Cotidianas Aglutinantes do lugar e o livro “De Carne e Concreto – Uma pesquisa corpo e cidade”.

SERVIÇO:

Espectáculo: Microutopias Cotidianas Aglutinantes do Lugar

Grupo: Anti Status Quo Companhia de Dança

Ponto de encontro: Centro de Dança do DF

Dias: 18 a 23 de fevereiro e 18 a 23 de março de 2019 (de segunda à sábado)

Horário: sempre às 9h30 AM

Número de espectadores por sessão: 24 pessoas

Entrada franca, mediante agendamento, no e-mail microutopiasaq@gmail.com

Duração: 90 minutos

Classificação indicativa: Não recomendado para menores de 18 anos

[topo](#)

FOCUS - TEMPO REAL

Redes sociais e a advocacia

"Cada vez mais as redes sociais virtuais ganham terreno na vida dos advogados e afins, pois nesse espaço se pode construir uma imagem propícia ao seu desenvolvimento profissional e social, bem como alcançar uma gama imensa de potenciais clientes, esporádicos e/ou mensais, visto que o profissional ao atuar na web"

De acordo com o site www.resultadosdigitais.com.br ou RD Station, “as redes sociais, no mundo virtual, são sites e aplicativos que operam em níveis diversos — como profissional, de relacionamento, dentre outros — mas sempre permitindo o compartilhamento de informações entre pessoas e/ou empresas”, sendo seu propósito principal: conectar pessoas.

Cada vez mais as redes sociais virtuais ganham terreno na vida dos advogados e afins, pois nesse espaço se pode construir uma imagem propícia ao seu desenvolvimento profissional e social, bem como alcançar uma gama imensa de potenciais clientes, esporádicos e/ou mensais, visto que o profissional ao atuar na web (nas mais variadas redes sociais) pode dispor de seu conhecimento (jurídico) mediante artigos de sua autoria, pareceres, modelos de peças jurídicas, divulgação de jurisprudência, comentários acerca do cotidiano, e até mesmo tirar dúvidas de terceiros ou realizar consultas.

Há inúmeras redes sociais na internet, sendo algumas sociais e profissionais ao mesmo tempo, como: Facebook, Instagram, Twitter, Google +, e outras de cunho estritamente profissional, no qual podemos citar: LinkedIn (de forma mais generalista, abrange uma gama variada de profissões), Jusbrasil e Jusnavigandi (mais voltado ao mundo jurídico).

A título de exemplo, (denotando a potencial importância das redes sociais na apresentação e formação da imagem do advogado moderno), o Facebook atingiu o 1,94 bilhão de usuários em todo o mundo no 1º trimestre de 2017, obtendo receita de US\$ 8,03 bilhões de dólares). Já o LinkedIn (rede social estritamente profissional) alcançou no ano de 2017 a marca de 29 milhões de usuários no Brasil, tornando o país o 3º maior mercado da empresa. No mundo todo, o número de usuários ultrapassa a marca de 500 milhões, estando o site presente em mais 200 países.

Jorge Henrique Sousa Frota é advogado especialista em Direito Tributário, e pós-graduando em Direito Constitucional Aplicado. Sócio proprietário Aguiar, Búgida e Frota Advogados associados.

Continuando, o site Jusbrasil (rede social profissional – nacional – voltada exclusivamente ao mundo jurídico) registra 1 milhão de acessos diariamente, possuindo mais de 1 bilhão de documentos indexados em sua plataforma, contando com 20 milhões de usuários únicos por mês. De acordo com o portal Projetodraft na matéria intitulada “A Jusbrasil é uma startup jurídica”. Mas primeiro veio a comunidade e, só depois, o modelo de negócios” realizada pela repórter Adriana Fonseca, “75% dos advogados do Brasil têm perfil no site, que aponta 538 mil cadastrados”.

De acordo com a notícia, “a plataforma gera 1 bilhão em negócios por ano para os profissionais cadastrados e viabiliza cerca de 500 mil conexões anuais entre advogados e clientes”. A plataforma Jusbrasil, por exemplo, dispõe para o usuário (advogado) uma página específica para ele, no qual ele pode inserir artigos, notícias, peças jurídicas, trechos de livros e outras coisas. O referido portal ainda permite comentários de terceiros, promovendo assim, um diálogo entre o emissor das informações (o advogado) e a pessoa que as recebe (possuidor de interesse jurídico e potencial cliente), com a possibilidade de contratação do profissional.

Há artigos/notícias/modelos de peças jurídicas, inseridas na rede a cima informada, que chegam há mais de 100 mil visualizações (alcance inimaginável e impossível, se não

houvesse a plataforma), como é por exemplo a peça jurídica de autoria do coautor desse artigo, o advogado Jorge Henrique Sousa Frota, denominado de “Ação de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais e pedido de Antecipação de Tutela parcial”, que até a publicação dessa matéria tinha alcançado 104 mil visualizações.

Nessa mesma linha, temos o Jusnavigandi (plataforma jurídica idealizada pelo advogado Paulo Gustavo Sampaio Andrade, há mais de 20 anos), além de conter grande parte das ferramentas das redes sociais profissionais citadas (como as do Jusbrasil), possui periódico jurídico especializado catalogado pelo Sistema Qualis da **CAPES**, tendo como código ISSN (International Standard Serial Number), o número: 1518-4862. O advogado por meio desse periódico pode e deve melhorar seu currículo, bem como se promover junto a potenciais clientes.

O advogado utilizando de forma eficaz as redes sociais informadas, irá maximizar e qualificar a sua clientela, visto que a informação disponibilizada na web (Facebook, LinkedIn, Jusbrasil, Jusnavigandi e etc) alcança uma quantidade gigante de pessoas, muitas delas que buscam esse conhecimento inicial para fechar uma causa e/ou uma assessoria jurídica transitória ou permanente.

Importante frisar que o causídico que utilizar as ferramentas abordadas, deverá necessariamente respeitar o estatuto ético dos advogados, principalmente quanto provimento nº 94/2000 emitido Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil que dispõe sobre a publicidade, a propaganda e a informação da advocacia. O referido provimento dispõe em seu art. 5º, I que é admitido como veículo de informação publicitária da advocacia (dentre outros), a internet, mas impõe algumas restrições importantes. Vejamos o que informa o art. 4º do citado provimento nº 94/2000 (<http://www.oabsp.org.br/noticias/2000/09/13/689>):

Art. 4º. Não são permitidos ao advogado em qualquer publicidade relativa à advocacia:

- a) menção a clientes ou a assuntos profissionais e a demandas sob seu patrocínio;
- b) referência, direta ou indireta, a qualquer cargo, função pública ou relação de emprego e patrocínio que tenha exercido;
- c) emprego de orações ou expressões persuasivas, de auto engrandecimento ou de comparação;
- d) divulgação de valores dos serviços, sua gratuidade ou forma de pagamento;
- e) oferta de serviços em relação a casos concretos e qualquer convocação para postulação de interesses nas vias judiciais ou administrativas;
- f) veiculação do exercício da advocacia em conjunto com outra atividade;
- g) informações sobre as dimensões, qualidades ou estrutura do escritório;
- h) informações errôneas ou enganosas;
- i) promessa de resultados ou indução do resultado com dispensa de pagamento de honorários;
- j) menção a título acadêmico não reconhecido;
- k) emprego de fotografias e ilustrações, marcas ou símbolos incompatíveis com a sobriedade da advocacia;
- l) utilização de meios promocionais típicos de atividade mercantil.

Concluindo, caso o usuário (o advogado no caso) consiga um espaço favorável (chamativo) nas redes sociais virtuais (sociais e profissionais) conseguirá criar relacionamentos profissionais com outros usuários, bem como apresentar seu currículo e

habilidades a uma gama extraordinária de potenciais clientes, conseguindo assim, indicações, empregos e oportunidades.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UEA abre seleção com 186 vagas para professores no Parfor

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) abre seleção para professor no Programa de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor). Ao todo, 186 vagas estão disponíveis para atuação no segundo semestre de 2019. As inscrições começam na próxima segunda-feira (18) e seguem até o dia 1 de março.

As vagas estabelecidas no edital destinam-se aos cursos de 1ª licenciatura em Ciências Biológicas, Educação Física, Geografia, História, Letras - Língua Portuguesa, Matemática, Pedagogia e Pedagogia Intercultural Indígena. Os cursos serão realizados no interior do Amazonas: Atalaia do Norte, Autazes, Boa Vista do Ramos, Caapiranga, Caruari, Eirunepé, Guarujá, Humaitá, Itacoatiara, Ipixuna, Itamarati, Japurá, Jutai, Maraã, Maués, Nova Olinda do Norte, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tonantins e Uarini.

Poderão participar do processo seletivo os docentes pertencentes ao quadro de servidores da UEA (efetivos e contratados) e docentes colaboradores (que não possuem vínculos da UEA) que comprovem a formação academia na área de conhecimento da disciplina em que irão atuar. As aulas ocorrerão entre junho e agosto de 2019 seguindo o calendário do Edital.

O candidato precisa atender, obrigatoriamente, pelo menos um dos requisitos: título de mestre, doutor ou de pós-graduação lato sensu. É preciso ainda, comprovar experiência mínima de três anos no magistério.

Segundo o professor e coordenador adjunto do projeto, Dr Adan Medeiros, o Parfor é fruto de uma parceria entre a **CAPES** e a UEA. "Ele é estratégico na oferta de cursos de licenciatura a professores que atuam na rede básica de educação nos mais distantes municípios", finaliza.

topo ↕

TREINAMENTOS - TEMPO REAL

Estão abertas as inscrições para o programa CAPES-Fulbright

Por meio de uma cooperação entre a **CAPES** e a Comissão Fulbright, está aberto o período de candidatura para recepção de bolsas de doutorado pleno nos Estados Unidos. O edital nº 42/2018 prevê a oferta de 20 bolsas de até seis anos que abrangem todas as 49 áreas de avaliação da **CAPES**. A submissão de propostas poderá ser feita até 31 de março, às 17h.

O Programa **CAPES-Fulbright** de Doutorado Pleno dá visibilidade à produção científica, tecnológica e cultural brasileira. Um de seus objetivos é a formação de recursos humanos de alto nível nos Estados Unidos.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Saúde na Escola: MEC quer saber quantas adolescentes escolares engravidaram
As escolas devem considerar os casos de gravidez em adolescentes na faixa etária de 10 a 19 anos de idade identificados em 2018

O Ministério da Educação (MEC) quer saber quantos casos de gravidez na adolescência ocorreram em 2018. Desde a última quinta-feira (14) está disponível para as escolas públicas e privadas o “Questionário sobre quantidade de casos de gravidez em adolescentes escolares”. O prazo para preencher os dados vai até 15 de abril.

Alunas grávidas em idade escolar

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo questionário, as escolas devem considerar os casos de gravidez em adolescentes na faixa etária de 10 a 19 anos de idade identificados no ano passado. Não será necessário identificar a adolescente.

O questionário deverá ser preenchido por gestores escolares ou por pessoas designadas pelas escolas. O acesso é por meio de um link no Sistema Educacenso, exclusivamente para o perfil escola.

Programa Saúde na Escola

O trabalho faz parte do programa Saúde na Escola, desenvolvido pelo MEC e Ministério da Saúde. A intenção é fortalecer ações conjuntas para reduzir o número de casos de gravidez na adolescência, além de garantir o cuidado integral às adolescentes grávidas.

O Programa Saúde na Escola foi instituído em 2007 visando levar às escolas públicas ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, para enfrentar vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens. Entre as ações do programa estão a promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Taxa de gravidez na adolescência

De acordo com o Ministério da Saúde, a taxa de gravidez na adolescência no Brasil é de cerca de 56 adolescentes a cada grupo de mil. Número maior que a taxa internacional, que é de cerca de 49 a cada 1 mil.

Segundo o ministério, embora esse número esteja alto, houve - entre 2010 e 2017 - redução de 13% de bebês de mães adolescentes. Meninas negras representam a maior proporção entre essas mães: 19,7% pardas e 15,3% pretas, seguindo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Jornalista é alvo de 59 processos de diretoras de escolas em Sobral, no Ceará
Profissional que relatou fraudes em avaliações se diz alvo de ação orquestrada de prefeitura, comandada por irmão de Ciro

Salvador

O jornalista Wellington Macedo foi alvo de 59 ações de danos morais movidas por diretoras de escolas municipais de Sobral (231 km de Fortaleza), reduto eleitoral da família de Ciro Gomes (PDT) conhecido por bons indicadores na área da educação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/jornalista-e-alvo-de-59-processos-de-diretoras-de-escolas-em-sobral-no-ceara.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Kroton e Estácio caem mais de 5% na Bolsa após Bolsonaro anunciar Lava Jato da Educação

Ministério da Justiça vai auxiliar em investigações sobre indícios de corrupção no MEC

São Paulo

As ações de gigantes da educação despencaram nesta sexta-feira (15) após o MEC (Ministério da Educação) anunciar a intenção de investigar indícios de corrupção na pasta.

Os papéis da Kroton (-6,2%) e da Estácio (-5,2%) lideraram as quedas do Ibovespa (principal índice brasileiro), que também fechou em baixa de 0,5%, a 97.525,91 pontos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/kroton-e-estacio-caem-6-na-bolsa-apos-bolsonaro-anunciar-lava-jato-da-educacao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

Justiça condena ex-servidoras da UFPR por desvio milionário de verbas de pesquisa

Dinheiro era destinado a falsos bolsistas, como cabeleireiros, taxistas e um pedreiro; ambas confessaram parte dos crimes

Curitiba

A Justiça Federal do Paraná condenou, nesta quinta-feira (14), duas ex-servidoras da UFPR (Universidade Federal do Paraná) e mais 11 pessoas por desviarem verbas de pesquisa da instituição.

O grupo desviou pelo menos R\$ 7,3 milhões de bolsas de pesquisa, durante três anos, segundo a denúncia do Ministério Público Federal. A peça foi baseada na Operação Research, deflagrada pela Polícia Federal no início de 2017.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/02/justica-condena-ex-servidoras-da-ufpr-por-desvio-milionario-de-verbas-de-pesquisa.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Veto a aluno de colégio militar gera atrito entre Exército e USP

Universidade cancela matrículas de alunos de colégios militares aprovados por meio do SisU; corporação vê retaliação a governo Bolsonaro

BRASÍLIA

Em reunião, ontem, a reitoria da USP rejeitou apelo do Comando Militar do Sudeste e manteve o cancelamento de matrículas de pelo menos 20 estudantes de colégios militares aprovados no vestibular pelo Enem. A alegação é de que as 12 escolas mantidas pelo Exército não se enquadram no sistema de cotas. O governador João Doria foi acionado pelo Exército.

Uma decisão da Universidade de São Paulo (USP) de cancelar matrículas de estudantes

de colégios militares aprovados no vestibular por meio do Sistema de Seleção Unificado (Sisu) mobilizou, na tarde de ontem, o Comando do Exército e o Ministério da Educação. A corporação identificou na medida da universidade uma retaliação ao governo Jair Bolsonaro.

A Pró-Reitoria de Graduação da universidade alegou que as 12 escolas mantidas pelo Exército não se enquadrariam no sistema de cotas por serem mantidas por contribuições e quotas mensais pagas por pais de alunos.

Numa reunião fechada no campus que se estendeu ao longo da tarde de ontem, um representante do Comando do Sudeste, sediado em São Paulo, tentou convencer dirigentes da universidade a reverter a decisão, que afeta mais de 20 alunos, nas contas do Exército, ou dez, na estimativa da USP. Ele saiu de lá apenas com a promessa de que o caso seria analisado, sem previsão de prazo, relataram ao Estado militares envolvidos na questão. O ato foi interpretado pela corporação como um “ataque político” para atingir o governo Jair Bolsonaro.

O governador de São Paulo, João Doria, foi acionado pelo Comando Militar do Sudeste, pois a universidade é mantida pelo Estado. Ao mesmo tempo, os militares telefonaram para Brasília. Uma operação foi deflagrada à noite na capital federal pelos militares. O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, foi acionado e entrou para interferir a favor dos alunos.

Matrícula. Na quinta-feira, a universidade enviou e-mail aos estudantes para informar sobre o cancelamento da matrícula dos aprovados no concurso de acesso da instituição por meio das cotas de escolas públicas. Numa mensagem obtida pela reportagem, a universidade informa a um aluno aprovado no curso de Medicina que cancelou sua matrícula para não “burlar” a “finalidade das políticas de inclusão”.

O texto foi elaborado pela Comissão para o Monitoramento Operacional do Processo de Ingresso. O pró-reitor de Graduação, Edmund Chada Baracat, assinou a mensagem.

Procurada, a direção da Universidade de São Paulo afirmou que o caso dos alunos ainda está sob avaliação (mais informações nesta página). Pegos de surpresa, os estudantes temem que o tempo de análise dado pela universidade se estenda pela semana, o que os impediria de fazer a matrícula prevista para segunda-feira. Uma parte dos alunos entrou em contato com as diretorias dos colégios para reclamar que tinham deixado de fazer matrículas em outras universidades em que foram aprovados.

Supremo. Ainda durante a reunião de ontem ocorrida no campus, o representante do Exército lembrou que, em outubro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que os colégios militares são escolas do ensino oficial. Um documento preparado pela direção do Comando do Sudeste citou que o plenário do Supremo julgou, por unanimidade, improcedente uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5082 contra a cobrança de contribuição obrigatória nos colégios militares.

O relator, ministro Edson Fachin, considerou que essas contribuições não configuram ofensa à regra constitucional da gratuidade do ensino e ratificou as escolas mantidas pelo Exército como estabelecimentos do ensino oficial.

Os militares afirmam que trata-se de uma atitude inédita no País, pois o Exército nunca encontrou barreira semelhante por parte de outras instituições. O Comando Militar do Sudeste procurou, ainda ontem, o Ministério Público Federal com um documento de cerca de 80 páginas, incluindo a decisão do Supremo, para pedir que o órgão ingresse com recurso contra a universidade.

‘Burla’

“Assim, a (...) Universidade analisou o requerimento do candidato (...), deliberando favoravelmente ao cancelamento da matrícula (...) sob pena de burla à finalidade das políticas de inclusão.”

TRECHO DE NOTA ENVIADA PELA USP

AOS ALUNOS DE COLÉGIOS MILITARES

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Universidade diz que matrículas canceladas vão ser analisadas

Por meio de sua assessoria, a Universidade de São Paulo (USP) informou que os casos dos “dez alunos” de colégios militares com matrículas canceladas estão sendo analisados pela Comissão de Acompanhamento do Vestibular. A instituição ressaltou que ainda não foi notificada pelo Ministério Público Federal.

A USP avaliou que os estudantes que tiveram a matrícula cancelada, caso sejam aceitos pela instituição, não serão prejudicados. Na primeira semana de aulas, entre 18 e 22 de fevereiro, não haverá atividades regulares, ressaltou. A instituição promoverá a Semana de Recepção aos Calouros. “Nesse período, as aulas regulares serão substituídas por palestras, bate-papos com egressos e dirigentes, visitas às instalações das unidades, arrecadação de doativos, gincanas, atividades envolvendo os pais dos alunos, campanhas e ações sociais”, informou. “Dessa forma, esses alunos não serão prejudicados.”

A universidade negou que a decisão de cancelar as matrículas teve conotação política. Rejeitou também uma avaliação de militares ouvidos pela reportagem que reclamaram da existência de um possível “núcleo de resistência ao governo Bolsonaro” dentro do campus. “A Universidade nega, de forma veemente, a existência desse núcleo em sua estrutura organizacional.”

A reportagem questionou a universidade em relação ao fato de a decisão de cancelar as matrículas de estudantes de colégios militares não ter ocorrido em outros vestibulares. A USP evitou responder ao questionamento. A instituição também não respondeu se havia comunicado com antecedência a decisão ao Ministério da Educação ou ao Exército.

Entre as queixas à decisão da universidade de cancelar as matrículas, militares ouvidos pelo Estado disseram que o ato está associado, em especial, à exoneração de professores da USP em cargos comissionados do Ministério da Educação no começo do governo Bolsonaro. A universidade descarta essa avaliação.

Comissão. O cancelamento do ingresso na universidade dos estudantes de colégios militares foi baseado numa análise da Comissão para o Monitoramento Operacional do

Processo de Matrícula. O órgão ligado à Pró-Reitoria de Graduação recorreu ao Regulamento dos Colégios Militares, que prevê o pagamento de mensalidade.

“Assim, a Comissão, acompanhando o entendimento da Procuradoria-Geral, analisou o requerimento do candidato acerca dos fatos, deliberando favoravelmente ao cancelamento da matrícula”, destacou a universidade na mensagem enviada aos estudantes.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

Anúncio de Lava-Jato da Educação derruba ações de empresas

Kroton tem maior queda do Ibovespa, com 6,55%, enquanto papéis da Estácio perdem 5,78%

SÃO PAULO

As ações de empresas ligadas ao setor educacional ficaram entre as maiores baixas da Bolsa de Valores (B3) ontem, depois que o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o governo vai iniciar uma "Operação Lava- Jato" para investigar indícios de corrupção em diversos programas conduzidos pelo Ministério da Educação.

Os papéis da Kroton caíram 6,55%, a R\$ 10,83, a maior baixa do Ibovespa, o principal índice do mercado acionário do país. As ações da Estácio recuaram 5,78%, a R\$ 29,69, a segunda maior baixa.

— As ações dessas empresas, que são beneficiadas por esses programas, reagiram às declarações do presidente e do ministro da Educação. Faz todo o sentido — disse Pedro Galdi, analista da corretora Mirae.

Na véspera, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, disse que o governo fará uma investigação interna sobre atos de governos passados, depois de encontrar indícios de corrupção e desvios em programas da pasta. A investigação deve focar programas como o Universidade para Todos (ProUni) e o Pronatec (que dá acesso ao ensino técnico), além das ofertas de bolsas em faculdades privadas.

BOLSA EM BAIXA

Ontem, em uma rede social, Bolsonaro elogiou a iniciativa de Vélez. "Muito além de investir, devemos garantir que investimentos sejam bem aplicados e gerem resultados. Partindo dessa determinação, o Ministro apurou vários indícios de corrupção no âmbito do MEC em gestões passadas. Daremos início à Lava-Jato da Educação!", afirmou o presidente, acrescentando que esse será "apenas o primeiro passo".

O Ibovespa recuou 0,50% ontem, aos 97.525 pontos. Na semana, o índice acumulou alta de 2,29%. O dólar, por sua vez, encerrou o dia com queda de 0,97%, cotado a R\$ 3,70.

topo ↕

ISTOÉ DINHEIRO - SP - SUSTENTABILIDADE

A XP investe na base curricular

A corretora de valores XP Investimentos decidiu patrocinar o projeto social Educação Garantida, que é desenvolvido pelo Instituto da Criança, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que beneficia alunos em situação de vulnerabilidade econômica com bolsas de estudos integrais em instituições de ensino particulares. Até o final de 2019, a empresa terá destinado R\$ 10 milhões para beneficiar mais de 1,2 mil

alunos do Ensino Fundamental I em 55 escolas privadas, localizadas em 22 municípios com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) do Rio de Janeiro e de São Paulo. O programa foi iniciado em março de 2018. “O projeto é um incentivo financeiro para que as famílias consigam manter os filhos na escola, mas também existe um acompanhamento pedagógico ao longo desse tempo de amparo”, afirma Lucas Aguiar, gerente de gente e gestão da XP. Para que possam receber as bolsas integrais, cada família precisa ter uma renda de, no máximo, três salários mínimos. O aluno beneficiado deve ter pelo menos 75% de frequência em sala de aula e nota mínima 5 nas disciplinas estudadas.

topo ↕

ISTOÉ - SP - BRASIL

A escola veste farda

Quatro unidades do DF adotam disciplina militar para melhorar desempenho dos alunos e a segurança. O modelo a ser replicado por Bolsonaro, porém, leva a um aumento no número de jovens expulsos

Perfilados no pátio do Centro Educacional Número 1 da Estrutural, uma das regiões mais pobres do Distrito Federal, meninos e meninas escutam em silêncio a palestra do capitão Igor, da Polícia Militar. Desde o início do mês, o oficial é o vice-diretor disciplinar da escola. A palestra, que acontece todas as manhãs, faz parte de uma nova disciplina incorporada ao currículo dessas crianças, a ordem unida, mesmo nome que batiza o pronunciamento com que os comandantes iniciam o dia de trabalho nos quartéis. “Não vamos tolerar menina de rabo de cavalo nem homem de cabelo grande”, avisava o capitão, com a ênfase comum das ordens que costumam ser dadas aos soldados. Os adolescente, com idades entre 12 e 15 anos, estavam avisados: para o bem e para o mal, um novo tempo instalou-se onde estudam.

O modelo de escola militar, com a parte disciplinar administrada pela PM, foi implantado em quatro escolas de Brasília no início de fevereiro, por determinação do governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB). O modelo adotado segue o que acontece em algumas cidades de Goiás, como Valparaíso, no entorno da capital, a cerca de 50 quilômetros. São escolas em áreas violentas e pobres que passam a ser geridas de forma compartilhada por professores e policiais militares. Os primeiros cuidam da parte pedagógica, os PMs, de manter os alunos na linha.

Na Ordem Unida, são ditadas regras de funcionamento da escola e conceitos de cidadania e respeito aos símbolos da pátria, como o hino e a bandeira, que os estudantes devem seguir. Ao contrário do que acontece com outras matérias, como português e matemática, a avaliação não é mensal, mas diária. Qualquer atitude fora das normas é imediatamente advertida. Com algumas diferenças, o modelo que na prática agora existe em Goiás e no DF será replicado em todo o País pelo governo de Jair Bolsonaro. O presidente quer que cada Estado tenha pelo menos uma escola militar modelo.

Desde o dia 11, uma rotina mais rígida passou a fazer parte da realidade dos 6,9 mil estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública do DF. Em Valparaíso, a escola já funciona assim desde o ano passado. O modelo de gestão compartilhada é uma resposta que o governador do DF tenta dar aos altos índices de violência dentro dessas unidades. Alguns critérios foram levados em conta para a escolha: quanto pior os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e de educação básica (Ideb), e maiores os números no Mapa da Violência, mais há chances de instalação de uma escola militarizada.

Agora, além de professores em sala de aula, os alunos do CED 1 da Estrutural, uma cidade carente situada a 20 quilômetros do Palácio do Planalto, convivem com o trânsito de policiais fardados pelos corredores e pelo pátio. Rotina totalmente diferente de anos anteriores, quando a circulação muitas vezes era de traficantes e outros delinquentes. Tempo que a diretora, Estela Accioly, presenciou, mas quer esquecer. “Eu já apreendi faca e canivete com aluno em sala de aula”, conta. Diante dessas experiências, Estela festeja a novidade: “Eu acredito que vai melhorar muito a questão da segurança”, espera.

SENTIDO Jovens recebem primeiras lições para a cerimônia de hasteamento da bandeira (Crédito: Sergio Dutti)

Dentro de alguns meses, os alunos trocarão os uniformes escolares (uma camiseta de malha com a calça que quiser) por fardas. Em um primeiro momento, os meninos usarão camiseta branca com calça jeans e sapato preto. As meninas, saia. Depois, o uniforme será trocado pelas fardas parecidas com as dos militares.

Seleção sem inclusão

O que o governo do DF não definiu ainda é se o ensino nessas escolas também será o mesmo aplicado nos colégios militares tradicionais. Além da rigidez do uniforme e dos costumes dos alunos, a unidade acadêmica do Exército Brasileiro — o Colégio Militar de Brasília, que é referência no País — possui uma educação de ponta, que se assemelha à de escolas particulares. Mas é preciso que o governo invista mais recursos para isso, pois os colégios militarizados são situados em localidades carentes, com baixa renda familiar, o que dificulta a contrapartida das famílias, diferentemente das escolas militares tradicionais, onde os pais pagam uma taxa pelo estudo de seus filhos. De qualquer modo, as novas escolas já chamam a atenção da população. Irene Costa, 45 anos, foi cedo na terça-feira 12 à Estrutural para tentar uma vaga para a neta Emily Alves, de 12 anos. “Aqui haverá mais segurança e o ensino vai ser bom, porque as escolas militares têm boa fama”, acredita a dona de casa.

Em Goiás, já existem 60 escolas militarizadas semelhantes às que foram implantadas no Distrito Federal. Desde que passou a se chamar Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Fernando Pessoa, a instituição situada no Céu Azul, região mais pobre de Valparaíso, viu diminuir seus índices de violência. “Um ex-aluno foi assassinado aqui dentro antes de os militares chegarem”, lembra a coordenadora pedagógica, Sônia Rodrigues. A taxa de evasão escolar também zerou. Há um dado, porém: a escola livra-se de seus alunos-problema. A expulsão de estudantes cresceu. E as expulsões estão ligadas ao método de avaliação diária da disciplina. “Caso o aluno cometa transgressão até chegar ao conceito insuficiente, o conselho disciplinar decide se ele fica ou não”, afirma o diretor-comandante, Eric Chiericato.

No DF, o governador Ibaneis planeja criar 40 escolas militarizadas. Catarina de Almeida Santos, professora de Educação da Universidade de Brasília (UnB), diz que as expulsões acaba servindo para selecionar alunos, mascarando o problema. “No decorrer do tempo, essas escolas do DF vão começar a selecionar quem entra também. Cria-se, assim, um falso modelo de qualidade. O que acontece com a continuação da educação desses meninos expulsos? Corre-se o risco de, no extremo, você ter uma escola modelo em determinada região na qual as crianças que vivem ali não vão conseguir estudar”, avalia a especialista. Ela ainda ressalta: “A polícia que está dando segurança dentro da

escola é a mesma polícia que não consegue conter a violência na região”. Diretor do Sindicato dos Professores do DF, Cláudio Antunes critica: “Estão transformando nossas escolas em presídios”.

Alheio à discussão mais técnica sobre os modelos pedagógicos, a aluna do oitavo ano da escola na Estrutural, Maria Paulo, de 13 anos, reclama da Ordem Unida do capitão Igor. “Cortar as unhas, prender o cabelo? O que tem de errado com minhas unhas e meu cabelo?”, protesta.

DISCIPLINA MILITAR

Como operam as escolas das PMs

>> A gestão das escolas é compartilhada. São dois diretores. Um professor cuida da parte pedagógica. Um policial militar é responsável pelas questões disciplinares

>> Os alunos passaram a ter a disciplina ordem unida. O conteúdo é composto de palestras que tratam de questões morais e de cidadania, indo até ao modo de vestir e cortar o cabelo. Os alunos também hasteiam a bandeira e cantam o Hino Nacional

>> Cada aluno usa uma farda. Os meninos calça e camisa que lembram o uniforme da PM e levam o símbolo da corporação. As meninas, saia e blusa com o mesmo símbolo

>> Os PMs também assumiram a responsabilidade das aulas de educação física e música

>> Professores passam a ser chamados de senhor e de senhora pelos alunos

[topo](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR - CIDADES

Seletivo oferta vagas especiais para Pós-graduação

Os interessados em realizar inscrições devem estar regularmente matriculados em outro Programa de Pós-Graduação.

A Universidade Estadual de Roraima (UERR) e o Instituto Federal de Roraima (IFRR) ofertam vagas para disciplinas eletivas, com alunos especiais, aqueles vinculados no Programa de Pós-Graduação em Educação, que tenham inscrição autorizada.

Os estudantes podem efetivar as inscrições, por meio de requerimento, na secretaria da Pós-Graduação da UERR, nos dias 18 e 19 de fevereiro, das 8 às 14 horas.

Para participar do processo de seleção, os interessados devem estar regularmente matriculados em outro Programa de Pós-Graduação (Mestrado ou Doutorado), devidamente credenciado pela **CAPES** ou ser egresso de Curso de Graduação. Confira o edital no site.

[topo](#)

A CRÍTICA - AM - POLÍTICA

MEC vai passar por investigação

Objetivo é apurar indícios de desvios em outras gestões

SÃO PAULO

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, assinou acordo para investigação de indícios de corrupção, desvios e outros de atos lesivos à administração pública no âmbito do MEC em gestões anteriores, informou o ministério, segundo comunicado

publicado em seu cite ontem.

O protocolo de intenções foi assinado por Rodrigues, pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro, pela Controladoria-Geral da União e pelo Advogado-Geral da União, André Mendonça, informou o MEC.

Entre os casos apurados estão favorecimentos considerados indevidos no Programa Universidade para Todos (ProUni), desvios no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), concessão ilegal de bolsas de ensino à distância e irregularidades em universidades federais.

As ações de empresas de educação reagem negativamente à notícia, com Estácio Participações e Kroton Educacional em quedas de 6,8 e 5,4 por cento, respectivamente, liderando a ponta negativa do Ibovespa por volta das 16h30. Fora do índice, Ser Educacional recuava 6,24 por cento e Anima Educação perdia cerca de 2 por cento.

Procuradas, Estácio não quis se manifestar sobre o assunto, enquanto a Kroton e Ser não responderam imediatamente ao pedido de comentário.

O Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), do qual a Kroton faz parte, defendeu a investigação de eventuais irregularidades no MEC para assegurar a credibilidade do setor.

topo 

A TARDE - BA - BAHIA

MPF-BA denuncia organização criminosa que fraudava licitações

O Ministério Público Federal (MPF) em Ilhéus e Itabuna (BA), no âmbito da Operação Sombra e Escuridão, denunciou, no dia 8 de fevereiro, treze pessoas por formação de organização criminosa, falsidade ideológica, corrupção ativa e passiva.

O grupo teria relações com o desvio de aproximadamente R\$ 30 milhões por meio de empresas irregulares e de ilegalidades em licitações e contratos públicos. Segundo a denúncia, a “organização criminosa” buscaria a obtenção de vantagens indevidas a partir de licitações fraudadas e contratações irregulares.

As modalidades de fraudes cometidas são várias: simulação de concorrência, conluio de empresas, modificação ilegal de contratos, sobre preço/ superfaturamento, subcontratações ilícitas, falsidade documental ou ideológica, atos de corrupção, com o concurso de agentes públicos e em conexão eventual com outra organização criminosa independente.

A denúncia oferecida faz referência, ainda, a licitações fraudadas e outros ilícitos em, ao menos, sete municípios baianos. Os crimes investigados teriam sido cometidos entre os anos de 2013 e 2018 e envolveriam recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fundo Nacional de Saúde (FNS) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os recursos teriam sido direcionados a serviços de transporte escolar, transporte alternativo, dentre outros. Entre os denunciados pelo MPF, sete encontram-se em prisão preventiva no Conjunto Penal de Itabuna desde novembro.

A operação Sombra e Escuridão, em novembro de 2018, em atuação conjunta do MPF e da PF, com o auxílio CGU, cumpriu 13 mandados de prisão preventiva e 50 mandados de busca e apreensão em residências, sedes de empresas e repartições públicas, incluindo 23 prefeituras da região sul da Bahia.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

MEC instala lava jato da educação, diz Bolsonaro

Pasta identificou favorecimentos indevidos no ProUni e concessão ilegal de bolsas de ensino

O presidente Jair Bolsonaro defendeu nesta sexta-feira (15) a chamada lava jato da educação, batizada com este nome pelo ministro da área, Ricardo Vélez Rodríguez, sobre as investigações de medidas adotadas em gestões anteriores. A afirmação ocorre um dia depois da assinatura de um protocolo de intenções para apurar indícios de irregularidades no âmbito do Ministério da Educação.

"Muito além de investir, devemos garantir que investimentos sejam bem aplicados e gerem resultados. Partindo dessa determinação, o ministro professor Ricardo Vélez apurou vários indícios de corrupção no âmbito do MEC em gestões passadas. Daremos início à Lava Jato da Educação", disse o presidente na sua conta pessoal no Twitter.

Ontem (14), os ministros da Educação, da Justiça, Sergio Moro, e da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário, além do advogado-geral da União, André Mendonça, assinaram um protocolo de intenções que tem como objetivo apurar indícios de corrupção, desvios e outros tipos de atos lesivos à administração pública no âmbito do MEC e autarquias nas gestões anteriores.

Segundo nota do MEC enviada à imprensa, a pasta já identificou favorecimentos indevidos no Programa Universidade para Todos (ProUni), desvios no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), envolvendo o sistema S, concessão ilegal de bolsas de ensino a distância e irregularidades em universidades federais.

O diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, também participou da reunião. A investigação é uma das principais metas do Ministério da Educação dentro do plano de ações dos 100 primeiros dias do governo. Trata-se ainda do cumprimento de uma orientação de Bolsonaro dada, de acordo com a pasta, para todos os ministérios e instituições federais.

topo ↕

O ESTADO - MS - FERNANDO SOARES

Consternação III

Nesse janeiro doloroso, mais uma perda que abriu enorme lacuna nos meios intelectuais brasileiros, com a morte do professor e doutor Eduardo Yázigi, que lecionou na USP e integrou os principais núcleos de inteligência do Brasil, entre os quais o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Está entre os autores mais respeitados na bibliografia de referência, com livros como "Turismo, Uma Esperança Condicional", "O Mundo das Calçadas", "A Alma do Lugar" e "Tenho Saudades do Futuro". Algumas das privilegiadas cabeças do país e do Estado, como a professora Maria Helena Andrade, estão na sua numerosa lista de ex-alunos.

topo ↕

O LIBERAL - PA - NOTÍCIAS

Governo instala “lava jato”

O presidente Jair Bolsonaro defendeu ontem a chamada “lava jato da educação”, batizada com este nome pelo ministro da área, Ricardo Vélez Rodríguez, sobre as investigações de medidas adotadas em gestões anteriores.

A afirmação ocorre um dia depois da assinatura de um protocolo de intenções para apurar indícios de irregularidades no âmbito do Ministério da Educação. “Muito além de investir, devemos garantir que investimentos sejam bem aplicados e gerem resultados. Partindo dessa determinação, o ministro professor Ricardo Vélez apurou vários indícios de corrupção no âmbito do MEC em gestões passadas. Daremos início à ‘Lava Jato da Educação’”, disse o presidente na sua conta pessoal no Twitter.

Na última quinta-feira, 14, os ministros da Educação, da Justiça, Sergio Moro, e da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário, além do advogado-geral da União, André Mendonça, assinaram um protocolo de intenções que tem como objetivo apurar indícios de corrupção, desvios e outros tipos de atos lesivos à administração pública no âmbito do MEC e autarquias nas gestões anteriores. Segundo nota do MEC enviada à imprensa, a pasta já identificou favorecimentos indevidos no Programa Universidade para Todos (ProUni), desvios no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), envolvendo o sistema S, concessão ilegal de bolsas de ensino a distância e irregularidades em universidades federais.

O diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, também participou da reunião. A investigação é uma das principais metas do Ministério da Educação dentro do plano de ações dos 100 primeiros dias do governo. Trata-se ainda do cumprimento de uma orientação de Bolsonaro dada, de acordo com a pasta, para todos os ministérios e instituições federais.

topo ↕

AGORA MS - TEMPO REAL

UFGD publica nova edição do Dicionário Crítico de Gênero

A obra reúne 162 verbetes em ordem alfabética, conceituando temas como feminicídio e homofobia

Após três anos de lançamento e de receber o Prêmio ABEU (Associação Brasileira das Editoras Universitárias) na Categoria Ciências Humanas em 2016, o Dicionário Crítico de Gênero, organizado por Ana Maria Colling e Losandro Antônio Tedeshi, acaba de ser publicado pela Editora da UFGD em uma nova edição, revista e ampliada.

O Dicionário é uma iniciativa apoiada pela UFGD, pelo Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (LEGHI), e pela Cátedra/ UNESCO e agrupa escritores de vários países, comprometidos com a visibilidade e a consolidação dos estudos de gênero e sexualidades. Reúne 162 verbetes em ordem alfabética, conceituando temas como feminicídio e homofobia. Entre pesquisa, análise e formatação, foram gastos quatro anos para a conclusão da primeira versão do trabalho.

De acordo com o parecer de Michelle Perrot no início do livro, ele é a expressão da vitalidade e desenvolvimento das pesquisas sobre mulheres e gênero no mundo ibero e latino americano em perspectiva multidisciplinar.

Além de apresentar intelectuais importantes nos estudos que envolvem temas que perpassam os estudos de gênero, a publicação também analisa os conceitos destes intelectuais de maneira crítica, fornecendo análises aprofundadas sob o prisma de gênero.

Sobre os organizadores: Ana Maria Colling é doutora em História e especialista nos estudos de gêneros. Atualmente é professora visitante sênior pela **Capes** na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Losandro Antônio Tedeschi é doutor em História e professor da Faculdade de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em História na UFGD. Coordena a Cátedra Unesco “Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras” e o Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (Leghi).

Para acessar a versão On-line da obra, visite o catálogo da Editora:

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UEA abre seleção para Programa de Formação de Professores da Educação Básica Estão disponíveis 186 vagas. Inscrição começa na próxima segunda-feira (18).

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) abriu seleção para professor no Programa de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor). São 186 vagas disponíveis para atuação no segundo semestre de 2019. As inscrições começam na próxima segunda-feira (18) e seguem até o dia 1º de março.

As vagas estabelecidas no edital destinam-se aos cursos de 1ª licenciatura em Ciências Biológicas, Educação Física, Geografia, História, Letras - Língua Portuguesa, Matemática, Pedagogia e Pedagogia Intercultural Indígena.

Os cursos serão realizados no interior do Amazonas: Atalaia do Norte, Autazes, Boa Vista do Ramos, Caapiranga, Carauari, Eirunepé, Guarujá, Humaitá, Itacoatiara, Ipixuna, Itamarati, Japurá, Jutai, Maraã, Maués, Nova Olinda do Norte, Santo Antônio do Iça, São Paulo de Olivença, Tonantins e Uarini.

Poderão participar do processo seletivo os docentes pertencentes ao quadro de servidores da UEA (efetivos e contratados) e docentes colaboradores (que não possuem vínculos da UEA) que comprovem a formação acadêmica na área de conhecimento da disciplina em que irão atuar. As aulas ocorrerão entre junho e agosto de 2019 seguindo o calendário do Edital.

O candidato precisa atender, obrigatoriamente, pelo menos um dos requisitos: título de mestre, doutor ou de pós-graduação lato sensu. É preciso, ainda, comprovar experiência mínima de três anos no magistério.

Segundo o professor e coordenador adjunto do projeto, doutor Adan Medeiros, o Parfor é fruto de uma parceria entre a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e a UEA.

“Ele é estratégico na oferta de cursos de licenciatura a professores que atuam na rede básica de educação nos mais distantes municípios”, finaliza.

Inscrição

Os interessados devem encaminhar os documentos listados no edital pelo e-mail (conforme quadro de vagas, anexo 1 do Edital). A recepção dos currículos e demais documentações será realizada pela comissão de avaliação, composto pela Coordenação Geral e Coordenadores de Cursos do Parfor/UEA.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Abertas as inscrições para a 15ª OBMEP; cerca de 156 municípios da região devem participar

Alunos que recebem prêmios, medalhas ou menções honrosas são convidados pela Unimontes para participar do PIC – Programa de Iniciação Científica.

Estão abertas as inscrições para a 15ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP. O prazo é até o dia 15 de março e contempla os alunos de escolas públicas e particulares. Podem se inscrever alunos a partir do sexto ano – fundamental, e alunos do ensino médio.

A Obmep é uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), com o apoio do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC)**.

Norte de Minas em peso

Aproximadamente 270 mil alunos do Norte de Minas devem participar da abertura da OBMEP de 2019; ao todo, são cerca de 156 municípios do Norte e Vales de Minas. Nessa primeira fase, a prova tem questões de múltipla escolha. Para a segunda etapa, começam as questões abertas com justificativas. Um percentual de 5% dos participantes são escolhidos, selecionando os melhores para as próximas disputas. Ficam então 13 mil alunos para disputa em nível nacional, dando continuidade ao evento que busca incentivar o ensino da matemática nas escolas.

Segundo o responsável pelas atividades no âmbito da Unimontes, o professor do Departamento de Ciências Exatas, Rosivaldo Antônio Gonçalves, é importante a participação dos alunos na Olimpíada, para que eles consigam aprender mais ainda os conteúdos estudados em sala de aula e possam estar preparados para pleitear concursos. “Escolas que mais participam da Olimpíada têm desempenho melhor dos seus alunos, na hora de pleitear concursos, como o vestibular do Enem”, afirma.

Destaque

No Norte de Minas, a Escola Estadual Professor José Américo Barbosa, de Mato Verde, se destaca pelo número de premiações. São 326 menções honrosas conquistadas pelos alunos.

De acordo com a diretora da escola, Mireile Aparecida Gomes Sousa, os professores incentivam os alunos, não só os de matemática mas, os de português também.

“Os professores de matemática têm feito a diferença. Empolgam os alunos. Os professores de português também, pois eles ensinam a interpretação dos textos e enunciados. Na escola, preparamos os alunos para uma rotina de estudos num todo e, conseqüentemente, eles se destacam. Acaba sendo criado dentro da escola uma cultura da matemática, e o interesse dos alunos é importante para esse feito acontecer”, pontua.

O feito que a diretora Mireile fala são os 200 alunos premiados nas três categorias desde o começo da Olimpíada, em 2005. Já teve caso, em uma edição, de 19 alunos da mesma escola serem premiados.

Isso acaba gerando uma fama positiva do ensino de qualidade da instituição de educação, e resultando em retornos para a própria comunidade escolar. “A escola ganha livro, kits esportivos e troféus quando os alunos são premiados”, afirma.

Além dos materiais recebidos pelos premiados, gera resultados para o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que mede a qualidade da educação em estados, cidades e municípios, transformando isso em pontos positivos para a escola. “Os pais disputam vagas porque sabem da qualidade do ensino”, conclui Mireile.

Incentivo

A Unimontes oferece um curso para quem já participou em edições anteriores e foi premiado. O Programa de Iniciação Científica – PIC, disponibiliza aulas com professores de matemática da Unimontes, para auxiliarem o aprendizado e preparação dos alunos que foram classificados para a 2ª etapa da Olimpíada.

O local onde o PIC é realizado em Montes Claros é no Campus Darcy Ribeiro, na Avenida Prof. Rui Braga, Bairro Vila Mauriceia. Para mais informações, os interessados devem entrar em contato pelo número (38) 3229-8403.

Somente o diretor da escola pode fazer a inscrição para que a instituição participe da Olimpíada, através do site da OBMEP.

topo ↕

JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL

UFGD publica nova edição do Dicionário Crítico de Gênero

A obra reúne 162 verbetes em ordem alfabética, conceituando temas como feminicídio e homofobia

Após três anos de lançamento e de receber o Prêmio ABEU (Associação Brasileira das Editoras Universitárias) na Categoria Ciências Humanas em 2016, o Dicionário Crítico de Gênero, organizado por Ana Maria Colling e Losandro Antônio Tedeshi, acaba de ser publicado pela Editora da UFGD em uma nova edição, revista e ampliada.

O Dicionário é uma iniciativa apoiada pela UFGD, pelo Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (LEGHI), e pela Cátedra/ UNESCO e agrupa escritores de vários países, comprometidos com a visibilidade e a consolidação dos estudos de gênero e sexualidades. Reúne 162 verbetes em ordem alfabética, conceituando temas como feminicídio e homofobia.

Entre pesquisa, análise e formatação, foram gastos quatro anos para a conclusão da primeira versão do trabalho.

De acordo com o parecer de Michelle Perrot no início do livro, ele é a expressão da vitalidade e desenvolvimento das pesquisas sobre mulheres e gênero no mundo ibero e latino americano em perspectiva multidisciplinar.

Além de apresentar intelectuais importantes nos estudos que envolvem temas que

perpassam os estudos de gênero, a publicação também analisa os conceitos destes intelectuais de maneira crítica, fornecendo análises aprofundadas sob o prisma de gênero.

Sobre os organizadores: Ana Maria Colling é doutora em História e especialista nos estudos de gêneros. Atualmente é professora visitante sênior pela **Capes** na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Losandro Antônio Tedeschi é doutor em História e professor da Faculdade de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em História na UFGD. Coordena a Cátedra Unesco “Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras” e o Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (Leghi).

Para acessar a versão On-line da obra, visite o catálogo da Editora:

<https://www.ufgd.edu.br/setor/editora/catalogo>

Assessoria de Comunicação Social e Relações Públicas – ACS/UFGD

Divisão de Jornalismo – Resp. Graziela Moura

Jornalistas: Karine Segatto, Thaysa Freitas e Stella Zanchett

Telefone: 67-3410-2720/2721

E-mail: jornalismo@ufgd.edu.br

topo ↕

JORNAL TIJUCAS - TEMPO REAL

Abertas as inscrições para a 15ª OBMEP; cerca de 156 municípios da região devem participar

Alunos que recebem prêmios, medalhas ou menções honrosas são convidados pela Unimontes para participar do PIC – Programa de Iniciação Científica. Alunos de Taiobeiras e Mato Verde, recebendo prêmios na 13ª Edição da OBMEP

Estão abertas as inscrições para a 15ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP. O prazo é até o dia 15 de março e contempla os alunos de escolas públicas e particulares. Podem se inscrever alunos a partir do sexto ano – fundamental, e alunos do ensino médio.

A Obmep é uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), com o apoio do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC)**.

Norte de Minas em peso

Aproximadamente 270 mil alunos do Norte de Minas devem participar da abertura da OBMEP de 2019; ao todo, são cerca de 156 municípios do Norte e Vales de Minas. Nessa primeira fase, a prova tem questões de múltipla escolha. Para a segunda etapa, começam as questões abertas com justificativas. Um percentual de 5% dos participantes são escolhidos, selecionando os melhores para as próximas disputas. Ficam então 13 mil alunos para disputa em nível nacional, dando continuidade ao evento que busca incentivar o ensino da matemática nas escolas.

Segundo o responsável pelas atividades no âmbito da Unimontes, o professor do Departamento de Ciências Exatas, Rosivaldo Antônio Gonçalves, é importante a participação dos alunos na Olimpíada, para que eles consigam aprender mais ainda os conteúdos estudados em sala de aula e possam estar preparados para pleitear concursos. “Escolas que mais participam da Olimpíada têm desempenho melhor dos seus alunos, na hora de pleitear concursos, como o vestibular do Enem”, afirma.

No Norte de Minas, a Escola Estadual Professor José Américo Barbosa, de Mato Verde, se destaca pelo número de premiações. São 326 menções honrosas conquistadas pelos alunos.

De acordo com a diretora da escola, Mireile Aparecida Gomes Sousa, os professores incentivam os alunos, não só os de matemática mas, os de português também.

“Os professores de matemática têm feito a diferença. Empolgam os alunos. Os professores de português também, pois eles ensinam a interpretação dos textos e enunciados. Na escola, preparamos os alunos para uma rotina de estudos num todo e, conseqüentemente, eles se destacam. Acaba sendo criado dentro da escola uma cultura da matemática, e o interesse dos alunos é importante para esse feito acontecer”, pontua. O feito que a diretora Mireile fala são os 200 alunos premiados nas três categorias desde o começo da Olimpíada, em 2005. Já teve caso, em uma edição, de 19 alunos da mesma escola serem premiados.

Isso acaba gerando uma fama positiva do ensino de qualidade da instituição de educação, e resultando em retornos para a própria comunidade escolar. “A escola ganha livro, kits esportivos e troféus quando os alunos são premiados”, afirma.

Além dos materiais recebidos pelos premiados, gera resultados para o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que mede a qualidade da educação em estados, cidades e municípios, transformando isso em pontos positivos para a escola. “Os pais disputam vagas porque sabem da qualidade do ensino”, conclui Mireile.

Incentivo

A Unimontes oferece um curso para quem já participou em edições anteriores e foi premiado. O Programa de Iniciação Científica – PIC, disponibiliza aulas com professores de matemática da Unimontes, para auxiliarem o aprendizado e preparação dos alunos que foram classificados para a 2ª etapa da Olimpíada.

O local onde o PIC é realizado em Montes Claros é no Campus Darcy Ribeiro, na Avenida Prof. Rui Braga, Bairro Vila Mauriceia. Para mais informações, os interessados devem entrar em contato pelo número (38) 3229-8403.

Somente o diretor da escola pode fazer a inscrição para que a instituição participe da Olimpíada, através do site da OBMEP.

topo ↕

MIDIAMAX - TEMPO REAL

UFGD publica nova edição do Dicionário Crítico de Gênero

Após três anos de lançamento e de receber o Prêmio ABEU (Associação Brasileira das Editoras Universitárias) na Categoria Ciências Humanas em 2016, o Dicionário Crítico de Gênero, organizado por Ana Maria Colling e Losandro Antônio Tedeshi, acaba de ser publicado pela Editora da UFGD em uma nova edição, revista e ampliada.

O Dicionário é uma iniciativa apoiada pela UFGD, pelo Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (LEGHI), e pela Cátedra/ UNESCO e agrupa escritores de vários países, comprometidos com a visibilidade e a consolidação dos estudos de gênero e sexualidades. Reúne 162 verbetes em ordem alfabética, conceituando temas como feminicídio e homofobia. Entre pesquisa, análise e formatação, foram gastos quatro anos para a conclusão da primeira versão do trabalho.

De acordo com o parecer de Michelle Perrot no início do livro, ele é a expressão da vitalidade e desenvolvimento das pesquisas sobre mulheres e gênero no mundo ibero e latino americano em perspectiva multidisciplinar.

Além de apresentar intelectuais importantes nos estudos que envolvem temas que perpassam os estudos de gênero, a publicação também analisa os conceitos destes intelectuais de maneira crítica, fornecendo análises aprofundadas sob o prisma de gênero.

Sobre os organizadores: Ana Maria Colling é doutora em História e especialista nos estudos de gêneros. Atualmente é professora visitante sênior pela **Capes** na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Losandro Antônio Tedeschi é doutor em História e professor da Faculdade de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em História na UFGD. Coordena a Cátedra Unesco “Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras” e o Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (Leghi).

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

**Lava Jato da Educação derruba ações de empresas do setor
Governo afirma que encontrou indícios de corrupção e desvios em gestões anteriores; enquanto o Ibovespa recuou 0,5%, os papéis da Estácio e da Kroton fecharam em queda de mais de 5%**

As ações das empresas de educação terminaram em forte queda nesta sexta-feira, 15. Segundo operadores, a possibilidade de abertura de uma "Lava Jato da Educação" levou à desvalorização dos papéis. Na quinta-feira, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez disse que uma investigação interna sobre atos das gestões anteriores encontrou indícios de corrupção e desvios que poderão dar origem à Lava Jato.

A notícia teve forte impacto sobre os papéis do setor: Estácio ON caiu 5,20%, Kroton ON teve baixa de 6,21% e Ser ON perdeu 7,18%. Anima ON recuou 1,25%. O Ibovespa, principal índice de ações do País, fechou em baixa de 0,50%, aos 97.525,91 pontos. No mercado de câmbio, o dólar à vista fechou o dia em queda de 0,39%, cotado a R\$ 3,7052.

Segundo o MEC, Vélez apresentou exemplos "emblemáticos" de favorecimentos indevidos no Programa Universidade para Todos (ProUni), desvios no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), envolvendo o sistema S, concessão ilegal de bolsas de ensino a distância e irregularidades em universidades federais.

Bolsa de valores

Repercutem no mercado os principais pontos da reforma da Previdência apresentados na quinta-feira e os sinais de manutenção do ministro da Secretaria-Geral da Presidência,

Gustavo Bebbiano, no cargo. Os dados econômicos divulgados pela manhã, IBC-Br e IGP-10, acabaram ficando em segundo plano.

Na quinta-feira, o secretário da Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, informou que o presidente Jair Bolsonaro concordou com as idades mínimas de 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens) para a aposentadoria, com período de transição de 12 anos. A proposta garante uma economia de R\$ 1,1 trilhão nas despesas. O texto completo será divulgado na próxima quarta-feira, quando será enviado ao Congresso.

Interlocutores do presidente afirmam que ele decidiu atender aos apelos políticos e manter Bebianno, o que é visto com alívio pelo mercado. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) voltou a defender a capacidade de articulação do ministro da Secretaria-Geral, Gustavo Bebianno, e sinalizou que, caso o governo demorasse a resolver a questão, haveria risco para a reforma da Previdência.

No ambiente externo, analistas monitoram a perspectiva de acordo comercial entre China e Estados Unidos.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Na primeira reunião com servidores, dirigente do Inep lança fale com o presidente e mestrado em Portugal

Marcus Vinicius Rodrigues disse ao GLOBO que medidas não são apenas para diminuir resistências, mas para motivar funcionários

BRASÍLIA — Na primeira apresentação aos servidores, chamados ao auditório na manhã desta sexta-feira, o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Carvalho Rodrigues, lançou um "Fale com o presidente" e anunciou um futuro programa de mestrado em Lisboa voltado aos funcionários. De fala calma e com livros publicados na área de qualidade de vida no trabalho, Rodrigues conseguiu causar uma boa primeira impressão entre parte dos servidores, incomodados com a falta de informação sobre os planos da atual gestão.

O canal "Fale com o Presidente" está aberto na intranet do Inep para qualquer funcionário se inscrever, sem precisa relatar ao superior, e ser recebido por Rodrigues às sextas-feiras. Uma servidora inaugurou o canal de atendimento hoje mesmo, no mesmo dia do anúncio. O mestrado em Lisboa voltado a funcionários foi outra medida que agradou a plateia de forma geral, embora ainda não esteja fechado o projeto nem haja datas específicas para inscrições de candidatos.

Rodrigues disse ao GLOBO que as medidas anunciadas não são uma estratégia para apenas diminuir as resistências dos servidores quanto à nova gestão, mas sim para motivá-los.

— Sou consultor e sei que, para trabalhar em qualquer organização, tenho que ter o compromisso das pessoas. Não é só para diminuir resistências, também é, mas é para motivar as pessoas, melhorar o trabalho — afirmou Rodrigues.

O novo presidente aproveitou para anunciar que já começou uma estratégia de comunicação nas redes sociais de valorização do Inep, para ressaltar outros trabalhos da instituição além do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A ideia é mostrar as avaliações e pesquisas aplicadas ao ensino básico e à educação superior com linguagem

simples e por meio de teasers. A medida agradou especialmente parte dos servidores que se sente desprestigiada por não trabalhar diretamente com o Enem, que acaba sendo a vitrine do Inep.

Apesar da impressão positiva deixada por Rodrigues, os servidores ainda estão reticentes quanto à possibilidade de mudanças em exames e metodologias usadas pelo instituto, que tem um perfil fortemente técnico e teme ingerências de ordem política nos trabalhos desenvolvidos. Além dos anúncios sob medida para os servidores, o presidente do Inep destacou ações com o objetivo de melhorar a gestão da instituição.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Com anúncio de Lava Jato da educação, ações da Kroton e Estácio despencam na Bolsa

Presidente Bolsonaro apoiou em rede social investigações que serão feitas em programas do MEC

SÃO PAULO — As ações de empresas de educação ficaram entre as maiores baixas do Ibovespa, nesta sexta-feira, após o presidente Jair Bolsonaro confirmar declarações do ministro da educação, Ricardo Vélez Rodríguez, de que o governo vai iniciar uma "operação Lava Jato" na educação para apurar indícios de corrupção no Programa Universidade para Todos (ProUni), de bolsas em faculdades privadas, e desvios no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), de bolsas para cursos técnicos. Os dois programas foram criados no governo do PT.

As ações ordinárias da Kroton caíram 6,55% a R\$ 10,83, a maior baixa do Ibovespa, enquanto os papéis ordinários da Estácio recuaram 5,78% a R\$ 29,69, a segunda maior baixa do índice.

— As ações dessas empresas, que são beneficiadas por esses programas, reagiram às declarações do presidente e do ministro da Educação. Faz todo o sentido — disse Pedro Galdi, analista da corretora Mirae.

Numa rede social, o presidente Jair Bolsonaro escreveu um elogio à iniciativa do ministro Vélez.

"Muito além de investir, devemos garantir que investimentos sejam bem aplicados e gerem resultados. Partindo dessa determinação, o Ministro Professor @ricardovelez apurou vários indícios de corrupção no âmbito do MEC em gestões passadas. Daremos início à Lava Jato da Educação!", afirmou o presidente.

Na quinta-feira, Ricardo Vélez Rodríguez, anunciou que o ministério fara uma investigação interna sobre atos das gestões anteriores após encontrar indícios de corrupção e e desvios em programas da pasta. Foi assinado um protocolo de intenções com outros órgãos do governo para apurar as irregularidades, que envolvem também concessão ilegal de bolsas de ensino à distância e irregularidades em universidades federais.

Na assinatura do protocolo, estavam presentes os ministros da Justiça, Sergio Moro, da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, e da Advocacia Geral da União (AGU), André Mendonça, além do diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Ações de empresas de educação caem com possível "Lava-Jato" do setor

SÃO PAULO - As ações das companhias de educação caíram no pregão desta sexta-feira (15), com a perspectiva da criação de uma investigação sobre possíveis irregularidades no setor.

A ação ordinária (ON) da Ser Educacional fechou em baixa de 7,18%, a R\$ 19,65, e volume financeiro de R\$ 26,6 milhões. O papel da Anima também fechou em baixa, de 1,25%, a R\$ 18,13. Já o papéis da Kroton ON, que compõem o Ibovespa, lideraram as perdas do índice, com baixa de 6,21%, negociados a R\$ 10,88, seguidos por Estácio ON, que recuou 5,20%, a R\$ 29,87.

Na tarde desta sexta, o presidente Jair Bolsonaro postou no Twitter mensagem apoiando uma investigação no MEC. No tuíte, Bolsonaro disse que o ministro do MEC, Ricardo Velez Rodrigues, apurou indícios de irregularidades na pasta. Segundo o ministro, a investigação pode levar a uma "Lava-Jato da Educação".

O acordo entre os ministérios da Educação e Justiça para investigar possíveis irregularidades no Programa Universidade para Todos (ProUni), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), sistema S, em bolsas de ensino a distância e em universidades federais foi assinado na quinta (14).

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

TCE determina que governo de SP esclareça denúncia de desvio de finalidade de verbas da educação

Em 2018, cerca de R\$ 6 bilhões que deveriam ir para o desenvolvimento do ensino básico foram para a folha de pagamento de servidores inativos.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE) determinou nesta sexta-feira (15) que o governo do estado preste esclarecimentos em até cinco dias sobre denúncia de desvio de finalidade de verbas da educação.

Em 2018, cerca de R\$ 6 bilhões que deveriam ir para o desenvolvimento do ensino básico foram para a folha de pagamento de servidores inativos. Essa manobra de orçamento é considerada inconstitucional.

Para o Ministério Público de Contas, o valor desviado da educação, em manobras financeiras no ano passado, daria para manter 1,2 milhão de alunos em sala de aula.

Segundo a investigação do Ministério Público de Contas, metade dos R\$ 6 bilhões desviados da educação veio de uma fonte estadual: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Por conta disso, as informações também serão encaminhadas para o Ministério Público Federal que poderá processar os responsáveis por essa prática criminalmente.

No despacho desta sexta, o TCE aceitou a medida cautelar pedida pelo Ministério Público de Contas para que o estado devolva à Secretaria de Educação R\$ 3 bilhões usados indevidamente e para que o desvio de finalidade de verba não se repita esse ano.

A Secretaria da Educação informou que ainda não foi notificada formalmente. A assessoria do ex-governador Márcio França (PSB) afirmou que o uso da verba do

Fundeb para o pagamento de aposentados no ano passado é baseado em lei e que o estado de São Paulo é o único que destina obrigatoriamente 30% do orçamento para a educação, enquanto os demais estados reservam 25%.

Na representação encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, a Procuradoria diz que somente em 2018, o estado de São Paulo usou mais de R\$ 6 bilhões de verbas na educação para pagamento de inativos e pensionistas, o que seria mais do que suficiente para zerar o déficit de acesso à educação básica obrigatória que a rede estadual possui atualmente.

Em paralelo, verificou-se o fechamento em, em média, de sete salas de aula por dia, acarretando superlotação de alunos.

A falta de manutenção das escolas estaduais também foi citada no documento do TCE. O SPTV mostrou problemas nas escolas, como o caso da Estadual Dale Coutinho, na região do Grajaú, onde os alunos tiveram que enfrentar rodízio de aula porque parte do telhado havia caído.

A representação do Ministério Público de Contas destaca ainda a precarização da atividade docente pela constante contratação temporária de professores que não recebem o piso do magistério.

A queda do estado de São Paulo no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que regrediu para a nota média de 3,8 comparado com 2015, que teve nota média de 3,9.

A procuradoria diz que o pedido ao MPF será para que o Estado deixe de receber transferências voluntárias da União e faça busca da apuração de eventual improbidade será demandada junto ao Ministério Público Estadual.

topo 

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Bolsonaro defende “Lava Jato da Educação” no MEC

Medidas contra corrupção e desvios no Ministério da Educação foram instauradas na quinta-feira (14)

O presidente Jair Bolsonaro defendeu hoje (15) a chamada lava jato da educação, batizada com este nome pelo ministro da área, Ricardo Vélez Rodríguez, sobre as investigações de medidas adotadas em gestões anteriores. A afirmação ocorre um dia depois da assinatura de um protocolo de intenções para apurar indícios de irregularidades no âmbito do Ministério da Educação.

“Muito além de investir, devemos garantir que investimentos sejam bem aplicados e gerem resultados. Partindo dessa determinação, o ministro professor Ricardo Vélez apurou vários indícios de corrupção no âmbito do MEC em gestões passadas. Daremos início à ‘Lava Jato da Educação’”, disse o presidente na sua conta pessoal no Twitter.

Na quinta-feira (14), os ministros da Educação, da Justiça, Sergio Moro, e da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário, além do advogado-geral da União, André Mendonça, assinaram um protocolo de intenções que tem como objetivo apurar indícios de corrupção, desvios e outros tipos de atos lesivos à administração pública no âmbito do MEC e autarquias nas gestões anteriores.

Indícios

Segundo nota do MEC enviada à imprensa, a pasta já identificou favorecimentos indevidos no Programa Universidade para Todos (ProUni), desvios no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), envolvendo o sistema S, concessão ilegal de bolsas de ensino a distância e irregularidades em universidades federais.

O diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, também participou da reunião.

A investigação é uma das principais metas do Ministério da Educação dentro do plano de ações dos 100 primeiros dias do governo. Trata-se ainda do cumprimento de uma orientação de Bolsonaro dada, de acordo com a pasta, para todos os ministérios e instituições federais.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

**Investigação no MEC derruba ações de instituições de ensino; bolsa cai
O índice fechou o dia em baixa de 0,50% acompanhado do dólar, que registrou queda de 0,97%**

O Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores brasileira, teve leve queda nesta sexta-feira, 15. O pregão se encerrou aos 97.525,91 pontos, com baixa de 0,50%. Na semana, no entanto, a alta foi de 3,2%. O dólar também caiu, fechando a 3,70 reais em seu valor de venda, baixa de 0,97%.

As ações de empresas de ensino estavam entre as maiores quedas do Ibovespa no dia após o Ministério da Educação informar que o chefe da pasta, Ricardo Vélez Rodríguez, assinou acordo com o responsável pela Justiça, Sergio Moro, para investigar indícios de corrupção no MEC. As ações da Kroton caíram 6,29%, e as da Estácio, 5,49%.

“Acabamos fechando no vermelho, mas essa semana foi positiva, fechamos melhor do que as bolsas de lá de fora”, diz o analista da Mirae Pedro Galdi em referência ao fraco mercado europeu e às polêmicas americanas. Nesta sexta-feira, 15, o presidente americano Donald Trump anunciou emergência nacional para construir o muro na fronteira com o México.

O analista afirmou também que os ruídos entre o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno, e Carlos Bolsonaro ainda assombram o mercado.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

**Ministros assinam protocolo por ‘Lava Jato da Educação’
Segundo ministério da Educação, há indícios de irregularidades no ProUni e no Pronatec, além de universidades federais e concessão de bolsas**

Os ministros da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário, e da Advocacia-Geral da União, André Luiz Mendonça, assinaram nesta sexta-feira, 15, um protocolo de intenções para abrir investigações sobre indícios de corrupção e desvio de recursos no Ministério da Educação (MEC) durante os governos anteriores. O diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, também participou da reunião.

Vélez Rodríguez declarou que a medida pode criar a “Lava Jato da Educação”, mesmo

termo usado pelo presidente Jair Bolsonaro ao anunciar o acordo em sua conta no Twitter.

Muito além de investir, devemos garantir que investimentos sejam bem aplicados e gerem resultados. Partindo dessa determinação, o Ministro Professor @ricardovelez apurou vários indícios de corrupção no âmbito do MEC em gestões passadas. Daremos início à Lava Jato da Educação!

— Jair M. Bolsonaro (@jairbolsonaro) February 15, 2019

Segundo o MEC, há indícios de irregularidades no Programa Universidade para Todos (ProUni), no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que envolveriam o sistema S, em universidades federais e na concessão de bolsas de ensino à distância.

Depois da assinatura do protocolo de intenções, a pasta comandada por Vélz Rodríguez vai encaminhar aos demais ministérios signatários do acordo, além da PF, informações que possam levar à abertura de inquéritos.

Após o anúncio pelo governo de que investigaria supostas fraudes no Ministério da Educação, as ações da Kroton e da Estácio, ambas do setor de educação superior, caíram respectivamente 6,21% e 5,93% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo, a B3.

topo ↕

REUTERS BRASIL - TEMPO REAL

Ministros Vélz Rodríguez e Moro abrem investigação sobre corrupção no MEC; ações de educação caem

SÃO PAULO (Reuters) - O ministro da Educação, Ricardo Vélz Rodríguez, assinou acordo para investigação de indícios de corrupção, desvios e outros de atos lesivos à administração pública no âmbito do MEC em gestões anteriores, informou o ministériosegundo comunicado publicado no site do ministério nesta sexta-feira.

O protocolo de intenções foi assinado por Rodríguez, pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro, pela Controladoria-Geral da União e pelo Advogado-Geral da União, André Mendonça, informou o MEC.

Entre os casos apurados estão favorecimentos considerados indevidos no Programa Universidade para Todos (ProUni), desvios no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), concessão ilegal de bolsas de ensino à distância e irregularidades em universidades federais.

As ações de empresas de educação reagem negativamente à notícia, com Estácio Participações e Kroton Educacional em quedas de 6,8 e 5,4 por cento, respectivamente, liderando a ponta negativa do Ibovespa por volta das 16h30. Fora do índice, Ser Educacional recuava 6,24 por cento e Ânima Educação perdia cerca de 2 por cento.

Procuradas, Estácio não quis se manifestar sobre o assunto, enquanto a Kroton e Ser não responderam imediatamente ao pedido de comentário.

O Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no

Estado de São Paulo (Semesp), do qual a Kroton faz parte, defendeu a investigação de eventuais irregularidades no MEC para assegurar a credibilidade do setor.

“Achamos importante que se averigüe se há irregularidades. Somos a favor de transparência e ética”, afirmou à Reuters o diretor-executivo do Semesp, Rodrigo Capelato.

Segundo ele, o próprio sindicato entregou ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) denúncias em 2014 envolvendo o Fundo de Financiamento Estudantil, o Fies. “Apuramos problemas e levamos ao FNDE, que não levou o caso adiante”, disse Capelato sem dar detalhes sobre as denúncias.

Em relação ao ProUni, Capelato observou que as fraudes no programa muitas vezes são cometidas pelos próprios alunos. “A instituição de ensino tem comissão própria de supervisão para averiguar se o aluno está falando verdade ou não, mas ela não tem acesso à declaração de IR e uma série de outras questões”, disse o diretor-executivo do Semesp.

MAIS NOTÍCIAS

topo ↕

REUTERS BRASIL - TEMPO REAL

UEA abre seleção para Programa de Formação de Professores da Educação Básica

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) abriu seleção para professor no Programa de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor). São 186 vagas disponíveis para atuação no segundo semestre de 2019. As inscrições começam na próxima segunda-feira (18) e seguem até o dia 1º de março.

As vagas estabelecidas no edital destinam-se aos cursos de 1ª licenciatura em Ciências Biológicas, Educação Física, Geografia, História, Letras - Língua Portuguesa, Matemática, Pedagogia e Pedagogia Intercultural Indígena.

Os cursos serão realizados no interior do Amazonas: Atalaia do Norte, Autazes, Boa Vista do Ramos, Caapiranga, Carauari, Eirunepé, Guarujá, Humaitá, Itacoatiara, Ipixuna, Itamarati, Japurá, Jutai, Maraã, Maués, Nova Olinda do Norte, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tonantins e Uarini.

Poderão participar do processo seletivo os docentes pertencentes ao quadro de servidores da UEA (efetivos e contratados) e docentes colaboradores (que não possuem vínculos da UEA) que comprovem a formação acadêmica na área de conhecimento da disciplina em que irão atuar. As aulas ocorrerão entre junho e agosto de 2019 seguindo o calendário do Edital.

O candidato precisa atender, obrigatoriamente, pelo menos um dos requisitos: título de mestre, doutor ou de pós-graduação lato sensu. É preciso, ainda, comprovar experiência mínima de três anos no magistério.

Segundo o professor e coordenador adjunto do projeto, doutor Adan Medeiros, o Parfor é fruto de uma parceria entre a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e a UEA.

“Ele é estratégico na oferta de cursos de licenciatura a professores que atuam na rede

básica de educação nos mais distantes municípios”, finaliza.

Inscrição

Os interessados devem encaminhar os documentos listados no edital pelo e-mail (conforme quadro de vagas, anexo 1 do Edital). A recepção dos currículos e demais documentações será realizada pela comissão de avaliação, composto pela Coordenação Geral e Coordenadores de Cursos do Parfor/UEA.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

**Lava Jato da Educação derruba ações de empresas do setor
Governo afirma que encontrou indícios de corrupção e desvios em gestões anteriores; enquanto o Ibovespa recuou 0,5%, os papéis da Estácio e da Kroton fecharam em queda de mais de 5%**

As ações das empresas de educação terminaram em forte queda nesta sexta-feira, 15. Segundo operadores, a possibilidade de abertura de uma "Lava Jato da Educação" levou à desvalorização dos papéis. Na quinta-feira, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez disse que uma investigação interna sobre atos das gestões anteriores encontrou indícios de corrupção e desvios que poderão dar origem à Lava Jato.

A notícia teve forte impacto sobre os papéis do setor: Estácio ON caiu 5,20%, Kroton ON teve baixa de 6,21% e Ser ON perdeu 7,18%. Anima ON recuou 1,25%. O Ibovespa, principal índice de ações do País, fechou em baixa de 0,50%, aos 97.525,91 pontos. No mercado de câmbio, o dólar à vista fechou o dia em queda de 0,39%, cotado a R\$ 3,7052.

Segundo o MEC, Vélez apresentou exemplos "emblemáticos" de favorecimentos indevidos no Programa Universidade para Todos (ProUni), desvios no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), envolvendo o sistema S, concessão ilegal de bolsas de ensino a distância e irregularidades em universidades federais.

Repercutem no mercado os principais pontos da reforma da Previdência apresentados na quinta-feira e os sinais de manutenção do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebbiano, no cargo. Os dados econômicos divulgados pela manhã, IBC-Br e IGP-10, acabaram ficando em segundo plano.

Na quinta-feira, o secretário da Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, informou que o presidente Jair Bolsonaro concordou com as idades mínimas de 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens) para a aposentadoria, com período de transição de 12 anos. A proposta garante uma economia de R\$ 1,1 trilhão nas despesas. O texto completo será divulgado na próxima quarta-feira, quando será enviado ao Congresso.

Interlocutores do presidente afirmam que ele decidiu atender aos apelos políticos e manter Bebbiano, o que é visto com alívio pelo mercado. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) voltou a defender a capacidade de articulação do ministro da Secretaria-Geral, Gustavo Bebbiano, e sinalizou que, caso o governo demorasse a resolver a questão, haveria risco para a reforma da Previdência.

No ambiente externo, analistas monitoram a perspectiva de acordo comercial entre China e Estados Unidos.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC instala lava jato da educação, diz Bolsonaro

O diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, também participou da reunião.

O presidente Jair Bolsonaro defendeu hoje (15) a chamada lava jato da educação, batizada com este nome pelo ministro da área, Ricardo Vélez Rodríguez, sobre as investigações de medidas adotadas em gestões anteriores. A afirmação ocorre um dia depois da assinatura de um protocolo de intenções para apurar indícios de irregularidades no âmbito do Ministério da Educação.

"Muito além de investir, devemos garantir que investimentos sejam bem aplicados e gerem resultados. Partindo dessa determinação, o ministro professor Ricardo Vélez apurou vários indícios de corrupção no âmbito do MEC em gestões passadas. Daremos início à Lava Jato da Educação", disse o presidente na sua conta pessoal no Twitter.

Ontem (14), os ministros da Educação, da Justiça, Sergio Moro, e da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário, além do advogado-geral da União, André Mendonça, assinaram um protocolo de intenções que tem como objetivo apurar indícios de corrupção, desvios e outros tipos de atos lesivos à administração pública no âmbito do MEC e autarquias nas gestões anteriores.

Indícios

Segundo nota do MEC enviada à imprensa, a pasta já identificou favorecimentos indevidos no Programa Universidade para Todos (ProUni), desvios no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), envolvendo o sistema S, concessão ilegal de bolsas de ensino a distância e irregularidades em universidades federais.

O diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, também participou da reunião.

A investigação é uma das principais metas do Ministério da Educação dentro do plano de ações dos 100 primeiros dias do governo. Trata-se ainda do cumprimento de uma orientação de Bolsonaro dada, de acordo com a pasta, para todos os ministérios e instituições federais.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC instala lava jato da educação, diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro defendeu hoje (15) a chamada lava jato da educação, batizada com este nome pelo ministro da área, Ricardo Vélez Rodríguez, sobre as investigações de medidas adotadas em gestões anteriores. A afirmação ocorre um dia depois da assinatura de um protocolo de intenções para apurar indícios de irregularidades no âmbito do Ministério da Educação.

"Muito além de investir, devemos garantir que investimentos sejam bem aplicados e gerem resultados. Partindo dessa determinação, o ministro professor Ricardo Vélez apurou vários indícios de corrupção no âmbito do MEC em gestões passadas. Daremos início à Lava Jato da Educação", disse o presidente na sua conta pessoal no Twitter.

Ontem (14), os ministros da Educação, da Justiça, Sergio Moro, e da Controladoria-

Geral da União, Wagner Rosário, além do advogado-geral da União, André Mendonça, assinaram um protocolo de intenções que tem como objetivo apurar indícios de corrupção, desvios e outros tipos de atos lesivos à administração pública no âmbito do MEC e autarquias nas gestões anteriores.

Indícios

Segundo nota do MEC enviada à imprensa, a pasta já identificou favorecimentos indevidos no Programa Universidade para Todos (ProUni), desvios no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), envolvendo o sistema S, concessão ilegal de bolsas de ensino a distância e irregularidades em universidades federais.

O diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, também participou da reunião.

A investigação é uma das principais metas do Ministério da Educação dentro do plano de ações dos 100 primeiros dias do governo. Trata-se ainda do cumprimento de uma orientação de Bolsonaro dada, de acordo com a pasta, para todos os ministérios e instituições federais.

Projeto de comunicação e hospitalidade no IPA está com Fabio Berti Professor coordenará cursos de Publicidade e Propaganda e de Turismo, acumulando função que exerce na graduação de Jornalismo

Ao completar 25 anos de carreira e sete no ensino superior, o jornalista Fabio Berti assume um novo desafio profissional. O professor coordenará os cursos de Publicidade e Propaganda e de Turismo do Centro Universitário Metodista - IPA, acumulando a função que exerce há seis anos na graduação de Jornalismo. A integração, conforme explica, é o embrião da Escola de Comunicação e Hospitalidade na instituição, que completa 96 anos em 2019. Ele assume os postos até então ocupados por Nancy Vianna (PP) e Guilherme Bridi (Turismo).

Segundo Berti, a transversalidade é uma forte tendência no ambiente acadêmico e já ocorre entre esses cursos há bastante tempo. "Estamos criando um espaço para a promoção da comunicação e hospitalidade, uma das áreas em expansão no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas", informa o professor. Um conjunto de ações nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão permitirá, de acordo com o profissional, construir novas abordagens e metodologias convergentes visando a qualificar a relação ensino-aprendizagem. O processo integrador busca respeitar as questões específicas de cada um dos cursos e a preservação das suas identidades, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

O professor aproveita para anunciar os principais objetivos da gestão colegiada dos cursos, que é "realizar atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão, formando profissionais éticos e críticos, gerando conhecimentos na área das ciências sociais aplicadas, interagindo com a comunidade e compartilhando soluções inovadoras e sustentáveis". Entre as atividades já consolidadas que serão potencializadas a partir deste ano, está a missão acadêmica internacional, realizada anualmente pelo curso de Turismo e que passará a contar com o envolvimento dos demais cursos desde o planejamento até a viagem.

As publicações científicas e os livros também irão priorizar a integração das áreas. Outro ponto prioritário será a integração com a comunidade por meio das ações de

extensão, especialmente a criação de produtos em áudio e vídeo para a web. "Aproveito para agradecer aos professores Nancy e Guilherme pela condução dedicada e competente que deram aos cursos de PP e Turismo, respectivamente, e que seguirão colaborando nessa nova missão", declarou o coordenador.

Recentemente, Berti participou da implantação da RDC TV como diretor de Jornalismo. No início do ano, no entanto, optou pela dedicação integral ao ambiente acadêmico. "Quando autoridades públicas da área da Educação dizem que o ensino superior deve ser reservado para uma elite, fico ainda mais instigado a trabalhar pelo acesso universal e por uma formação acadêmica ética e inovadora. Uma faculdade não deve formar apenas profissionais competentes, mas cidadãos críticos e atuantes por um mundo melhor", finaliza.

topo ↕

CONSECTI - TEMPO REAL

Bolsa Nota 10 abre o calendário 2019 de editais da FAPERJ

Abrindo o calendário de Editais 2019, a Diretoria Científica da Fundação divulgou nesta quinta-feira, 07 de fevereiro, o lançamento do edital Programa Bolsa Nota 10.

O programa Bolsa Nota 10 destina-se a incentivar os Programas de Pós-Graduação do Estado do Rio de Janeiro de significativa excelência, mediante a concessão de bolsas com valores diferenciados a alunos de mestrado e doutorado com destacado desempenho acadêmico. As bolsas do programa Bolsa Nota 10 contemplam apenas os últimos 12 meses de curso para os alunos de mestrado (13º ao 24º mês) e os últimos 24 meses de curso para os alunos de doutorado (25º ao 48º mês).

Entre as exigências do edital está a necessidade de que os proponentes sejam alunos de programas de pós-graduação stricto sensu, e que estes programas tenham conceitos 5, 6 ou 7, na última avaliação da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(Capes)**. A cota de bolsas para cada programa é anual de acordo com o quadro abaixo:

Grau	Conceito Capes 2017	Bolsas de Mestrado	Bolsas de Doutorado
Mestrado e doutorado	7	2	2
Mestrado e doutorado	6	2	1
Mestrado e doutorado	5	1	1
Mestrado	5	2	–

A inscrição poderá ser feita em dois períodos distintos. O prazo para submissão de propostas para implementação de bolsas no primeiro semestre (vigência inicial a partir de março) se estenderá até 12 de março, com implementação das bolsas para março. Para as bolsas a serem implementadas no segundo semestre, o prazo é de 13 de junho a 23 de julho, com início de vigência das bolsas para agosto.

topo ↕

CORREIO DO LITORAL - TEMPO REAL

Fabricante garante que produto que caiu no rio São João não é perigoso

Representantes da empresa Quaker garantem que o produto químico que caiu no rio São João, em Guaratuba e Garuva, entre o Paraná e Santa Catarina, não causa dano ao meio ambiente.

Na manhã desta sexta (15), eles estiveram reunidos com membros das secretarias do Meio Ambiente de Garuva e de Guaratuba, Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, Instituto Ambiental do Paraná, Auto Pista Litoral Sul, órgãos da Defesa Civil e com responsáveis pela transportadora Soberana, proprietária do caminhão acidentado.

O acidente aconteceu na noite de quarta-feira (13), quando um caminhão tombou na BR-376 e despejou o líquido que transportava no rio São João. O motorista morreu no local.

A Defesa Civil de Santa Catarina destacou que está implantando em local mais próximo uma empresa de emergências ambientais, para diminuir o tempo de resposta em casos como este. A transportadora responsável estará realizando hoje nova coleta da água em pontos estratégicos do rio para verificar a situação da água, além de realizar comunicados oficiais e medidas de proteção aos banhistas e agricultores da região.

De acordo com a Defesa Civil de Garuva, não houve registro de morte de peixes e já é possível verificar uma significativa melhora na coloração da água.

A Quaker, responsável pelo produto químico, o QUAKEROL USI 2.0 PL, informou que a situação foi tratada como emergência, mas o produto que atingiu o rio não é perigoso e que o risco de contaminação após a diluição na água é pequeno.

A Auto Pista Litoral Sul informou estar desenvolvendo um Plano de Ação para que possa prestar apoio as empresas envolvidas em situações como esta e estará encaminhando o Plano a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) para análise.

Um relatório completo, com coleta de dados junto a população ribeirinha e com dados coletados deste e demais acidentes ocorridos recentemente na Bacia do Rio São João está sendo realizado e será encaminhado ao Ministério Público Federal e Estadual para que se tomem as atitudes cabíveis juntos aos responsáveis.

De acordo com a Prefeitura de Garuva, o rio São João continua interditado desde abril de 2018 pelo Ibama, sem prazo para liberação, devido a um acidente envolvendo um caminhão com um produto altamente químico.

[topo](#)

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Capes seleciona professores da rede pública para curso

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** lançou o Edital nº03/2019 para selecionar professores em efetivo exercício nas escolas públicas das redes estadual, municipal e distrital para realizarem curso de aperfeiçoamento, promovido pelo Colleges and Institutes Canada – CICan. O curso terá duração de oito semanas e será realizado no período de julho a setembro de 2019 e tem o objetivo de promover o desenvolvimento profissional de professores que atuam nas escolas públicas das redes estaduais, municipais e distrital. As inscrições vão até 26 de março.

Para se candidatar a uma vaga o interessado deve atualizar o currículo na Plataforma Eletrônica da **Capex**, preencher o formulário de inscrição e anexar os documentos listados no Edital .

São requisitos para a candidatura: exercer o cargo de professor em escola da rede pública estadual, municipal ou distrital, ser concursado e estar com o estágio probatório concluído até o último dia do período de inscrição previsto no Edital; carecer, quando da concessão da bolsa, em seu exercício laboral por tempo não inferior a cinco anos para obter aposentadoria; estar atuando como docente em sala de aula; possuir graduação em licenciatura; possuir nível básico em língua espanhola ou inglesa; estar em conformidade com os demais requisitos do Edital.

Os benefícios compreendem: passagem aérea internacional de ida e volta em classe econômica promocional; ajuda de custo, no valor de US\$ 600,00 a serem pagos no Canadá; seguro saúde; deslocamento no Canadá: aeroporto/universidade/aeroporto; alojamento, em casa de família canadense (homestay), incluindo três refeições; curso de formação e material didático; passagens aérea nacionais e hospedagem para participação na orientação pré-partida, se houver.

Para mais informações, contato pelo e-mail prof.canada@capes.gov.br.

topo ↕

CULTURA DIGITAL - NOTÍCIAS

Secretaria Especial da Cultura ✦ Escritório Regional Nordeste

Doutor em Música, Proença integrou o corpo docente do Instituto de Artes da UERJ e exerceu o cargo de professor convidado da Universidade de Música de Karlsruhe, na Alemanha (Foto: Vitor Jorge)

Foi publicada nesta sexta-feira (15), no Diário Oficial da União, a nomeação do pianista Miguel Proença como presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte), instituição do Ministério da Cidadania responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas de fomento a artes visuais, música, circo, dança e a teatro. Proença substituiu o ator Stepan Nercessian.

Doutor em Música pela Escola Superior de Música de Hannover, na Alemanha, Proença integrou o corpo docente do Instituto de Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e exerceu o cargo de professor convidado da Universidade de Música de Karlsruhe, na Alemanha.

Natural de Quaraí (RS), foi diretor da Escola de Música Villa-Lobos, diretor artístico do Teatro do SESI-RS e secretário Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Antes de se juntar à equipe do Ministério da Cidadania, Proença dirigiu a Sala Cecília Meirelles, no Rio de Janeiro, de abril de 2017 a janeiro de 2019.

Durante seus mais de 50 anos de carreira, Proença gravou vários CDs, incluindo a coletânea “Piano Brasileiro” (2005), que recebeu da Unesco o prêmio Patrimônio da Música Brasileira, e o disco “Tango”, gravado com Bibi Ferreira. Tocou em diversos concertos no Brasil e no exterior. Organizou e foi o protagonista da série de turnês “Piano Brasil”, que levou música clássica a 150 municípios de todos os estados brasileiros, ao Distrito Federal e a países como Itália, França, Espanha e Macedônia. Em 2015, tornou-se Cidadão Honorário do Rio de Janeiro.

Integrou o júri de diversas competições internacionais em países como Japão, Portugal, França, Itália e Espanha. Integra o Hall da Fama da Steinway & Sons (Hamburgo, Alemanha), juntamente com os maiores pianistas de todos os tempos.

Além da área cultural, Miguel Proença também atua com projetos educacionais e de formação de plateia. De 1995 a 1998, em parceria com a **Capes**, proporcionou, a centenas de estudantes brasileiros, bolsas de estudo na Europa, Rússia, Japão e no Brasil.

topo ↕

DIÁRIO DO PODER - NOTÍCIAS

Proteína encontrada em planta tem efeito bactericida Proteína controla crescimento de bactérias do gênero Staphylococcus

A acadêmica de Licenciatura em Ciências Biológicas, Nathália Marinheiro de Lima descobriu uma proteína capaz de controlar seletivamente o crescimento de bactérias relacionadas a infecções de pele, endocardite, osteomielite e pneumonia. A pesquisa foi realizada entre 2017 e 2018 em seu estágio de iniciação científica PIBIC/CNPq/UFMS, sob a orientação da professora Maria Lígia Rodrigues Macedo e do professor Caio Fernando Ramalho de Oliveira.

Os experimentos foram realizados no Laboratório de Purificação de Proteínas e suas Funções Biológicas (LPPFB) da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (Facfan), sob a coordenação da professora Maria Lígia. No local, alunos de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutores investigam o potencial de proteínas encontradas em plantas distribuídas no Cerrado e Pantanal à sua aplicação como novos antimicrobianos e inseticidas e, ainda, seu potencial anticâncer. Os resultados contribuem para o desenho de novos fármacos.

A proteína estudada por Nathália, denominada EtTI, foi descoberta pelo grupo do LPPFB purificada de sementes de uma árvore nativa, popularmente conhecida por orelha-de-negro (*Enterolobium timbouva*). A proteína mostrou-se capaz de controlar seletivamente o crescimento de bactérias do gênero *Staphylococcus*, envolvidas com episódios das doenças citadas.

De acordo com a professora Maria Lígia Macedo, a procura por novas moléculas bactericidas é de extrema importância dado o surgimento da resistência bacteriana aos antibióticos utilizados atualmente. “O que chamou atenção no trabalho de Nathália foi a concentração da proteína capaz de provocar o efeito bactericida, abaixo de 2 μM . Essa concentração coloca a molécula a frente de outros antibióticos disponíveis no mercado, como tetraciclina, estreptomicina e ampicilina”, explica.

Entre os dias 21 de janeiro e 1º de fevereiro deste ano, a acadêmica apresentou sua descoberta no 16º Curso de Verão em Biologia Celular e Molecular, da Universidade de São Paulo (USP), câmpus de Ribeirão Preto. A pesquisa foi classificada como melhor banner e em seguida, selecionada para a modalidade de apresentação oral.

“Ter a chance de expor meu trabalho para professores da USP e alunos de todo o Brasil em minha primeira apresentação oral foi gratificante”, comenta Nathália, que se sentiu também privilegiada por ser a única representante do Mato Grosso do Sul no curso.

A acadêmica encoraja os graduandos da UFMS a buscarem contato com professores de outras instituições, seja para a realização de estágios e colaborações científicas e reafirma que participar de eventos como esse auxilia no conhecimento das pesquisas realizadas no País.

Financiamento

Os estudos realizados no Laboratório de Purificação de Proteínas e suas Funções Biológicas (LPPFB) contam o apoio de diferentes agências de fomento, fundações e empresas públicas brasileiras como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

topo ↕

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

Miguel Proença é o novo presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte) Pianista e doutor em Música pela Escola Superior de Música de Hannover, na Alemanha, músico também atua com projetos educacionais e de formação de plateia

Doutor em Música, Proença integrou o corpo docente do Instituto de Artes da UERJ e exerceu o cargo de professor convidado da Universidade de Música de Karlsruhe, na Alemanha (Foto: Vitor Jorge)

Foi publicada nesta sexta-feira (15), no Diário Oficial da União, a nomeação do pianista Miguel Proença como presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte), instituição do Ministério da Cidadania responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas de fomento a artes visuais, música, circo, dança e a teatro. Proença substituiu o ator Stepan Nercessian.

Doutor em Música pela Escola Superior de Música de Hannover, na Alemanha, Proença integrou o corpo docente do Instituto de Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e exerceu o cargo de professor convidado da Universidade de Música de Karlsruhe, na Alemanha. cursos especiais+

Natural de Quaraí (RS), foi diretor da Escola de Música Villa-Lobos, diretor artístico do Teatro do SESI-RS e secretário Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Antes de se juntar à equipe do Ministério da Cidadania, Proença dirigiu a Sala Cecília Meirelles, no Rio de Janeiro, de abril de 2017 a janeiro de 2019.

Durante seus mais de 50 anos de carreira, Proença gravou vários CDs, incluindo a coletânea “Piano Brasileiro” (2005), que recebeu da Unesco o prêmio Patrimônio da Música Brasileira, e o disco “Tango”, gravado com Bibi Ferreira. Tocou em diversos concertos no Brasil e no exterior. Organizou e foi o protagonista da série de turnês “Piano Brasil”, que levou música clássica a 150 municípios de todos os estados brasileiros, ao Distrito Federal e a países como Itália, França, Espanha e Macedônia. Em 2015, tornou-se Cidadão Honorário do Rio de Janeiro.

Integrou o júri de diversas competições internacionais em países como Japão, Portugal, França, Itália e Espanha. Integra o Hall da Fama da Steinway & Sons (Hamburgo, Alemanha), juntamente com os maiores pianistas de todos os tempos.

Além da área cultural, Miguel Proença também atua com projetos educacionais e de formação de plateia. De 1995 a 1998, em parceria com a **Capes**, proporcionou, a centenas de estudantes brasileiros, bolsas de estudo na Europa, Rússia, Japão e no Brasil.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

Capes publica portaria que aprimora o processo de avaliação de propostas de novos cursos de pós-graduação

O texto está no Diário Oficial da União dessa quinta-feira, 14 de fevereiro

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** publicou no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 14 de fevereiro, uma portaria que aprimora o processo de avaliação de propostas de novos cursos de pós-graduação stricto sensu, mestrado e/ou doutorado.

Entre outros itens, a portaria estabelece os requisitos gerais aplicáveis às propostas de cursos novos submetidas à avaliação da **Capes**. A legislação determina que as propostas de cursos de mestrado e/ou doutorado deverão atender aos requisitos gerais definidos pelo CTC-ES para toda e qualquer área de avaliação e aos critérios e parâmetros específicos da área de avaliação a que elas se vinculem, disponibilizadas no Documento Orientador da Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), no Portal da **Capes**.

Confira a publicação na íntegra neste link.

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

Indicadores de qualidade de pesquisas nacionais e internacionais são divergentes Pesquisa compara critérios adotados pelo Qualis Capes aos dos principais indicadores internacionais na área de Ciência Política

Pesquisa indica descompasso entre as métricas de avaliação do sistema Qualis **Capes** e os principais indicadores internacionais de produção científica – Scimago Journal Rank (SJR), Source Normalized Impact per Paper (SNIP), H-index e Google Scholar Metrics -, no campo da ciência política. O assunto é relevante no meio científico porque o ranking baliza o governo na alocação de recursos financeiros destinados ao ensino superior. Quanto mais bem avaliado pelo Qualis **Capes**, maiores as chances de captação de verba e aquisição de bolsas de estudo para pesquisa. Um artigo sobre o tema, Expert-driven and citational approaches to assessing journal publications of Brazilian political scientists, foi publicado na revista Brazilian Political Science Review.

Lorena Barberia e Danilo Praxedes Barboza são dois dos pesquisadores envolvidos no estudo – Arquivo pessoal dos pesquisadores

Segundo uma das autoras, Lorena Barberia, professora do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, “a pesquisa mostrou que há evidências de que os critérios adotados pelo Qualis **Capes**, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, para sinalizar revistas acadêmicas de maior qualidade, não correspondem aos critérios utilizados pelos indicadores internacionais para mensurar os periódicos que produzem resultados científicos com maior impacto em termos de citações na academia internacional”, explica.

Os pesquisadores também encontraram fraca correlação quando foi comparada a classificação adotada pela **Capes**, que é fundamentada na opinião de especialistas da área, com indicadores internacionais de produção científica, que partem do número de citações como fundamento. Ou seja, “há revistas com impacto muito importante na disciplina de ciência política mundial que são pouco valorizadas pelo critério Qualis. E

há também revistas de ciência política com pouca penetração mundial, que são consideradas de alta qualidade pela **Capes**”, afirma Danilo Praxedes Barboza, outro pesquisador envolvido no estudo e doutorando no Departamento de Ciência Política da USP.

No quadro abaixo, seguem dois exemplos de avaliações discrepantes feitas pela **Capes** e pelo indicador internacional Scimago Journal Rank (SJR). Entre os anos de 2010 e 2016, pela mensuração do SJR, o Journal of International Relations & Development teve pequeno aumento em seu fator de impacto. Já o Qualis **Capes**, no mesmo período, elevou o periódico da pior categoria, a “C”, para a melhor, a “A1”. Também teve exemplo contrário: a revista Cultures et Conflicts teve aumento no fator de impacto no indicador internacional, mas foi rebaixado no Qualis.

Devido a essas distorções, os pesquisadores procuraram entender quais eram os fatores que a **Capes** levava em consideração para avaliar suas publicações. Para tanto, empregaram um modelo estatístico multivariado utilizando a técnica de regressão logística ordenada. Os resultados desses testes estatísticos indicaram que o fator mais importante que justificava a classificação foi a própria posição da revista na classificação do triênio anterior. O que implica dizer que as revistas com boa colocação na avaliação anterior do Qualis tendem a se manter na posição das classificações subsequentes, avalia Barboza. Os demais fatores – país de origem, língua, área de conhecimento e a posição nos indicadores internacionais de qualidade e impacto da produção científica – não se mostraram fundamentais para entender a classificação atual do indicador do Qualis.

Os resultados ainda mostraram que entre 2010 e 2014 houve aumento de revistas nacionais, publicadas em português, com classificação Qualis nos maiores estratos. No período 2010-2012, 5,4% dos periódicos nacionais estavam no estrato “A1” e no período 2013-2014, esse percentual passou para 20,6%. Porém, o aumento na classificação Qualis não correspondeu às revistas que aumentaram seus indicadores de citação em indicadores internacionais. Ou seja, o sistema de avaliação adotado para a produção científica brasileira em ciência política não premiou necessariamente as revistas que tinham melhorado seus fatores de impacto.

Segundo Lorena, a falta de coerência entre indicadores nacionais e internacionais pode ser um alerta para o governo, que tem o sistema Qualis como referência para definição de políticas públicas e distribuição de recursos financeiros para os programas de pós graduação. “As pesquisas publicadas em revistas avaliadas pelo Qualis **Capes** como sendo de excelência podem não ter o mesmo impacto internacional”, conclui.

Este estudo foi feito com recorte no campo de ciências políticas, porém o grupo de pesquisa está expandindo o escopo para outras áreas do conhecimento. Alguns dados preliminares já indicam que o padrão de avaliação do sistema **Capes** também se repete para outras áreas.

topo ↕

POLÍTICA DISTRITAL - NOTÍCIAS

Izalci Lucas assume presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional no Senado

O senador Izalci Lucas (PSDB/DF) assumiu, nesta quarta-feira (13), a presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado. Eleito por

aclamação, Izalci chega ao cargo com a experiência de três mandatos na Câmara dos Deputados e um na Câmara Legislativa do Distrito Federal, durante os quais foi integrante titular das Comissões de Desenvolvimento Urbano e de Integração Regional, entre outras. Ao falar sobre o trabalho que irá conduzir na CDR, Izalci destacou que entre as prioridades estão o fortalecimento das políticas para diminuir desequilíbrios regionais e gerar mais empregos, além do incentivo ao turismo.

“Fico muito honrado de presidir esta comissão num momento em que temos alto índice de desemprego e muitas desigualdades regionais. Vamos trabalhar para criar condições de mais desenvolvimento para nosso país. Olhar mais para o turismo, criar projetos para fazer crescer o setor. Espero que possamos debater, junto com os ministérios pertinentes, formas de melhorar a condição de nossa população”, afirmou o senador.

Os senadores Dario Berger (MDB/SC) e Jorginho Mello (PR/SC) cumprimentaram Izalci pelo posto que assume na comissão e destacaram a importância da criação de um plano de desenvolvimento regional e da ampliação de investimentos e oportunidades para o turismo sustentável em todo o país.

Na CDR, o senador Izalci vai conduzir discussões e votações que tratam de assuntos referentes às desigualdades regionais, políticas de desenvolvimento regional dos Estados e Municípios e planos regionais de desenvolvimento econômico e social. Os integrantes da comissão também analisam programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional e integração regional, além de proposições que tratam de assuntos referentes ao turismo.

A Comissão de Desenvolvimento Regional é composta por 17 titulares e 17 suplentes e examina assuntos importantes como a Política Nacional de Segurança de Barragens e a segurança hídrica.

Na próxima quarta-feira, a comissão volta a se reunir para a eleição do vice-presidente.

Mais desenvolvimento

Visando criar novas oportunidades de emprego e renda, o senador Izalci foi responsável pela instalação de um Centro de Desenvolvimento Regional em Brasília. Os centros são desenvolvidos pelo MEC, CAPES e CNPQ e atuam junto às universidades, poder público e o setor produtivo para identificar as necessidades locais e as atividades econômicas com potencial de gerar emprego e renda.

Autor do pedido para a instalação do CDR/DF, Izalci ressalta a importância de iniciativas como essa para a geração de novos postos de trabalho e mais oportunidades para empreendedores.

“O que mais nos preocupa é que há um grande contingente de pessoas desempregadas e precisamos criar meios para capacitá-los para o mercado de trabalho ou para o empreendedorismo”, afirmou o senador ao destacar que é preciso priorizar ações para garantir aos jovens perspectivas de trabalho de modo que possam ter mais esperança no futuro.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Prouni Recife oferece 213 vagas para bolsas integrais em faculdades privadas

Edital para o primeiro semestre de 2019 foi divulgado pela Prefeitura do Recife e inscrições podem ser feitas a partir da segunda (18).

A Prefeitura do Recife divulgou o edital do processo seletivo para o primeiro semestre de 2019 do Programa Universidade para Todos (Prouni) Recife, que concede bolsas universitárias gratuitas. Há, ao todo, 213 vagas, distribuídas para cursos presenciais de graduação e cursos sequenciais de formação em oito faculdades da rede privada de ensino.

As inscrições podem ser feitas entre a segunda (18) e a quarta (20), no site do Prouni Recife. Na inscrição, é preciso informar o CPF, o número de inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018 e as cinco notas obtidas na prova.

O processo seletivo é constituído pelo critério classificatório, ou seja, as vagas serão preenchidas pelos candidatos com melhores notas até que o limite de vagas para cada curso seja preenchido.

Para se inscrever, é preciso morar no Recife há pelo menos três anos, não ter diploma de nível superior, ter cursado o ensino médio em escola da rede pública ou na condição de bolsista integral em escolas privadas, ter renda bruta familiar de até dois salários mínimos.

Professores da rede pública de ensino do Recife também podem se inscrever, desde que estejam no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública. Eles podem disputar bolsas para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, independente do cumprimento dos critérios dos estudantes.

A previsão é de que os resultados sejam divulgados no site do Prouni, no dia 22 de fevereiro. As matrículas estão previstas para acontecer entre os dias 25 e 28 de fevereiro.

Os estudantes do programa têm direito ao Passe Livre, que dá 70 passagens de ônibus gratuitas, por mês, para serem usadas em todos os dias da semana, incluindo finais de semana e feriados. No momento, cerca de 990 alunos usam o benefício, segundo a prefeitura. O Prouni Recife foi lançado em 2015 e conta, atualmente, com cerca de 1.200 alunos inscritos.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Universidade realiza simpósio sobre os 100 anos de ensino da Psicanálise Evento é aberto ao público e acontece de 8 a 11 de abril no Auditório da Biblioteca da Unifor.

De 8 a 11 de abril, o curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza (Unifor), juntamente com o Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) e o Laboratório de Estudos sobre Psicanálise, Cultura e Subjetividade (LAEPCUS), promovem o Simpósio intitulado “100 anos do ensino da psicanálise nas universidades”. O evento é gratuito, aberto ao público em geral e acontece no Auditório da Biblioteca da Unifor.

O título do Simpósio refere-se a um texto de autoria de Freud que completa 100 anos em 2019 e traz à tona uma multiplicidade de olhares. De acordo com a professora do curso, Sabrina Matos, “o título acima faz referência a um texto de autoria de Sigmund

Freud que completa 100 anos em 2019 e que, aliado à sua atualidade, traz à tona desdobramentos relevantes em tempos onde imperam cada vez mais o furor curandis do pragmatismo, do cientificismo e da biopolítica do discurso médico. A invenção freudiana faz-se imperiosa no sentido de traçar uma leitura singular e radical de compreensão do psiquismo, do sofrimento e do mal-estar. Depois de Freud, não é mais possível pensar o mundo como antes”.

Freud discorre sobre a lacuna existente na formação acadêmica e do consequente desinteresse pelos problemas mais interessantes da vida humana, seja sadia ou enferma, quando a psicanálise é deixada de lado e deixa claro que a universidade só tem a ganhar quando esta é incluída em seu currículo.

Ensino, pesquisa e extensão serão os três eixos de abordagem durante o evento, com mesas redondas, palestras, debates, exibição de filmes e conferências. As inscrições são gratuitas e começam a partir da primeira quinzena de março através de link disponível no site www.unifor.br. Haverá sorteios de livros e brindes e os participantes receberão certificados.

Mais sobre Freud

1856 – Sigmund Schlomo Freud nasceu na cidade de Pribor – República Checa;

1873 - Ingressou no curso de Medicina na Universidade de Viena;

1882 - Formou-se especialista em Fisiologia Nervosa;

1886 - Casou-se com Martha Bernays e teve seis filhos;

1939 - Faleceu no dia 23 de setembro, em Londres.

Programação do Simpósio

08/04 (segunda-feira)

18h - Credenciamento

18h30 - Abertura/Big Band Unifor/Vídeo “linha do tempo”

19h30 às 21h - A trajetória do ensino da psicanálise nas universidades - Prof. Leônia Cavalcante (Unifor), Prof. Henrique Figueiredo (UEPE) e Prof. Karla Patrícia (UFC)

09/04 (terça-feira)

8h às 9h30 - Um século depois: as universidades resistem à Psicanálise? - Prof. Leonardo Danziato (Unifor)

10h às 11h30 - Psicanálise, imediatismo e mal-estar – Prof. Sabrina Matos (Unifor) e Prof. Juçara Mapurunga (Unifor)

13h30 às 15h - Psicanálise e família – (Trabalhos de TCC/Psicologia/Unifor)

15h30 às 17h – Psicanálise e drogadicção – (PPGP)

17:30 às 19:00 – A violência na clínica e no social - Alice Carneiro, Paulo Henrique

Arruda e Thaís Lia Leite (Grupo Intrusos/Laepcus/Unifor)

19:00 às 20:30 – Psicanálise e sexualidade – Prof. Rosane Muller (Unifor) e Prof. Thiago Costa (Unifor)

10/04 (quarta-feira)

8h às 9h30 - Universidade e Psicanálise: o lugar do estagiário de clínica – Ana Valeska Maia (Unifor/Graduação)

10h às 11h30 - Psicanálise e Teoria Queer – Hugo Nogueira (Laepcus/Unifor)

13h30 às 15h - Psicopatologia infantil/autismo – Prof. Octavia Martin (Unifor)

15h30 às 17h – A infância na contemporaneidade - Prof.^a Claudia Jardim (Unifor) e Ana Karina Fragoso (Incere)

19h às 20h30 – Psicanálise e o laço social – Prof. Juçara Mapurunga

11/04 (quinta-feira)

8h às 9h30 - Psicanálise e políticas públicas - Prof.^a Janara Pinheiro (Unifor)

10h às 11h30 – Psicanálise, literatura e arte - Prof.^a Eliane Diógenes (Unifor), Prof. Leonia Cavalcante (Unifor) e Ana Valeska Maia (Unifor)

13h30 às 17h - Edição especial do Cineclube – filme: “O abutre”

Coordenação: Marcio Ascerald (Unifor)

Debatedores: Francisco Bergson Pinto (Unifor) e Paulo Henrique Arruda (Unifor)

19h às 21h - Psicanálise, política e universidade – Prof.^a Clara Virgínia (Unifor), Prof. Lia Silveira (UECE) e Valton Miranda (SPFOR)

Encerramento: Big Band Unifor

Serviço

Simpósio - 100 anos do ensino da psicanálise nas universidades

Data: 8 a 11 de abril de 2019

Local: Auditório da Biblioteca da Unifor

Aberto ao público (Endereço: Av. Washington Soares, 1321 - Edson Queiroz - CEP 60811-905 - Fortaleza-CE Brasil)

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Quanto custa uma universidade a distância?

Compare os valores do curso que deseja fazer presencial e a distância, verifique a credibilidade da instituição de ensino escolhida e impulsione a sua carreira com uma educação de qualidade e baixo custo!

Um dos fatores que mais atrai as pessoas na hora de escolher um curso à distância é o preço. Por serem valores muito abaixo das mensalidades de um curso presencial, muitas pessoas veem nessa vantagem uma nova oportunidade para iniciar ou retomar seus estudos. Mas será que o curso é bom, mesmo com uma mensalidade tão baixa? É necessário desconfiar sempre. Especialistas sugerem que você faça uma rigorosa pesquisa antes de se comprometer com a matrícula. Quanto custa uma universidade a distância

Se colocarmos os gastos extras na ponta do lápis vamos ver que a diferença também é significativa. Veja a simulação dos gastos mensais:

Ensino Presencial Matrícula: R\$800 Mensalidade: R\$1200,00 Transporte: R\$100
Alimentação: R\$ 80 Cópias e Impressões: R\$40
Total: R\$ 2200,00

Ensino a Distância Matrícula: R\$400 Mensalidade: R\$500 Transporte: R\$0,00
Alimentação: R\$0,00 Internet: R\$70,00
Total: R\$970

A diferença entre os valores é enorme e chega a representar mais que o dobro de um curso a distância, como mostra a simulação mesmo que haja a necessidade de comprar um computador, caso você ainda não tenha. Embora esses valores possam variar de uma Instituição de Ensino para outra, o EAD sempre será mais barato, o que reforça a grande vantagem para se fazer uma universidade no conforto de sua casa e nos melhores horários para você. Alguns educadores apostam que os cursos online são o futuro da educação, fato comprovado com o crescimento anual do número de adeptos a esta forma de ensino. Um outro dado que reforça esta tendência é que já é comum encontrar universidades que incluem 20% de sua carga horária em aulas online, uma maneira interessante que as instituições de ensino superior têm encontrado para introduzir o EAD aos seus alunos. Porém, a eficiência desta metodologia de ensino mesclada ainda apresenta resultados eficientes apenas quando o professor participa e interage nas aulas, caso contrário a matéria tende a ser cansativa e não é bem aceita pelos alunos.

Por que é mais barato?

Muitas pessoas fazem essa pergunta e concluem erroneamente que deve ser mais barato pela disparidade de qualidade. Porém, a relação não corresponde à realidade. As mensalidades do EAD (ensino a distância) têm valor inferior para o aluno pois os gastos com infraestrutura são consideravelmente menores que um curso presencial. Segundo levantamento realizado pelo consultor da ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância) João Vianney, esta modalidade chega a ser 75% mais barata que o curso presencial.

Validação do curso

Desde 1996 a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) prevê a existência de cursos a distância para a educação básica e superior (ensino médio, técnico, graduação e pós-graduação) e determina que seus diplomas tenham o mesmo valor que dos presenciais. Isso significa que você apenas precisa se preocupar em verificar a qualidade da escola em questão e com o seu aprendizado. Fazer uma universidade a distância tem a mesma validação que cursos presenciais. Agora que você já viu o quanto é vantajoso fazer um curso a distância, que tal se preparar para dar um upgrade no seu currículo e ingressar em uma universidade online? Compare os valores do curso que deseja fazer, verifique a

credibilidade da instituição de ensino escolhida e impulsiona a sua carreira com uma educação de qualidade e baixo custo! Para acompanhar as tendências da educação a distância, continue acompanhando o nosso blog.

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - GERAL

LER

“Queremos apurar todos os desvios praticados por pessoas que usaram o MEC (Ministério da Educação) e as suas autarquias como instrumentos para desvios”

Ricardo Vélez Rodríguez

Ministro da Educação ao anunciar, ontem, que uma investigação interna sobre atos das gestões anteriores encontrou indícios de corrupção e desvios que poderão dar origem à “Lava Jato da Educação”

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

Vélez fala em "Lava Jato da Educação"

Uma investigação interna sobre atos das gestões anteriores encontrou indícios de corrupção e desvios que poderão dar origem à “Lava-Jato da Educação”, disse ontem o titular da pasta, Ricardo Vélez Rodríguez. A afirmação foi feita durante assinatura de um protocolo de intenções com outros órgãos de governo que vão apurar esses desvios.

Estavam presentes os ministros da Justiça, Sérgio Moro, da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, e da Advocacia Geral da União (AGU), André Mendonça.

Também participou o diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo. A informação foi divulgada pela assessoria de imprensa da pasta.

Segundo o MEC, Vélez apresentou exemplos “emblemáticos” de favorecimentos indevidos no Programa Universidade para Todos (ProUni), desvios no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), envolvendo o sistema S, concessão ilegal de bolsas de ensino a distância e irregularidades em universidades federais.

O jornal O Estado de S. Paulo procurou a assessoria de imprensa de Vélez e solicitou detalhes sobre esses casos. Aguarda resposta.

O pente fino sobre gestões anteriores é uma das prioridades do ministro da Educação em seus primeiros cem dias. A pasta pretende enviar os documentos para os ministérios poderem “aprofundar investigações, instaurar inquéritos e propor medidas judiciais cabíveis.”

“Queremos apurar todos os desvios praticados por pessoas que usaram o MEC e as suas autarquias como instrumentos para desvios”, afirmou Vélez. Segundo a pasta, os demais ministros elogiaram a iniciativa e se colocaram à disposição.

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

Lava Jato da Educação

Vélez afirmou que objetivo de investigações é “mostrar transparência”

BRASÍLIA. O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem que pode dar início a uma “Lava Jato da Educação”. A afirmação foi do ministro Ricardo Vélez Rodríguez,

durante a assinatura de um protocolo de intenções junto ao ministro da Justiça, Sergio Moro, para “apurar indícios de corrupção, desvios e outros tipos de atos lesivos à administração pública no âmbito do MEC e de suas autarquias nas gestões anteriores”. Também participaram da assinatura Wagner Rosário, da Controladoria Geral da União, e o advogado geral da União, André Mendonça, além do diretor geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo. Segundo o ministério, já foram apurados favorecimentos indevidos no Programa Universidade para Todos (ProUni), desvios no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) envolvendo o sistema S, a concessão ilegal de bolsas de ensino a distância e irregularidades em universidades federais. Segundo Vélez Rodríguez, o objetivo é mostrar transparência para a população. “Queremos apurar todos os desvios praticados por pessoas que usaram o MEC e suas autarquias como instrumentos para desvios”. afirmou.

topo ↕

CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Instituto da USP cria pós-graduação em Biologia de Sistemas

O Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) da USP, em São Paulo, fundiu os programas de pós-graduação de Biologia Celular e de Ciências Morfofuncionais. Com a integração em um único programa, agora chamado de Biologia de Sistemas, envolverá a formação de todas as subáreas da morfologia, tornando possível formar pesquisadores mais qualificados, com maior domínio do conhecimento interdisciplinar.

“Trata-se de uma decisão estratégica pois a fusão fortalecerá o programa, tornando-o mais robusto em vários aspectos”, afirmou o diretor do ICB, Luís Carlos de Souza Ferreira, no evento de apresentação do programa, no dia 8 de fevereiro.

O processo de integração começou a ser desenhado há dois anos pelas professoras Maria Luiza Moraes Barreto de Chaves e Patricia Gama, ambas coordenadoras dos programas que foram integrados.

“Além da formação de recursos humanos mais qualificados, a fusão trará mais sinergia aos trabalhos de pesquisa, com resultados mais rápidos e melhores, e maior integração das atividades científicas dos orientadores”, destacou Maria Luiza.

“Foi uma decisão estratégica pois a integração dos dois programas irá fortalecer a massa crítica, aumentar a colaboração entre grupos e diminuir o impacto com a saída de docentes que se aposentam”, acrescentou a professora Patricia.

Outra vantagem é tornar o programa mais competitivo na busca de verbas junto aos órgãos de fomento. Na última avaliação trienal da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ambos os programas receberam nota 5 cada um. “Com a integração, a meta é alcançar a excelência, com notas 6 e 7”, afirmou a professora Maria Luiza. A avaliação da **Capes** é um dos quesitos levados em consideração pelos órgãos de fomento para a liberação de recursos aos programas de pós-graduação.

Metas ambiciosas

O programa de pós-graduação de Biologia de Sistemas contará com 33 orientadores plenos para as modalidades de mestrado e doutorado. Serão 11 linhas de pesquisa: Biologia da Reprodução, Biologia do Desenvolvimento, Biologia Molecular da Célula, Câncer, Degeneração e Regeneração, Fisiopatologia da Dor, Sinalização Celular,

Fisiopatologia cardiovascular, Neurociências e Comportamento, Plasticidade Muscular e Morfologia dos Plexos Viscerais.

Além das 47 disciplinas já oferecidas, a meta para o biênio 2019/2020 é lançar disciplinas integrativas, aumentar o número das que são ministradas em inglês (eram 11 em 2018) e criar disciplinas baseadas em seminários, com colaboradores no exterior, em formato semipresencial.

A fusão dos programas já foi aprovada pela USP e pela **Capes**. Serão realizados três processos seletivos dos candidatos por ano. O primeiro ocorrerá em abril.

Da Assessoria de Comunicação do ICB

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

Instituto da USP cria pós-graduação em Biologia de Sistemas

Programa foi criado a partir da fusão de outros dois, oferecendo formação mais completa; processo de seleção será em abril

O Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) da USP, em São Paulo, fundiu os programas de pós-graduação de Biologia Celular e de Ciências Morfofuncionais. Com a integração em um único programa, agora chamado de Biologia de Sistemas, envolverá a formação de todas as subáreas da morfologia, tornando possível formar pesquisadores mais qualificados, com maior domínio do conhecimento interdisciplinar.

“Trata-se de uma decisão estratégica pois a fusão fortalecerá o programa, tornando-o mais robusto em vários aspectos”, afirmou o diretor do ICB, Luís Carlos de Souza Ferreira, no evento de apresentação do programa, no dia 8 de fevereiro.

O processo de integração começou a ser desenhado há dois anos pelas professoras Maria Luiza Morais Barreto de Chaves e Patricia Gama, ambas coordenadoras dos programas que foram integrados.

“Além da formação de recursos humanos mais qualificados, a fusão trará mais sinergia aos trabalhos de pesquisa, com resultados mais rápidos e melhores, e maior integração das atividades científicas dos orientadores”, destacou Maria Luiza.

“Foi uma decisão estratégica pois a integração dos dois programas irá fortalecer a massa crítica, aumentar a colaboração entre grupos e diminuir o impacto com a saída de docentes que se aposentam”, acrescentou a professora Patricia.

Outra vantagem é tornar o programa mais competitivo na busca de verbas junto aos órgãos de fomento. Na última avaliação trienal da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, ambos os programas receberam nota 5 cada um. “Com a integração, a meta é alcançar a excelência, com notas 6 e 7”, afirmou a professora Maria Luiza. A avaliação da **Capex** é um dos quesitos levados em consideração pelos órgãos de fomento para a liberação de recursos aos programas de pós-graduação.

Metas ambiciosas

O programa de pós-graduação de Biologia de Sistemas contará com 33 orientadores plenos para as modalidades de mestrado e doutorado. Serão 11 linhas de pesquisa:

Biologia da Reprodução, Biologia do Desenvolvimento, Biologia Molecular da Célula, Câncer, Degeneração e Regeneração, Fisiopatologia da Dor, Sinalização Celular, Fisiopatologia cardiovascular, Neurociências e Comportamento, Plasticidade Muscular e Morfologia dos Plexos Viscerais.

Além das 47 disciplinas já oferecidas, a meta para o biênio 2019/2020 é lançar disciplinas integrativas, aumentar o número das que são ministradas em inglês (eram 11 em 2018) e criar disciplinas baseadas em seminários, com colaboradores no exterior, em formato semipresencial.

A fusão dos programas já foi aprovada pela USP e pela **Capes**. Serão realizados três processos seletivos dos candidatos por ano. O primeiro ocorrerá em abril.

Da Assessoria de Comunicação do ICB

topo ↕

PLANTÃO NEWS - TEMPO REAL

Inscrições abertas para edital de seleção interna para doutorado sanduíche no exterior

Estão abertas, até a próxima quarta-feira (20), as inscrições para o edital de seleção interna para doutorado sanduíche no exterior, referente ao Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), da Coordenadora de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**Capes**, 41/2018).

As inscrições devem ser protocoladas via Sistema Eletrônico de Informação (Sei), seguindo as instruções do edital interno, publicado pela Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (Progp). O resultado será divulgado no dia 08 de março e o cronograma do PDSE inicia no dia 11 de março.

As candidaturas recomendadas pelo programas de pós-graduação devem estar alinhadas às diretrizes de internacionalização da UFMT, publicadas na resolução nº 16, de 26/03/2018 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), além de atender as demais condições especificadas no edital.

O PDSE tem o objetivo de oferecer cotas institucionais de bolsas de estágio em pesquisa de doutorado, alinhadas com o Plano de Internacionalização da Instituição de Ensino Superior, de forma a complementar os esforços despendidos pelos programas de pós-graduação no Brasil, na formação de recursos humanos de alto nível para inserção nos meios acadêmicos, de ensino e de pesquisa no país.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MPF denuncia grupo suspeito de fraudar licitações de 14 cidades da BA para desviar R\$ 30 milhões em verbas

Órgão aponta que crimes foram cometidos entre os anos de 2013 e 2018. Dos 13 denunciados, sete estão em prisão preventiva no Conjunto Penal de Itabuna.

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou 13 pessoas por suspeita de desvio de aproximadamente R\$ 30 milhões, por meio de empresas irregulares e de diversas ilegalidades, em licitações e contratos públicos de 14 municípios da Bahia. Além disso, donos das empresas irregulares eram beneficiários do Bolsa Família e estão sendo investigados.

A denúncia foi oferecida contra os suspeitos no dia 8 de fevereiro., entretanto o MPF só informou a situação na quinta-feira (14).

Dos 13 denunciados, sete estão em prisão preventiva no Conjunto Penal de Itabuna desde novembro de 2018, quando foi deflagrada a Operação Sombra e Escuridão, que apura o caso.

Os municípios com licitações investigadas são Ilhéus, Valença, Wenceslau Guimarães, Ibirapitanga, Camamu, Ubaitaba, Ituberá, Maraú, Igrapiúna, Pirai do Norte, Ibirataia, Ubatã, Nazaré e Eunápolis.

O MPF aponta que os crimes foram cometidos entre os anos de 2013 e 2018 e envolveram recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fundo Nacional de Saúde (FNS) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os recursos desviados deveriam ser direcionados a serviços de transporte escolar, transporte alternativo, reformas em escolas, construção de creche, dentre outros.

O MPF disse que as defesas dos suspeitos presos chegaram a ingressar com habeas corpus, mas o Tribunal Regional Federal da 1ª Região decidiu, em 1º de fevereiro, que as sete prisões seriam mantidas, diante do risco de continuidade da prática criminosa e de ocultação de provas.

Após o recebimento da denúncia pela Justiça Federal, o MPF requer a condenação dos réus pelos crimes de formação de Organização Criminosa, falsidade ideológica, corrupção ativa e passiva.

Operação

Em novembro de 2018, em atuação conjunta do MPF e da Polícia Federal, com o auxílio da Controladoria-Geral da União, foram cumpridos 13 mandados de prisão preventiva e 50 mandados de busca e apreensão em residências, sedes de empresas e repartições públicas, incluindo 23 prefeituras, da região sul da Bahia.

A operação foi deflagrada a partir de investigações que revelaram a existência de duas organizações criminosas que atuavam por meio de, ao menos, 15 empresas de fachada para obtenção de vantagens indevidas por meio de fraudes em licitações.

Em relação à Organização Criminosa denunciada pelo MPF, no último dia 8 de fevereiro, a Justiça Federal em Ilhéus já havia determinado, a pedido do órgão, o bloqueio de valores/bens dos principais integrantes da organização, no montante total de R\$ 28.292.957,80.

Esquema

Segundo a denúncia, trata-se de uma organização criminosa estruturalmente ordenada – com divisão de tarefas entre seus membros – que busca a obtenção de vantagens indevidas a partir de fraudes.

Foram diversas as modalidades de fraudes cometidas, segundo o MPF, como simulação de concorrência, conluio de empresas, modificação ilegal de contratos, sobrepreço/superfaturamento, subcontratações ilícitas, falsidade documental ou ideológica, atos de corrupção e outros ilícitos.

A denúncia faz referência, ainda, a licitações fraudadas e outros ilícitos em ao menos sete municípios. Os crimes cometidos em cada uma das licitações/contratos estão sendo investigados, individualmente, em inquéritos específicos instaurados a partir da investigação que deu origem a esta denúncia.

No total, tais inquéritos apuram crimes relacionados a licitações ocorridas em 14 municípios. De acordo com o Procurador da República Tiago Modesto Rabelo, na medida em que essas apurações forem concluídas, outras denúncias devem ser ajuizadas.

Agora, o MPF informou que aguarda que a Justiça Federal receba a denúncia para que seja instaurada a respectiva ação penal, a qual pode resultar na condenação e na aplicação das penas cabíveis aos denunciados. Outras denúncias devem ser ajuizadas em relação a outros crimes referentes a fatos – licitações/contratos – específicos.

topo ↕

MEIO E NEGÓCIO - TEMPO REAL

Inteligência artificial da IBM não consegue superar ser humano

A International Business Machines (IBM) não conseguiu provar que as máquinas podem triunfar sobre o homem. Mas chegou perto.

O sistema de debate com inteligência artificial da gigante da tecnologia, que tem seis anos e foi apelidado carinhosamente de “Miss Debater”, enfrentou de igual para igual um dos praticantes mais condecorados do mundo na segunda-feira. Depois de uma discussão acalorada de 25 minutos sobre os subsídios à educação pré-escolar – durante os quais a IA com voz feminina mostrou lampejos de um senso de humor bastante humano -, o público concedeu a vitória a Harish Natarajan, de 31 anos.

Essa competição pouco ortodoxa foi a mais recente, e altamente anunciada, disputa entre o homem e a máquina. Em 1996, a IBM criou um sistema de computador que venceu um grande mestre de xadrez pela primeira vez. Em 2011, seu supercomputador Watson derrotou dois competidores campeões de Jeopardy!. E AlphaGo, da Alphabet, provou que a IA consegue dominar o antigo e intrincado jogo Go. Mas o debate – que requer criatividade e elocução emotiva – tem sido mais difícil.

A máquina da IBM – conhecida formalmente como Project Debater – começou a disputa de segunda-feira com uma saudação insolente. “Ouvi dizer que você detém o recorde mundial de vitórias em competições de debate contra seres humanos, mas suponho que você nunca debateu com uma máquina. Bem-vindo ao futuro.”

O evento foi realizado diante de centenas de jornalistas, especialistas do setor de tecnologia e engenheiros de software na conferência Think, da IBM, no centro de São Francisco. O assunto: deveríamos subsidiar pré-escolas. A CEO Ginni Rometty estava entre os espectadores, que votaram em Natarajan como vencedor, mas também disseram que a máquina da empresa dela enriqueceu melhor seus conhecimentos.

Ambos os participantes receberam o tópico de discussão no mesmo momento e tiveram 15 minutos para sintetizar os argumentos em um discurso de quatro minutos, uma refutação de quatro minutos e um resumo de dois minutos. Da altura de um ser humano, a ameaçadora caixa preta do Project Debater permaneceu em silêncio, exceto por três círculos azuis que giravam, enquanto considerava mais de 10 bilhões de frases de artigos de notícias e revistas científicas. De frente para ela no palco, Natarajan rabiscava anotações em folhas de papel.

Embora a IA tenha perdido, o evento foi uma espécie de auge para o progenitor do projeto, Noam Slonim. Sentado na primeira fila na noite de segunda-feira, o pesquisador da IBM ria e se contraía durante o processo. Ele sabia que não eram os favoritos: Natarajan detém o recorde mundial de vitórias em competições de debate e participou de três campeonatos mundiais, inclusive venceu o torneio europeu em 2012.

“É como se você estivesse sentado na plateia e seu filho estivesse no palco competindo contra um pianista de renome mundial na frente de todo mundo”, disse ele. Ao contrário do xadrez ou do Jeopardy!, o debate requer conectar-se com as pessoas e convencê-las de um ponto de vista. A apresentação dos argumentos é fundamental, e “isso é território humano”.

A maior vantagem que qualquer ser humano tem sobre o Project Debater é a capacidade de transmitir a fala com emoção, usando tons, inflexões e pausas para influenciar o público. Há uma semana em Londres, Natarajan previu que ele poderia ter vantagem. “Imagino que neste estágio um ser humano ainda tem mais facilidade do que uma máquina para elaborar argumentos lógicos de uma maneira razoavelmente convincente para um público humano”, disse ele na época.

topo ↕

O SUL - RS - TEMPO REAL

Com onze novos cursos, a Pós da PUCRS conta com aulas presenciais com renomados professores

Referências no mercado de trabalho como Marcelo Tas, Viviane Mosé, Lya Luft (foto) e Pierre Lévy, junto a docentes renomados da PUCRS estarão presentes na Universidade. (Crédito: Lenara Petenuzzo/especial)

A Pós da PUCRS se consolida como uma opção de excelência no cenário brasileiro, lançando um conjunto expressivo de cursos de pós-graduação a partir de um modelo diferenciado e pioneiro no país. Desenvolvido pela PUCRS em parceria com o UOL EdTech, o portfólio passa de seis para dezessete cursos de pós-graduação e MBA ofertados, unindo a reconhecida excelência acadêmica dos professores da PUCRS à experiência de reconhecidos profissionais do mercado nacional e internacional. Um dos grandes diferenciais da Pós da PUCRS é a forma de aprendizado onde o conhecimento e a experiência dos alunos são potencializados pelo contato direto com profissionais como Marcelo Tas, Viviane Mosé, Lya Luft e Pierre Lévy.

Esta modalidade presencial começa seus encontros já no mês de março, de acordo com o cronograma de cada curso. “É uma pós-graduação que oferece corpo docente com expressividade nas suas áreas de conhecimento”, destaca a diretora do Centro de Educação Continuada da PUCRS (Educon), Renata Bernardon. Já o diretor de Educação Superior do UOL EdTech, Wilson Marchionatti, observa que pessoas de todo o Brasil estão aderindo à oportunidade de evoluir tendo aulas com profissionais e acadêmicos renomados, e ainda com o prestígio internacional de uma Universidade como a PUCRS.

Esta expansão geográfica, é possível uma vez que as aulas presenciais são a fonte de conteúdo para as aulas dos mesmos cursos, porém na modalidade online.

Essa nova proposta de ensino reafirma o protagonismo do projeto na educação presencial e à distância com onze novos cursos: Vendas, Negociação e Resultados de Alta Performance (MBA); Gestão de Pessoas: Carreiras, Liderança e Coaching; Influência Digital: Conteúdo e Estratégia; Administração, Finanças e Geração de Valor (MBA); Psicologia Positiva, Ciência do Bem-Estar e Autorrealização; Tecnologia para Negócios: AI, Data Science e Big Data (MBA); Filosofia e Autoconhecimento: Uso Pessoal e Profissional; Direito Penal e Criminologia; Neurociências e Comportamento; Transformação, Crescimento e Inovação Exponencial (MBA); Educação Transformadora: Pedagogia, Fundamentos e Práticas; e Finanças, Investimentos e Banking.

Já com matrículas abertas, os cursos se juntam aos já existentes Gastronomia e Cozinha Autoral; A Moderna Educação: Metodologias, Tendências e Foco no aluno; Novo Direito do Trabalho; MBA em Liderança, Inovação e Gestão 3.0 e MBA em Gestão, Empreendedorismo e Marketing. Informações sobre professores, disciplinas, cronogramas e opções de matrícula estão disponíveis no site <https://online.pucrs.br>.

Novos professores de renome nacional e internacional

Com uma grade curricular formada por disciplinas divididas em três eixos, os cursos contam com aulas de professores convidados e de professores PUCRS, que atuam de maneira complementar, compartilhando as áreas de conhecimento. Entre os profissionais que atuarão como professores convidados está a escritora Lya Luft, que refletirá sobre a passagem do tempo a partir da perspectiva de seu best-seller Perdas e Ganhos no curso de Filosofia e Autoconhecimento. Já quem procura se especializar em Psicologia Positiva, Ciência do Bem-Estar e Autorrealização terá aulas no formato online com Martin Seligman, o fundador da Psicologia Positiva.

Já a pós-graduação em Influência Digital traz Marcelo Tas falando sobre como usar humor e leveza para encantar usuários, enquanto o norte-americano Jeff Gomez compartilha sua experiência em longas-metragens como “Piratas do Caribe” e “Avatar” para a disciplina de Comunicação Transmídia. Em Tecnologia Para Negócios, o executivo da Netflix, Martin Spier, traz todos os seus aprendizados como Performance Architect na plataforma de streaming. Todos eles se juntam ao time que já vinha trabalhando na Pós da PUCRS, formado, entre outros, pelo cofundador da Apple, Steve Wozniak, o guru do marketing Neil Patel, o historiador Leandro Karnal, o economista Ricardo Amorim, o cartunista Mauricio de Sousa, e os chefs de cozinha Érick Jaquin e Massimo Bottura.

Metodologia inovadora

Os cursos de pós-graduação são estruturados em eixos de temáticas relacionadas, mas com disciplinas independentes, o que possibilita que o aluno não precise esperar a semestralidade para iniciar seus estudos: ele pode se matricular em qualquer período do ano. As aulas são disponibilizadas na Sala Virtual, plataforma online desenvolvida com exclusividade para oferecer a experiência mais completa e responsiva para gerações conectadas e adeptas ao ensino online. Ao interagir com ela, os pós-graduandos encontram videoaulas em alta definição, transmissões ao vivo, chats, livros das

disciplinas em formato on e off-line e bibliografias com links para a Biblioteca da PUCRS.

topo ↗

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

Em tempos de Vélez, Capanema

Ministro mais longo da Educação terá biografia

Em tempos de Ricardo Vélez Rodríguez no MEC, a Record põe na rua a biografia de Gustavo Capanema, o mais longo titular do Ministério da Educação e Saúde, de 1934 e 1945, e que liderou o séquito de intelectuais que forjaram a cultura brasileira nos anos de Vargas, entre eles Candido Portinari, Oscar Niemeyer, Heitor Villa-Lobos e Mário de Andrade.

"Capanema, uma biografia", escrita pelo jornalista Fabio Silvestre Cardoso, revela os bastidores da busca sem sucesso do ministro por uma cadeira na Academia Brasileira de Letras — uma de suas maiores frustrações.

Uma coincidência: Capanema era obcecado pelo filósofo Immanuel Kant — uma das maiores obsessões de Olavo de Carvalho, o padrinho do atual titular do MEC.

